



R.R.

"CAMPING" E "MANIF"

O apelo aos órgãos de poder popular feitos através de moções aprovadas e aclamadas em reuniões de soldados e pelos próprios trabalhadores da Rádio Renascença, foi atendido plenamente. Ontem à noite, as instalações dos emissores da Burca, agora selados, receberam um grande número de pessoas que foram até lá levar a sua solidariedade e manifestar a sua determinação para que a R.R. seja reaberta dentro da linha de acção que havia demarcado, em defesa dos explorados.

Desde muito cedo começaram a chegar representações de comissões de trabalhadores e de moradores, em busca de uma planificação do que deveria ser feito a seguir.

A partir das 22 e 30, com a presença aproximada de 1.500 pessoas, entre as quais se encontravam delegados de uma centena de comissões de moradores e trabalhadores, e de oito unidades militares (RE1, BA6, RALIS, DGA, RIOQ, EPTM, GDACI e Academia Militar), iniciou-se um plenário, que veria a terminar às 2 horas de hoje, onde as formas imediatas de luta foram discutidas e aprovadas.

Todos os representantes tiveram a oportunidade de manifestar a sua opinião a respeito das três propostas colocadas em votação: ocupação imediata do emissor, acampamento

Continua na pág. 20

A REUNIÃO DO C.S.R.

OTELO E FABIÃO NA LUTA PELA UNIDADE

As 7 da manhã, o Conselho da Revolução — estivera reunido desde as 15 horas de ontem, emitia o seguinte comunicado:

«O C. R. analisou e debateu a situação político-militar. Considerando ser o Exército, vetor fundamental para o combate às forças contra-revolucionárias, decidiu que o C. E. M. E., o C. M. D. T. Copcon e os C. M. D. T. S. das Regiões Militares tomassem de imediato medidas que garantam o reforço da sua unidade, consciencialização, disciplina e eficiência.

O C. R. ouviu uma exposição da Comissão de Extinção da P. I. D. E. / D. G. S.-L. P. sobre os problemas que tem vindo a encontrar no desempenho da sua missão e dar conta do andamento dos processos a enviar a tribunal.

O C. R. abordou ainda a nomeação dos futuros C. M. D. T. S. da G. N. R., P. S. P. e G. F. e decidiu a nomeação do ten-cor. Castro Alves para o cargo de presidente da C. I. S. R. (Comissão Interministerial de Saneamento e Reclassificação).»

Embora nada mais tenha transpirado, a nível oficial, destas dezasseis horas de «análise e debate da situação político-militar», poderemos adiantar que a clarificação de posições, a nível pessoal, dos actuais responsáveis máximos do País, se acentuou profundamente.

Por outro lado o A. M. I., que num comunicado de ontem, do próprio C. R., indica servir «apenas para intervir em situações críticas» não parece que venha a ter grande operacionalidade pois a própria resolução do C. R. dar poderes de decisão imediata ao general Fabião e a Otelos (e aos comandantes das Regiões Militares) que garantam ao Exército «o reforço da sua unidade, consciencialização, disciplina e eficiência», não dará certamente grande espaço de manobra ao funcionamento do chamado Agrupamento Militar de intervenção.

Entretanto, figuras do C. R. afectas aos «nove», terão pretendido que o general Fabião recusasse relativamente às declarações prestadas aos órgãos de Informação aquando

da sua visita ao R. A. S. P., ameaçando para tanto demitirem-se. O Chefe do Estado-Maior do Exército manteve o que afirmou e os representantes dos «nove» não se demitiram. Registe-se que caso a ameaça de demissão dos cita-

dos elementos fosse avançada, os restantes membros do C. R. não fariam objecções.

O Conselho de Ministros encontra-se reunido desde as 15 e 30.

Por outro lado o Presidente Costa Gomes deu posse às 12 horas dos restantes secretários e subsecretários de Estado do VI Governo Provisório. Furtado Fernandes, Vasco Graça Moura e Meneres Pimentel, todos do P. P. D., ocuparão, respectivamente, as Secretarias de Estado da Formação Profissional, dos Retornados e da Recuperação Social.

O arquitecto Ribeiro Telles continua na Secretaria de Estado do Ambiente. Os drs. Gomes Mota, Paiva Campos, Mário Batista, Alfaia Pinto Pereira, Guedes Lebre e Vítor Gomes Marques ocuparão respectivamente as Secretarias da Cooperação, Orientação Pedagógica, Abastecimento e Preços, Comércio Interno, Marinha, Comércio e Segurança Social. Os engs. Eduardo Ribeiro Pereira e Amílcar Soares Monteiro ficarão respectivamente com a Habitação e Urbanismo e Indústria Ligeira.

APESAR DOS DESMENTIDOS

A INDONÉSIA INVADIU O TIMOR PORTUGUÊS — Aprisionada a equipa da RTP

A Fretilin declarou esta noite que forças indonésias ocuparam a cidade de Maliana, no Timor português, perto da fronteira com o Timor ocidental, da Indonésia.

O informador, comandante Fernando Carmo, disse à agência Reuter que os defensores da Fretilin se mantinham na cidade vizinha de Lobos, e que o ataque fora lançado ao Timor português por centenas de tropas indonésias do Timor ocidental ao amanhecer de hoje.

Segundo a Fretilin, os principais combates de hoje concentraram-se ao redor de Maliana, Lobos e outra cidade, Balido. Sete soldados da Fretilin chegaram aqui esta noite e afirmaram serem os únicos sobreviventes dos 60 defensores de Maliana. No ataque, a cidade foi destruída pelo fogo.

Os sete sobreviventes da Maliana declararam que vasos de guerra indonésios e três helicópteros forneceram fogo de

cobertura aos atacantes, e que granadas de artilharia disparadas do Timor ocidental choveram sobre as tropas da Fretilin (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente).

«Em Jacarta, foi anunciado hoje que forças pró-indonésias no Timor português estavam a repelir forças da Fretilin a sudoeste de Dili, e que haviam alcançado as vizinhanças de Balido, situado a cerca de 105 quilómetros de Dili.

A equipa da Radiotevisão Portuguesa que se encontrava em Timor e por cuja sorte se chegou a recear deu esta manhã notícias: encontra-se na Missão Católica de Maliana, sob domínio das forças da Indonésia. Vão ser estabelecidos contactos com a Cruz Vermelha Internacional no sentido de os homens da RTP regressarem a Lisboa o mais rapidamente possível.

A equipa que se deslocou a Timor é constituída pelo repórter Adelino Gomes, operador de som Jorge Teófilo e operadores de imagem Herlander Mendes e Manuel Patrício.

"MERCENÁRIOS RECRUTADOS EM LISBOA"

— Uma nota do C.E.M.G.F.A.
e a resposta do "DL"

Do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas recebemos o seguinte comunicado relativo à notícia que ontem publicámos sob o título: «Mercenários recrutados em Lisboa»:

«Especulando em termos sensacionalistas, publicou o 'Diário de Lisboa' uma notícia de primeira página referindo que estão a ser recrutados em Lisboa, num prédio da Avenida Duque de Ávila, transformado em agência de recrutamento de mercenários, ex-comandos. Sobre esta notícia, e a fim de repor a verdade dos factos e elucidar a opinião pública, cumpre a este C. E. M. G. F. A., esclarecer o seguinte. Pelo Decreto-Lei 577-A/75 de 8 de Outubro promulgado pelo Conselho da Revolução poderão ser convocados com carácter de urgência os militares na situação de disponibilidade ou que se encontrem nas quatro classes mais recentes de tropas licenciadas, cuja especialidade lhes tenha possibilitado preparação militar mais cuidada. A convocação dos militares é da competência dos chefes dos Estados-Maiores dos respectivos ramos de acordo com as necessidades operacionais urgentes quer nos aspectos quantitativos quer nos qualitativos.

Nestes termos foi já decidido convocar militares da especialidade de comandos a fim de satisfazer as necessidades operacionais do País e de acordo com as especificações do citado decreto.

Sendo um dos condicionamentos a não perturbação da

vida profissional dos militares licenciados, é natural que antes da convocação haja contactos prévios.

Existindo a Associação dos ex-Comandos, natural é que a mesma associação em defesa dos interesses dos seus associados os contacte previamente, quer para providenciar a possibilidade de colocação de desempregados, quer para evitar a convocatória de licenciados empregados. Essa mesma associação funciona na Avenida Duque de Ávila n.º 124-4.º esq.

É pois pura especulação o pretender associar-se com a pretensa existência de uma agência de angariação de mercenários.

Sendo a convocação da responsabilidade do Chefe do Estado-Maior do Exército, é falso que a mesma esteja efectivando à margem do seu conhecimento e aprovação ou contrariando determinações do Presidente da República.

Além disso é totalmente incorrecto e pressupõe finalidades obscuras a classificação de mercenários a tropas licenciadas em fase de convocatória para prestação de serviço.

Com vista a esclarecer definitivamente a opinião pública e dado que os meios de Comunicação Social, na altura própria não lhe deram o devido relevo, novamente se envia o comunicado de 10 do corrente sobre a criação, funcionamento e missão do A. M. I.»

N.R. — No essencial não são desmentidos os factos referi-

Continua na pág. 20



ANTÓNIO BORGES COELHO NAS COLUNAS DO "DL"

António Borges Coelho, cidadão vertical de toda uma geração empenhada na luta antifascista, intelectual de prestígio e historiador dos mais ousados sobre o passado da nossa vida colectiva, professor da Universidade de Lisboa, inicia hoje a sua colaboração

nas páginas do «DL». Não é um nome qualquer, não é uma colaboração vulgar: é um acto de enriquecimento para todos, uma reflexão lúcida e implacável sobre coisas do passado e do presente que a todos farão gozo e proveito. A atenção do leitor, na página 3.

JORNALISTAS

TOTAL DESCONFIANÇA NO MINISTRO ALMEIDA SANTOS

Pág. 10

20 PAGINAS



GANHE 9,5% AO ANO ENQUANTO O SEU DINHEIRO TRABALHA PARA O NOVO PORTUGAL

Deposite o seu dinheiro na Banca nacionalizada. E ganhe 9,5% ao ano. Aproveitando as novas condições de juro para depósitos a 1 ano e 1 dia.

Com a segurança de garantia do Estado. A certeza de contribuir para a construção do novo Portugal.



DEPOSITE NOS BANCOS

Banco Agrícola e Industrial Viseense
Banco da Agricultura
Banco do Alentejo
Banco do Algarve
Banco de Angola
Banco Borges & Irmão
Crédito Predial Português
Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa
Banco Fernandes Magalhães
Banco de Fomento Nacional
Banco Fonsecas & Burnay
Banco Intercontinental Português
Banco Nacional Ultramarino
Banco Pinto & Sotto Mayor
Banco Pinto Magalhães
Banco Português do Atlântico
Banco Totta & Açores

Nacional



ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Na gestão "auto" ganhou à "co"

Ontem, na Assembleia Constituinte, a autogestão ganhou à cogestão. De um lado, o P. C. P. e o P. S., fundamental e positivamente; do outro, o P. P. D. sobretudo.

Mas antes houvera o saboroso discurso que antecede a ordem do dia. Se não houvesse Cunha Leal (P. P. D.) ter-se-ia que inventar.

Em todo o País se vive no século XX (miserável mas cheio de televisões e automóveis) à excepção do hemisfério da Assembleia onde o século XIX é modelo, palavra, entoação, lei e regimento.

Aí vai: continuo a assistir à ressurreição do Eça. O «coliseu» não dá palmas nem farinha. Nem gladiadores propriamente dito. Tão somente: monótono, chato, vai soletrando palavras.

Aprovado com aplausos foi o artigo 7.º, n.º 6 referente a: «as comissões de trabalhadores têm o direito de exercer o controlo de gestão nas empresas e de intervir na reorganização das unidades produtivas».

O artigo oitavo seria eliminado. Antes houvera, sem aquecimento no Outono que pode começar a preocupar a Assembleia, a aprovação dos dois últimos artigos (33 e 34) referentes (com emenda do P. S.) ao ensino (político, científico e tecnológico, cultura física e desporto). Aprovados, por unanimidade (evóé!) ambos os artigos.

Regressemos ao início do fio da meada, com Penélope no gozo: Mário Soares tem a primeira falta na Constituinte, não respondeu à chamada. Se Mário Soares ao chegar à Constituinte em-

purrrar António Reis para a esquerda, ficará (o «leader» socialista) mais próximo da personagem «stevensoniana» de Galvão de Melo: Américo Duarte. A U. D. P. representa no camoniano solitário entre muita gente, a abrir a tarde, apresentou dois requerimentos.

Um referia e defendia o justo princípio de «a terra, as máquinas, e o gado a quem trabalha, expropriando sem indemnizações propriedades dos grandes latifundiários». Ao mesmo tempo, além de mais três considerandos sobre crédito, boicote à Reforma Agrária e cooperativas, Américo Duarte requeria para que se saísse ao Governo: «Quais as cooperativas agrícolas já constituídas e qual o auxílio económico prestado pelos vários governos provisórios a cada uma delas; qual o critério de atribuição dos respectivos créditos; quais as condições desse crédito. No segundo requerimento a U. D. P. insurgia-se tanto contra Vasco como contra Azevedo e afirmava após contestar o discurso do almirante Primeiro-Ministro na televisão: «O VI Governo esqueceu-se de explicar o empréstimo de 200 000 contos à I. T. T., enquanto esta investia em Espanha cerca de dois milhões de contos, ao mesmo tempo que se esqueceu de explicar porque é que o vinho é vendido à Rússia imperialista a um preço tão baixo e ainda por cima com transporte por conta de Portugal».

mais (digno de nota: desta vez Américo Duarte não foi oferecido com assobios e vaías que mesmo de poetas são pouco líricos): «O sr. almirante, depois de várias vezes falar da necessidade da ordem e disciplina, não informou quais as medidas que o VI Governo irá tomar contra o E. L. P. e o M. D. L. P.».

DEPOIS DE MIM: O ADJECTIVO (EX CIA)

«Com o triunfo do 25 de Abril, um clarão de esperança redentora iluminou radiosamente a alma da grande maioria dos portugueses tão duramente castigados pela tenebrosa noite fascista em que durante quase meio século, se viram mergulhados, além do mais». É verdade (por mais absurdo que lhes pareça): século XX, 16 de Outubro de 1975 Assembleia Constituinte. Escritor: Cunha Leal, advogado, pedista, com residência em Lisboa.

Após a introdução promissora, com «acácio» invejoso, a nostalgia vicentina da «nau nacional» a ambicionar atingir «um porto seguro de salvação». Além do mais, necessário é «encontrar consolo (...) no esplendor da pátria», atacando da tribuna sem toga o P. C. Não percamos antes que «os ratos» de antologia descubram: «E que, mau grado os protestos de adesão aqueles identificados propósitos do M. F. A. formulados então pelos responsáveis de todos os partidos, havia não obstante, quem não estivesse nada interessado naquele fair play democrático.» Como o leitor já entendeu o vilão da peça foi o plebeu P. C.

Mas o grave, se não fora ridículo, viria depois. Aten-temos na gargalhada: «Já neste hemisfério tive a oportunidade de evidenciar que nenhuma das, pelos menos, 13 revoluções eclodidas em movimentos sediciosos abortados, todos eles com vista ao derrube do regime ditatorial implantado em 28 de Maio de 1926, teve o P. C., como seu inspirador ou executor, a menor intervenção».

Acabou por vir à baila uma carta de Humberto Del-

gado, seguiu-se a disciplina tout de suite como o «cimento do M. F. A.» e os ataques useiros (sem direito ao processo ou não valha a imunidade) a Dinis de Almeida e a Otelo. O primeiro não passa de «um simples major, feito apressadamente» e que se opôs a que fosse entregue a um camarada seu, devidamente credenciado, certo armamento; quanto ao segundo, «um sr. general, igualmente de promoção acelerada, perante um escandaloso roubo de avultado número de armas perigosíssimas, praticado por um seu subordinado (sic) que disso se vangloriou proclamando que as poderias vir a utilizar se necessário, contra as próprias forças da ordem, se limitou a declarar, ele que dirige uma organização militar expressamente destinada a prevenir e a reprimir a subversão que não estava preocupado com o acontecimento, por aquelas se encontrarem em boas mãos».

Rosa Coutinho, «um almirante qualquer» também é alvo dos ataques de Cunha Leal, administrador da Covina, advogado antifascista, embora de discurso reaccionário como lembraria Carlos Brito do P. C.

Quanto aos soldados do C. I. C. A. P. e do R. A. S. P. para o deputado do P. P. D. não passam de um «conjunto de alucinados».

«Face ao exposto», vibra Cunha Leal no seu castiço linguajar, «um mar de inquietações afoga a nossa alma e uma torrente avassaladora de questões assalta o nosso espírito».

Em relação ao libelo que em jornais daria processo, abstenho-nos de transcrever. Tanto Dinis de Almeida, como Saraiva de Carvalho e Rosa Coutinho o podem ler, se tiverem o mínimo sentido de humor, no «Diário da Assembleia Constituinte».

Continua na pág. 18

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

SEDE: AV. DA REPÚBLICA, 27-29 — TELEF. 57 40 73 — LISBOA

COMUNICADO

ENCERRAMENTO AOS SÁBADOS ÀS 13 H.
NOS MESES DE OUTUBRO E NOVEMBRO

TRABALHADORES: O Patronato tenta por todas as formas dividir-nos para melhor nos dominar.

ERGAMOS A CABEÇA E DIGAMOS NÃO
Quando o Patronato diz que não respeitamos o CCT perguntemos-lhe: — E quando é que eles o cumpriram?

DIGAMOS NÃO À DEMAGOGIA!
NÃO À CALÚNIA!
NÃO À MENTIRA!

Cerremos fileiras e exijamos o cumprimento das nossas justas reivindicações.

SIM AO ENCERRAMENTO ÀS 13.00 nos sábados de Out. e Nov.

SIM À VONTADE EXPRESSA DOS TRABALHADORES
SIM AO FIM DA EXPLORAÇÃO

Lisboa, 16 de Outubro de 1975

PELA DIRECÇÃO
José David Simões

Divergências na A.P.R.U.?

A Associação dos Portugueses Refugiados do Ultramar, cujo objectivo primordial, de harmonia com declarações feitas no decorrer da Conferência de Imprensa que serviu para sua apresentação pública, é evitar a independência de Angola, começa a ter, seriamente, problemas internos.

Assim (informa aquela associação em jeito de aviso), Rafael Laborde Ferreira, que desempenhava o cargo de secretário-geral da A.P.R.U., deixou essas funções.

O aviso destina-se a todos «os associados e ao público em geral», não sendo adiadas as razões da destituição de Ferreira, nem, tão pouco, o nome do seu substituto.

"JORNAL DO COMÉRCIO"

Perfaz hoje 122 anos de publicação o nosso prezado colega «Jornal do Comércio». Ao seu director, Fernando Teixeira, e a todos quantos nele trabalham apresentamos as nossas cordiais saudações.

post scriptum

Quem lambe as botas ao MFA?

No governo de Vasco Gonçalves, os corifeus do Partido Socialista — destaque Mário Soares e Manuel Alegre — em comícios realizados em vários pontos do País (recordo Porto, Coimbra e Lisboa) gritavam perante as massas, que não necessitavam de lambe as botas do MFA e muito menos ao então primeiro-ministro Vasco Gonçalves.

Sucedeu agora que os citados «comicieiros» profissionais, numa louca histeria só não lambem as botas ao MFA e ao actual ministro Pinheiro de Azevedo, como tentam a todo o custo comer as próprias solas e o que resta nalguns casos, as rotas gáspeas do tão apedreado MFA.

Isto é revoltante, como a campanha feita contra a venda do vinho à Rússia pelo anterior Governo, quando afinal agora destacados dirigentes e militantes do Partido Socialista, acham correcto e necessário a realização de novo contrato (o que não ponho em causa) com o citado país, mas desta vez por preço inferior.

Isto é ultrajante, nojento, infeccioso. (...)

Eugénio Ferreira — AMADORA

O homem que denunciou o ELP

Houve uma coisa que os fascistas nunca perdoaram ao brigadeiro Corvacho — a comunicação de 23 de Março. A partir daí, era um homem a abater.

Já lá vão seis meses desde essa comunicação, em que o brigadeiro Corvacho nos mostrou o ELP, a encarnação da violência fascista, e nos disse, com a sua lúcida análise e com as provas que possuía, o que esses reacçãoários queriam fazer ao nosso povo, ao nosso país.

O que ele disse em 23 de Março está a acontecer. Assaltos, sabotagens, intimidações, toda uma série de acções que pretendem deixar o País num caos, que pretendem provocar o saudosismo em certas camadas da população, procurando uma base social de apoio para o fascismo.

Henrique A. Monteiro — Lisboa

Domingo, dia de trabalho

Todos nós portugueses temos conhecimento, por intermédio do sr. Primeiro-Ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, da gravíssima situação financeira que Portugal atravessa. Pois sendo eu português e conhecendo a difícil situação que nos espera, escrevo para esse jornal para fazer um apelo a todos os portugueses para que já no próximo domingo, dia 19, façamos uma jornada de trabalho voluntário em auxílio deste País que tanto carece. Apelo também a todos os portugueses para aderirem a esta causa nacional que é a de todos nós, e vamos para os postos de trabalho onde for mais útil a nossa presença.

João Augusto — Lisboa

As memórias do operário José Silva

Nos últimos anos do fascismo foi publicada a primeira parte da obra «Memórias de um Operário», autobiografia do militante comunista José Silva, livro que me impressionou muitíssimo. Voltei a relê-lo agora e vejo que a situação que ele descreve, nos anos anteriores à instalação do regime fascista, tem muito a ver com a actual situação e a sua confusão. Chego a ter medo de que se esteja a repetir a história. Porque não abrimos os olhos e fazemos, de facto, uma grande união das forças revolucionárias? Como escreveu José Silva, não serão os partidos a fazer a revolução socialista, mas sim o povo.

Alfredo R.S. Santos — Amadora

Carta aberta a Sá Carneiro

Sou antifascista muito antes do 25 de Abril de 1974, quero dizer, que já era antifascista no tempo em que o sr. era deputado fascista.

As vossas declarações em Coimbra, acusando o PCP de ser a vanguarda do ELP, são as declarações mais torpes que um político ou que pretende ser político e responsável dum partido até à data tem feito.

Quem quer o sr. enganar?

Todos nós sabemos que a grande força do seu partido está apoiada nos fascistas do antigo regime ex-UN e que a vossa política social-democrática é igual a social-fascismo.

Compondo-se o seu partido de todos estes elementos, sendo o sr. um ex-defensor do fascismo, como pretende que o povo possa acreditar que o PCP, o mais revolucionário dos partidos portugueses que durante 48 anos lutou contra o fascismo, pretenda tal política?

Quem é que neste momento defende as conquistas já alcançadas pelos trabalhadores? Quem é que neste momento defende a reforma agrária? Quem é que defende o rumo ao socialismo? Quem é que luta contra as garras dos capitalistas?

Não é o seu partido. Um partido da burguesia não pode e nunca defendeu os interesses das classes trabalhadoras.

Janes Quaresma — Amadora

LISBOA, MINORIAS E PROVÍNCIA

ANTÓNIO BORGES COELHO

Quando Leonor Teles fugiu de Lisboa, pela calada, em vez de exclamar: «ainda te hei-de ver arada a bois», «hei-de encher um tonel com as línguas das mulheres de Lisboa», poderia ter dito simplesmente que Lisboa não era a província, que Lisboa não era o país (valorizando, portanto, certa província, valorizando, portanto, certo país).

E com muito mais propriedade de poder dizer então. Na verdade quando o povo de Lisboa saiu à rua armado em defesa do Mestre de Aviz, «Messias de Lisboa», poucas cidades e vilas o acompanharam no seu movimento. Destacou-se uma vez mais o Alentejo. Ao partido castelhano, ateu-se quase todo o Além Douro, com a excepção honrosa da «invicta e leal cidade do Porto»; invete-se a maioria das Beiras, boa parte da Estremadura. E se Lisboa, com a sua cintura de vilas e cidades, aglomera hoje cerca de um quarto da população do país, nessa data Lisboa não rondava ainda a vigésima parte. E faltava-lhe o apoio de Cascais, de Sintra, da heroica Almada, de Alenquer, de Torres Vedras, de Santarém... «Não que os povos miúdos nos seus corações não tivessem com o Mestre.»

E afinal Lisboa quebrou os dentes ao poderoso exército de traidores e castelhanos que a cercavam. Quebrou-lhe os dentes morrendo de fome nas praças e espargindo sangue contra o inimigo. Lisboa fora afinal, num sentido, o melhor da província, o melhor do país.

Quando, morto o conde Andreiro, o Mestre abandonou os Paços Reais a par de S. Martinho (no actual Limoeiro), acompanhavam-no a massa do povo; saudavam-no as donas e donzelas chorando de alegria por o ver vivo; cavalgavam a seu lado alguns dos nobres principais que, no lado da traição, haveriam de tombar em Aljubarrota.

Mas depois que a rainha fugiu e que chegou a Lisboa o «grande estrondo» da entrada em Portugal do exército castelhano com os renegados portugueses, ficaram os corações, quer dos grandes quer dos pequenos, apertados com medrosos pensamentos. O próprio Mestre vacilou e dispôs-se a partir para Inglaterra.

Foi então que minorias revolucionárias activas, oferecendo ao Mestre os seus corpos e os seus haveres, o galvanizaram na senda revolucionária e erqueram a muralha de aço que susteve o impeto da contra-revolução que se apoiava nas lanças estrangeiras.

Os dados tinham sido lançados no levantamento contra o seu «legítimo» senhor. Agora os habitantes de Lisboa não tinham outro caminho.

Estavam entalados, encurralados pela revolução. Ou a vitória ou o cepo; ou a batalha com vitória ou morte ou serem depois «caçados no campo, um a um, como os perdigotos e enforcados depois pelos sobreiros».

Os operários, os camponeses e os aliados que eles se comprometeram na revolução ou vencem na senda revolucionária por onde se entalaram ou com sangue e lágrimas lhe voltam a pôr a albarda e a cravar o ferro.

Lembremos ainda, por momento, Aljubarrota. Supunhamos que ante a inumerável chusma de inimigos — a nobreza de Portugal e de Castela com os seus clientes, as suas belas armas, a artilharia, que entrava pela primeira vez em Portugal —, supunhamos que a Ala dos Namorados ou, mais a meu gosto, aquela malta mal armada do Alentejo, em lugar de firmarem as lanças, decidiam convocar o Mestre para um debate sobre a correlação de forças, servindo-se abundantemente dos Clássicos (nestes casos, Aristóteles e S. Tomás) ou pura e simplesmente exigiam uma votação, por voto secreto, braço levantado não por causa das manipulações.

Alguns peões assustados com o aparente desequilíbrio das forças largaram o arraial em correria e foram cravados pelas lanças dos inimigos. É um bom aviso para os transfugas, os que pensam que a revolução não passa de um jogo, manipulado do tabuleiro pelos políticos; os que supõem que a realidade obedece aos passes de magia da simples palavra. Confundem assim a sua atitude de classe com o movimento real.

Aliás, não vá o diabo tecê-las, esses tais enquanto jogam, enquanto se afastam em infandas apostas estratégicas, mantêm sempre um olho no burro e outro no ciganos, um olho no tabuleiro e outro na revolução. Jogos enquanto a batalha se decide, para depois correrem de língua de fora atrás do carro do vencedor.

No entanto, em Aljubarrota, indiferente aos jogadores, aquela pobre minoria, talvez manipulada, não virou a cara, aguentou firme e sepultou nas covas de lombo da sua audácia e imaginação os traidores e seus aliados estrangeiros.

Desculpem a insistência. Deitamos-nos num momento nas cortes de Coimbra de 1385. Imaginem só que o Mestre batia o pé. Considerava que só aceitava a coroa depois de eleita por sufrágio universal. Quem queriam para rei: a ele, João, Mestre de Aviz ou à choninhas «legítimas» de Beatriz? (Aos que consideram o exemplo abusivo, lembro que, neste

período, havia mais «eleições» do que muito boa gente imaginava).

Reparem só o que acontecia: os derrotados de Aljubarrota cobriam ânimo; das Beiras e de Além Douro chegariam os votos assinados de cruz contra o processo.

Os representantes dos conselhos vinham munidos com procurações e poderes no sentido de imporem a eleição do Mestre como rei de Portugal. Apesar disso, por causa das moscas, a cidade de Coimbra organizou uma grande manifestação popular com a palavra de ordem: «Arraial arraial por João, Mestre de Aviz, rei de Portugal!» Pois, ainda assim, os nobres da Beira e doutros lugares (ontem como hoje caciques de vastas áreas eleitorais) contestaram a legitimidade do novo rei, o que levou Nuno Álvares a secundar João das Regras acenando com o argumento e o voto da espada.

Ao desenterrar este nosso passado não pretende confundir. Muito menos apoucar o voto. Como me dizia um tenente-coronel, antes das eleições do 25 de Abril: não há que ter medo do voto porquanto, constituindo os trabalhadores a maioria da nação, os resultados estão feitos de antemão. «Boas contas faz o preto». Uma coisa é o número dos trabalhadores, outro o das consciências livres dos trabalhadores.

Votando — sobretudo lutando — aprende-se a cidadania. Mas só quando a consciência de classe coincidir com o interesse de classe, só quando a manifestação dessa consciência não encontrar obstáculos físicos, só então o voto exprimirá com limpidez a vontade popular.

A história, toda a gente o sabe, não se repete. 1383 não é 1975.

Com João, mestre de Aviz, estava a burguesia a chefiar a ofensiva revolucionária. (Não esqueçamos que a burguesia, mesmo enquanto classe revolucionária, foi sempre estimulada pela bolsa, pelo lucro, de preferência o máximo — a esperança do grão galardo os grandes feitos faz fazer pequenos) (ah Fernão Lopes de uma canal!), enquanto o seu furor revolucionário muitas vezes se afundou com o peso dessa mesma bolsa. Em 1975, é a classe operária que dirige a ofensiva, agora contra essa mesma burguesia decadente e moribunda.

E se, por exemplo, o Alentejo, hoje como ontem, está na vanguarda da luta, em 1383 foram os grandes proprietários vilões, nobilitados após a vi-

tória, que dirigiram o processo, embora na primeira fase, os assalariados e os mais pequenos lhes contestassem a direcção. Hoje são os assalariados e os pequenos e médios proprietários que dirigem a ofensiva.

A história não se repete. Constitui, no entanto, um manancial único, o património insubstituível da experiência colectiva.

Ao desenterrar este nosso passado, não pretendo intervir também na famosa guerra das manipulações. Manipular é mover com a mão, movimentar os outros homens consoante o capricho do manipulador. Os fantoches parecem falar mas não falam. Quem fala por eles é o benecreio. E ele que puxa pelos cordéis dos bonecos e pelas suas próprias cordas vocais.

Como distinguir então a manifestação autêntica da manipulada? Há uma regra simples, parece. Quando a multidão age contra os seus próprios interesses de grupo, ser meros ou a longo prazo, sem ser por uma opção individual consciente, essa multidão está a ser manipulada.

Essa manipulação processa-se puxando os cordéis através de agentes pagos ou interessados; processa-se controlando a «esfera legal» da consciência de cada pessoa através da mentira organizada, através da canga da necessidade económica.

Ora, baseado nos exemplos de 1383, considero que constitui mentira organizada intitular-se revolucionário e pôr em causa as chamadas minorias e vanguardas; intitular-se revolucionário e pretender opor Lisboa à província, ao país; intitular-se revolucionário e apagar a chama da revolução, pousando a arma, quando o inimigo ataca, para se proceder à oração, pseudo-expressiva do voto. Mentira maior é pretender construir o Socialismo, a sociedade sem classes, abastendo na prática os seus mais dedicados defensores e chefes. Ai é o lobo da contra-revolução que avança com as patas e a pele do carneiro.

A todos os que sinceramente estão do lado ou julgam estar do lado do processo revolucionário, apelo para que não ataquem o vanguardismo de Lisboa opondo-lhe a pseudo-oposição de uma certa província. Apelo para que façam sua a canção dos revolucionários de 1383, na Lisboa cercada, junto da Torre de Alvaro Pais:

Esta é Lisboa prezada.

Mirá-la e deixá-la.

Se quiserdes carneiro

qual deram ao Andreio.

Se quiserdes cabrito

qual deram ao Bispo.

CINEMA DE CINEMA DE PARIS

BUNUEL JUNIOR

«Leonor» é o terceiro filme de Juan Buñuel, o filho do grande Luis, de «L'Age d'Or» e de «Viridiana», e o primeiro que dele me foi dado ver. A crítica saudava, porém, «Au Rendez-Vous de la Mort Heureuse», filme de estreia, como obra auspiciosa — que «Leonor» confirma e não confirma.

Filme difícil de apreciar, sobretudo porque Buñuel é filho de Buñuel; senhor já de um nome de família resta-lhe, e não é fácil, «fazer» um nome de baptismo. E o convencional de que pode ser acusado nesta obra digna, discreta, sensível e inteligente não deixará de estar marcado pela ideia conven-

cional da própria estirpe do realizador, a que a crítica não escapa...

Filme romântico, e vindo do romantismo alemão dum Ludwig Tieck, em linha fantasmagórica, o seu título evita o título original da novela «Não acordeis os mortos», para se deter apenas no nome da heroína morta e ressuscitada, como vampiro que discretamente cumpre o seu fado, e morre no amor maldito que a ressuscitava. O lado vampiresco, mal popularizado por muitos filmes recentes, não se apercebe, porém, na aparente frieza da história.

Frieza ardente, como a poe-

sia compete? O realismo minucioso dos cenários e dos gestos (Michel Piccoli é um senhor violento na sua Itália medieval), em contraponto com uma estrutura sintética e elusiva, aproxima-se por vezes desse alvo sem correr perigos de cair na armadilha do emblemático que esperta reconstruções esteticistas. Porque algo de esteticismo tem este filme do jovem Buñuel, hesitando nos diversos caminhos que se lhe oferecem e defendendo-se de mais dos poderes fascinatórios da própria história.

E de novo o crítico terá de pensar em Buñuel pai, com

JOSÉ AUGUSTO FRANÇA

uma nostalgia que é má conselheira mas não deixa de ter as suas razões — que são, afinal, no caso, razões históricas. Porque pensar em Luis Buñuel, inevitável que é, a propósito de Juan, é pensar que a este falta aquela experiência mágica que o pai teve nos tempos da sua juventude e que se chama (ou chamou) surrealismo. Ou seja, por outras palavras, aceitar o despertar dos mortos e com eles conviver intensamente, sem falso pudor, entendendo o amor que eles podem servir, numa história de amor ou de «amour fou», que este belo filme poderia ter sido...

Nacional

RESPOSTA S A PINHEIRO DE AZEVEDO

INTERSINDICAL FAZ CRÍTICA DE FUNDO

«Socialismo significa o total controlo pelos trabalhadores dos meios de produção, e, consequentemente, o fim da exploração do homem pelo homem. Socialismo não pode confundir-se com a fase de transição entre o capitalismo e o socialismo. A essa fase de transição têm de corresponder medidas que garantam a marcha para a sociedade socialista. E as principais e prioritárias medidas económicas são, por isso, medidas políticas e não medidas técnicas». Considerações que a Intersindical faz, num extenso texto a propósito da comunicação ao país feita na segunda-feira por Pinheiro de Azevedo, chefe do VI Governo. O texto da Intersindical é uma pronúncia crítica sobre a comunicação. A extensão do texto não permite que se publique na íntegra. Dele se deve, em

qualquer caso, reter duas ou três passagens mais significativas.

«É reconhecendo que os trabalhadores organizados podem e devem constituir o motor da transformação económica e política que se criará as condições necessárias à resolução dos problemas económicos que atravessamos» — diz a Inter. — «sem compreender isto, bem como sem compreender as mais causas da actual situação, só será possível avançar as medidas «técnicas» do tipo das apresentadas que resultem a aumento de preços, de tarifas e impostos e ao recurso de capitais estrangeiros, não esclarecendo o povo da natureza e naturais implicações desses empréstimos» — acrescenta o texto, aludido à comunicação de Pinheiro de Azevedo.

Crítica-se seguidamente o recurso aos números. «De facto — lê-se — aos números citados serviram para anunciar e justificar aumento de preços, subida nos impostos indirectos, pretendendo-se responsabilizar os trabalhadores pela crise económica que atravessamos, não se fazendo referência às verdadeiras causas. Crise capitalista internacional, herança do fascismo, sabotagem económica, fugas de capitais e hesitações na luta antimonopolista e antilatifundista».

A LINGUAGEM DOS NÚMEROS

«O povo português, aquele que trabalha», considera a Inter que «não entendeu a linguagem usada» por Pinheiro de Azevedo. «Ou melhor, é muito capaz de ter entendido, mas desconfiou. E desconfiou porque atrás da linguagem dos números não encontrou as medidas urgentes que apontassem para o progressivo controlo da economia pelos trabalhadores a nível de empresas, de sector, de região e a nível nacional, que permitindo o combate à sabotagem interna e externa, abrissem as portas à orientação e planificação do aparelho produtivo, de acordo com as necessidades dos trabalhadores e sob a sua direcção».

Concretamente, sobre os números: eles são «em primeiro lugar, o reflexo da submissão de Portugal ao imperialismo e ao capital monopolista e latifundista, da política praticada pelo regime fascista, de sabotagem levada a cabo pela burguesia após o 25 de Abril. Houve, é certo, insuficiência ou falta de algumas medidas que poderiam ter contribuído para superar o impasse causado pela destruição dos mecanismos do capital monopolista após o 11 de Março, e a responsabilidade não cabe aos trabalhadores mas sim aos mesmos que tentaram sempre boicotar a formação de um amplo sector social de economia, controlado pelos trabalhadores, e que agora aparecem a

sacudir a água do capote e a acusar quem eles não deixaram trabalhar, nomeadamente o V Governo».

EMPRÉSTIMOS

A Intersindical põe em causa o optimismo a respeito dos empréstimos e auxílios estrangeiros, e assevera: «é necessário que não se engane o povo sobre tais empréstimos». Porquê? Diz a Inter: «Eles representam uma descarada ingerência nos nossos assuntos internos, pois estão condicionados, como foi afirmado por responsáveis da CEE, à evolução da situação política. Eles impõem a vontade das multinacionais sobre os projectos de investimentos que serão financiados pelos empréstimos. Estas formas de ingerência são consideradas pelo Governo como «correntes». Se a situação é difícil, que, pelo menos, seja revelada consciência suficiente para a não piorar irremediavelmente».

AUSTERIDADE

«Caminhar para o socialis-

mo pode implicar a aceitação de medidas de austeridade, depois de amplamente discutidas — considera a Inter. —, desde que estas atinjam fundamentalmente as classes mais privilegiadas e estejam enquadradas num plano global que garanta aos trabalhadores que o fruto do seu trabalho os irá beneficiar, ou aos seus filhos. Medidas de austeridade que façam recair as dificuldades sobre os trabalhadores principalmente, enquanto a minoria parasita e exploradora vive de uma forma ainda mais insultuosa, a isso os trabalhadores já disseram não e continuarão a dizê-lo.»

GOVERNO E SOLUÇÕES

O secretariado da Intersindical Nacional «não pode deixar de considerar que as soluções apresentadas pelo VI Governo não têm em conta a plataforma de acção que o permitiu.» Num consideração final, pode ler-se que «há que criar um

Governo que tenha a confirmação das massas trabalhadoras, um Governo que não tenha dentro de si a traição à causa da luta anti fascista, da democracia, da paz e da independência nacional».

Por último, preconiza a central sindical de trabalhadores que sejam reintegrados nas suas funções os elementos militares e civis recentemente afastados («saneamentos à esquerda»); e que sejam restituídos ao povo os dinheiros abusivamente distribuídos sem o seu consentimento; que se já respeitada a vontade popular expressa através dos órgãos legitimamente representativos do seu poder.

Considerando-se disposta a colaborar em todas as tarefas revolucionárias, a Inter declara no entanto reservar-se o direito de denunciar e combater todas as medidas que se revelem contrárias aos interesses dos trabalhadores e sirvam, os interesses privilegiados do capital, do imperialismo e dos seus representantes.

TAP

Transportes Aéreos Portugueses

Alteração de números telefónicos / PPC-TAP

A fim de melhor servir o público, os números telefónicos do PPC da TAP na área do Aeroporto de Lisboa — 72 21 01 e 89 41 21 — serão substituídos por um bloco de 20 linhas com busca automática, cujo número será 80 41 21.

Esta alteração terá lugar na noite de 17 para 18 do corrente mês.

P.P.D. APOIA A COMUNICAÇÃO

«A recente comunicação feita pelo Primeiro Ministro veio responder à necessidade que o Povo Português sente de estar informado sobre a real situação económica, política e militar que o VI Governo corajosamente enfrenta, ao pôr em prática, com autoridade e firmeza, o seu programa» — considera o P.P.D., num comunicado sobre a alocução ao país feita por Pinheiro de Azevedo no início da semana corrente. Tal como seria de esperar, o P.P.D. pronuncia-se sobre a comunicação de Pinheiro de Azevedo dum modo extremamente favorável.

O P. P. D. sublinha especialmente uma afirmação de Pinheiro de Azevedo: «Somos um povo civilizado e um Estado de Direito» — disse o Primeiro-Ministro. Diz a comissão Política Nacional do P.P.D.: «O P.P.D., que sempre se bateu, como o prova a sua actuação na Assembleia Constituinte, por esse Estado de Direito, saúda estas palavras do Chefe do Governo. Pensamos que tal afirmação, na hora presente, traduz uma aspiração de que participamos e que é co-

mum à grande generalidade do Povo Português. O apoio das Forças Políticas maioritárias ao VI Governo, manifestado ao longo do País é a melhor garantia de que ela será satisfeita».

No entender do P.P.D., «os portugueses esperam com confiança que as decisões já tomadas nesses sentidos sejam seguidas de medidas eficazes a nível político e militar. Disso depende o futuro da democracia e do socialismo pluralista em Portugal.»

U.D.P. ACUSA SAQUE E EXIGE DEVOLUÇÃO DOS DOCUMENTOS

A Comissão Central da U. D. P. emitiu um comunicado no qual refere a sua intenção de «desde já alertar quanto ao significado das notícias ultimamente inseridas na Imprensa, prometendo «sensacionais» revelações acerca da documentação encontrada na sede central do Porto».

A U. D. P. propõe que se recorde em primeiro lugar, as circunstâncias em que «as tropas fascistas de Pires Veloso» entraram na sede «após

o ataque frustrado do E. L. P. e seus comparsas». Lembra ainda a União Democrática Popular que «houve da parte do graduado comandante da força militar — o capitão Rocha — um compromisso de protecção das nossas instalações cuja defesa militante tínhamos até então assegurado. E prossegue o comunicado: «Aquilo que os terroristas não conseguiram foi-lhes dado de mão beijada pela força militar «protectora». A U. D. P. acusa um saque completo e integral e considera que se o acto já foi suficientemente grave, a ameaça de divulgação pública — «entenda-se, o anúncio dos inimigos do povo» — de documentos internos de um agrupamento político legalizado, «adquire características nitidamente provocatórias».

O comunicado termina com a exigência por parte da U. D. P. de que, no momento em que o Governo prega a «legalidade e o respeito pela lei», a disposição que determina a actividade dos partidos políticos antifascistas seja respeitada e que os documentos, já violados, lhes sejam devolvidos, para que o partido possa proceder contra «os autores deste acto terrorista».

ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL

No edifício sede do Banco de Portugal, o ministro das Finanças conferiu posse, a meio da manhã aos novos membros do conselho de administração daquela instituição bancária. São eles os drs. Silva Lopes (governador), António Seivas Costa Leal e Emilio Rui Vilar (vice-governadores) e Joaquim Mestre, Walter Marques, António Loureiro e Alberto José dos Santos Ramalheira (administradores).



Ao país o que é do país

CASA AFRICANA
apresenta
semana woolmark

Na abertura da estação Outono/Inverno admire as novas linhas da moda da Casa Africana, particularmente em confeccões e malas.

A partir de 16 de Outubro na Rua Augusta, 161-171, Lisboa.

Avalie por si próprio a qualidade, o conforto, a novidade, a classe dos artigos em Pura Lã Virgem com o controlo Woolmark, para senhora, homem, criança e bebé.

prefira artigos Woolmark fabricados em Portugal

Nacional

FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

ÓSCAR LOPES APONTA
CARÊNCIAS MATERIAIS

PORTO, 17 — Durante a sua estadia no Porto para empossar a comissão instaladora do Instituto Superior de Ciências Biomédicas de Abel Salazar e de que damos notícia noutro local, o dr. António Brotas, secretário de Estado do Ensino Superior, recebeu das mãos do dr. Oscar Lopes, director da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, um «memorandum» sobre as carências materiais daquela faculdade, justificativo do reforço orçamental pedido para a instalação e apetrechamento da mesma. Dado o interesse do documento dele respigamos o seguinte: a instalação da Faculdade principiou em 1962 e ainda não terminou. Os cursos de Geografia e Filologia germânica germânica só no ano de 1975/76 atingem o 4.º

O edifício que tem servido de sede tem sido sempre partilhado com a Faculdade de Ciências, e sê-lo-á doravante com o Instituto Biomédico, pe-

lo que, de momento, a Faculdade, para cerca de 1340 alunos de Filologia Românica e 204 de Geografia só dispõe de 8 salas, incluindo o salão, que tem péssimas condições acústicas, e duas saletas que não comportam mais de 40 alunos, a não ser que a Faculdade de Ciências evacue uma parte das instalações que aí ocupa mas, aparentemente, não utiliza a pleno rendimento. O anexo das taipas dispõe de 9 salas entre 40 a 100 lugares para cerca de 1200 alunos de Filologia Germânica. O anexo do Campo Alegre dispõe de duas salas, uma para 50 alunos e outra para 80, a servir cerca de 780 estudantes e o anexo de Vilar comporta com dificuldade cerca de 1300 estudantes de História, mas em precárias condições de instalação e até de segurança contra incêndio, e isso desde que se proceda a arranjos ainda em curso nas suas zonas aproveitáveis.

As condições mínimas de

instalação para a faculdade funcionar em 1975/76 são a cedência dos dois anfiteatros e da maioria das salas ainda ocupadas na sua sede pela Faculdade de Ciências, e o arranjo e apetrechamento do anexo do Vilar. Estamos — lê-se — a abstrair do funcionamento de algo como o ramo educacional, e a admitir a existência de pessoal docente e auxiliar que possibilite a efectivação dos necessários desdobramentos de turma.

ÓPTICA ERRADA

As necessidades da faculdade em material didáctico têm sido completadas através das verbas orçamentais concedidas segundo uma óptica errada, que é a da manutenção do nível das despesas em anos transactos, esquecendo o facto de a escola estar há 12 anos, e sobretudo há 8 anos, em fase de instalação inicial e com uma frequência que ultrapassa cada vez mais a Faculdade de

Letras de Coimbra. O custo anual pago pelo Estado da escolaridade de cada aluno da Faculdade de Letras do Porto anda em 1975 por cerca de 40 contos, contra 25 contos da média de todos os alunos universitários. Assim, a dotação de 500 contos anuais para a Biblioteca não permite a continuação de um fundo bibliotário de arranque.

A título de comparação note-se que a dotação anual da biblioteca da Faculdade de Ciências do Porto é da ordem dos 1200 contos. O curso de Filologia Germânica não dispunha ainda em 1974/75 de obras de autores ingleses fundamentais do século XIX. O curso de Geografia carece do apetrechamento cartográfico necessário. As carências bibliotecárias da Faculdade agravaram-se pelo facto de ela não conter quaisquer institutos bem apetrechados e não haver no Porto uma biblioteca geral da Universidade, uma biblioteca de academia ou uma biblioteca nacional com as dotações das de Coimbra ou Lisboa.

Para cerca de 2500 alunos de Filologia Românica e Germânica, e para o estudo de 8 línguas vivas, a faculdade conta apenas com 10 posições de um laboratório de línguas rudimentar. Um leitor de Inglês rescindiu recentemente o seu contrato com a Faculdade e pôs-se ao serviço da Universidade do Minho, porque, para um número reduzido de alunos de línguas, essa Universidade dispõe já de um laboratório maior e de melhor qualidade.

As carências em aprendizagem audiovisual são tão grandes, numa escola com cerca de 1300 alunos de História, incluindo História da Arte, que para efectivação de um curso intensivo de Verão para estrangeiros foi preciso pedir emprestado à Escola de Belas-Artes um projector de «slides» em boas condições de funcionamento.

CAL BRANDÃO PEDIU ADIAMENTO, MAS...

C.D.S. confirma comício no Porto

PORTO, 17 — Apesar de recomendação e sugestão em contrário, feita pelo gabinete do governador civil do Porto, o C. D. S. Partido do Centro Democrático Social, mantém a sua convocação para um comício amanhã, às 15 horas, no Estádio das Antas, nesta cidade. O C. D. S. confirma a intenção há alguns dias tornada pública de realizar o seu comício, diz, «por estar certo da determinação do povo do Porto na defesa da ordem e tranquilidade públicas».

Era do seguinte teor o comunicado do gabinete do dr. Mário Cal Brandão, ontem emitido: «Este Governo Civil, ao ter conhecimento da reali-

zação de comícios, neste fim-de-semana, na cidade do Porto, entende: 1 — Acontecimentos muito recentes deram ensejo a uma lamentável onda de violência, cujo triste balanço é sobejamente conhecido; 2 — Torna-se indispensável criar um clima de ordem e tranquilidade públicas propício à realização das tarefas de recuperação que o Governo se propôs; 3 — Seria estultícia não reconhecer aos partidos políticos o direito fundamental de efectuar comícios, manifestações ou desfiles em conformidade com os termos da lei de reunião; 4 — Sem se pretender coarctar o exercício de tal direito, enten-

de-se que, nas actuais circunstâncias, se deve procurar manter um ambiente de calma exposto, este Governo Civil recomenda e sugere que os anunciados comícios sejam adiados como meio de se preservar a possibilidade de eventuais confrontações possíveis de causar séria perturbação de ordem e tranquilidade pública».

O comunicado do Governo Civil do Porto fala de comícios: trata-se de jornadas de luta anunciadas por organizações de esquerda para a tarde de sábado, na sequência do anúncio feito pelo C.D.S. respeitante ao seu comício no Estádio das Antas.



Ora diga-nos

VAI À MISSA?

A poucos dias da visita do Presidente da República ao Papa, auscultar a opinião do Povo português acerca da missa dominical — e se costumam ou não assistir a tal acto pareceu-nos importante. Assim, pois, vai ou não à missa?

Também para aquilatar do apoio que o Episcopado possa porventura ter no que se relaciona com a Rádio Renascença, serve este «ora diga-nos» de medida...

Lucília Maria Lopes, empregada comercial: «Não, não vou à missa aos domingos, mas sou católica. Não sou é praticante». Claro que acho interessante esta visita do Presidente da República ao Papa. O facto de muitas outras pessoas irem à missa aos domingos não me incomoda: ou vão para se pavonearem, ou porque, simplesmente, são o que se convencionou chamar de beatas...».

«Não vou, mas sou católica tradicional» — confessou-nos Maria de Jesus, telefonista que não comunica com Jesus. E também nos disse: «Não penso nada acerca das pessoas que vão à missa aos domingos, que não dão força a nada a ninguém, e muitos menos à posição do Episcopado na questão da R.R. Ser católica, enfim, não é mais que uma tradição de família...».

Um electricista, Manuel Lúcio: «Vou, sim, senhor, quando posso».

Não vou sempre, porque há muitos domingos em que trabalho. Creio que é muito importante — acentuar esta visita do senhor Presidente da República ao Papa».

Para Ricardo José Fonseca, jovem empregado num talho, a questão é diferente: «Não, não vou à missa há mais de três anos. E não vou porque os meus pais, que não são católicos, não me deixam. Se deixassem ia mesmo com os meus amigos».



ADÓQUE

(ao Martim Moniz)

Tel. 87 42 80

HOJE

As 20.30 e 22.30 horas

ACIADOS
CARDEAIS

RIA COM

ANTÓNIO MONTEZ
em «VÁSCO DA GAMA»Num teatro confortável,
completamente remodeladoBilhetes desde 30\$00!
(Não ac. men. 18 anos)

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Dando cumprimento ao que foi aprovado em Assembleia Geral do dia 8 do corrente mês, convocam-se todos os sócios para uma nova Assembleia a realizar no dia 22 do mês em curso, pelas 21 horas, no Pavilhão dos Desportos com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: — Apreciação de um relatório elaborado pelo Conselho Fiscalizador sobre a actuação da Direcção.

Lisboa, 14 de Outubro de 1975

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Aida da Conceição Pinheiro A. Carreira

ENCARREGADO OBRAS PÚBLICAS E CONSTRUÇÃO CIVIL

Com experiência de trabalhos de Pontes. Profissional qualificado com bons conhecimentos de fundações, cofragens e betão pré-esforçado. Enviar resposta com «curriculum» e condições pretendidas, para eventual admissão na zona centro do País.

Resposta ao n.º 1611 deste jornal.

RECEITAS DE CONSERVAS DE PEIXE

Solicite-as escrevendo à D.G.C.I.

Rua Alexandre Herculano, 6-3.º

LISBOA 2

Nacional

O Instituto Nacional de Estatística editou os «números» relacionados com o Turismo no ano findo. O volume totaliza cerca de 490 páginas contendo uma série de dados relativos àquele ano.

Figuram no início conceitos e definições utilizados no volume presente, com gráficos que permitem fazer uma ideia rápida da evolução de alguns indicadores no sector do turismo.

Os primeiros parágrafos (o estudo é apresentado em três partes) apresentam as «entradas dos estrangeiros», num total de 2622 mil (menos 35,8 por cento que no ano de 1973), do qual se destacam a Espanha (1169 mil), o Reino Unido (383 mil), os E.U.A. (218 mil), a França (153 mil), a Alemanha (167 mil). No que respeita a estes países a diminuição

anual foi para a França — 38,6 por cento, para o Reino Unido — 25,2 por cento para a Alemanha (20,5 por cento).

Por outro lado, verifica-se que o movimento se processa sobretudo por via terrestre (58,6 por cento). Do total dos estrangeiros entrados, apenas 1383 mil (52,8 por cento) são turistas, havendo, também, 871 mil excursionistas (na grande maioria espanhóis) e 367 mil em trânsito marítimo. Seguidamente, pode ver-se que as receitas cambiais atribuídas ao turismo desceram em 1974, atingindo 11229 mil contos (menos 10,4 por cento que no ano transacto), com destaque

Menos turistas em 1974

para os E.U.A. (2703 mil contos, — 18,8 por cento), reino unido (1447 mil contos, — 27,1 por cento), Alemanha (1619 mil contos, — 11,4 por cento), Espanha (903 mil contos, — 11,3 por cento) e Suíça (592 mil contos, — 8,8 por cento). A França (2454 mil contos) apresenta-se com mais 11,7 por cento. Refere-se ainda que, por estimativa baseada em sondagem levada a efeito pela direcção geral do turismo nas fronteiras, foi calculada uma «Estada Média» de 9,6 para os estrangeiros, em visita ao nosso país, e que estes efectuaram 13223 mil dormidas durante o ano, ou seja, menos 30,8

por cento do que em 1973.

O capítulo que se segue refere-se aos estabelecimentos hoteleiros, podendo pôr-se em relevo, em primeiro lugar, os dados relativos à «capacidade de alojamento disponível» e o «pessoal ao serviço», já publicados em «folhas de divulgação», assim como os «investimentos» relativos a 1973. São incluídos os movimentos de hóspedes (3139 mil) e de dormidas (9380 mil) na hotelaria. Fácil é constatar que apenas 37,3 por cento (1172 mil) corresponde a estrangeiros alojados em estabelecimentos hoteleiros, onde passaram 4443 mil

noites.

Ainda em relação a hotelaria nota-se que os estrangeiros utilizaram basicamente o alojamento em hotel (3247 mil dormidas, representando 73 por cento), enquanto que os nacionais recorreram, de preferência, às pensões (2918 mil dormidas num total de 4938 mil, isto é, 59 por cento). Quanto à distribuição regional o distrito de Lisboa tem lugar de relevo no movimento hoteleiro, detendo cerca de 34 por cento das dormidas totais, seguindo-se o de Faro com 19 por cento, o do Funchal com 13 por cento e do Porto com 8 por cento.

A última parte reporta-se às «casas de hóspedes» e aos parques de campismo, onde também se inserem as «colónias de férias. Ai se assinala que os parques de campismo registaram em 1974 cerca de 504 mil frequentadores (575 mil em 1973), com vantagem para os nacionais (74 por cento), a que corresponderam 1808 mil dormidas (1805 mil em 1973), sendo 78,6 por cento referente a nacionais. Em relação aos países estrangeiros têm relevo a França (36,6 por cento das dormidas), a Alemanha Ocidental (16,5 por cento) e o Reino Unido (13 por cento) na sua grande maioria nacionais, que totalizaram 709 mil dormidas (806 mil em 1973), representando os estrangeiros apenas 1,4 por cento em relação às dormidas.

O ALGARVE SEM DISFARCE

Prenúncios de catástrofe

FARO, 17 — A situação económico-social no Algarve degrada-se de dia para dia, apesar das medidas que vão sendo tomadas: esta é a conclusão que se pode inferir das várias intervenções registadas durante uma conferência de Imprensa da Comissão Regional de Emprego, que decorreu no Governo Civil, sob a presidência do chefe do distrito, dr. Ramires Fernandes.

Como foi sublinhado, as novas condições político-sociais criadas pelo 25 de Abril, «tornaram inadequada toda a legislação dominada pela ideia centralizadora» pelo que, a CRE, pressionada por todo um mundo de problemas que exigem solução urgente, se vê manietada pela burocratização que o Código Administrativo marcelista impõe, apesar de, por vezes conseguir soluções concretas para problemas conjunturais muito específicos.

A Comissão Regional de Emprego, como diria o governador civil, «detecta os problemas mas não tem meios técnicos e financeiros para os resolver», o que «sem a regionalização do Algarve será muito difícil superar a crise que se agudiza e que pode proximoamente transformar-se em catástrofe». É de referir que a institucionalização da autonomia do Algarve «vem sendo prometida desde o III Governo». E, como o dr. Ramiro Fernandes revelou, em contactos havidos recentemente com os secretários de Estado da Administração Local e Regional e do Planeamento Económico e

Orçamento, foi de novo prometida «a promulgação próxima do diploma que vai tornar possível a tão repisada regionalização».

PANORÂMICA GERAL

No sector agrícola, por exemplo, afectado por toda uma série de problemas, em que sobressai o acentuado decréscimo no preço da cortiça, produto que estava na base da subsistência de muitos pequenos e médios agricultores, pensou-se na construção de pequenas barragens de terra, construção que foi decidida entre os Ministérios da Agricultura e do Equipamento Social e Ambiente. Foi feito o estudo prévio de vinte dessas barragens, e entregue ao secretário de Estado da Reestruturação Agrária. Acontece que, até hoje, não se obteve nenhuma resposta no sentido de concretizar esses projectos.

Igualmente na zona serrana, vastas zonas sofreram bastante com a campanha do trigo, impondo-se agora o repovoamento florestal, que não é

possível fazer por falta de possibilidades económicas para de imediato iniciar um plano de envergadura do que é necessário e até porque os agricultores são tradicionalmente avessos a investimentos a longo prazo. Estão no entanto inteiramente à sua disposição os viveiros florestais e a ajuda técnica para levarem a efeito esse indispensável repovoamento florestal.

Também neste sector, a Reforma Agrária dá passos em frente, embora não sejam ao ritmo desejável e que noutras regiões tem vindo a conseguir-se. A dimensão da propriedade algarvia (mais reduzida) impõe que a «reforma» seja encaminhada no sentido de reestruturar as condições de vida do campesinato, através de um apoio social e agrícola, o esclarecimento e o incentivo das formas de cooperação agrícola, a elucidação do que é a lei do arrendamento rural. Uma série de medidas, enfim, que ajudarão a transformar o agricultor algarvio.

SOLUÇÕES DE «REMENDO»

Foram passados em revista os diversos problemas que afligem o Algarve, e que não encontram solução, não só porque não há legislação, nem meios técnicos, financeiros e humanos, que de algum modo

permitam a actuação imediata dos serviços representados na Comissão Regional de Emprego que, não obstante, vai lançando mão a obras, como por exemplo a promoção turística noutros mercados para colmatar a falta de postos de trabalho, resultantes, sobretudo, do encerramento de muitas empresas de construção civil e do cancelamento de muitas das reservas que, agências de viagens de turismo e viagens de determinados países vão fazendo, sob o pretexto da «instabilidade política portuguesa».

É de referir que no Serviço Nacional de Emprego se inscreveram, de Janeiro a Abril, cerca de 8200 trabalhadores, sendo 1265 provenientes de despedimentos colectivos e mais de 5500 de despedimentos individuais. Mas mesmo para estes desempregados, que de forma alguma correspondem às cifras reais do desemprego, é difícil conseguir colocação, visto que as ofertas sofreram uma quebra vertiginosa (mais de 70 por cento, relativamente a 1973).

A realidade algarvia é bem diferente da criada artificialmente, e à qual todos se habi-



«Bem-estar e prosperidade» é imagem que morreu

tuaram a associar imagens de bem-estar e prosperidade. Despedido o manto da fantasia e da mentira, ela mostra-nos uma «situação de crise que se agudiza e que a curto prazo se

pode transformar em catástrofe, porque houve inoperância dos poderes centrais», como viria a afirmar o dr. Ramires Fernandes, ao encerrar o encontro.

Afixação de preços já está em vigor

O Ministério do Comércio Interno chama a atenção de todos os comerciantes, prestadores de serviços e do consumidor em particular para a aplicação do Decreto-Lei 533/75, de 29 de Setembro, sobre afixação dos preços das mercadorias nos locais de venda a retalho e nos serviços, que já entrou em vigor.

O presente diploma tem como objectivos:

1) — «Conseguir uma maior clarificação do mercado. Defender o consumidor, protegendo simultaneamente o comerciante da concorrência desleal. Pode dizer-se que o factor preço é o que mais conta para o consumidor. Há quem recuse um produto de preço elevado e há também quem o não faça quer por acahanamento quer por falta de informação. Portanto a necessidade de afixação é evidente e é importante que seja satisfeita antes do acto da compra. O preço deve entrar na decisão de compra.

2) — Uniformização das regras e processos de afixação de preços. Há já alguns bens e serviços para os quais há disposições que obrigam à afixação. Contudo esta obrigato-

riedade vem disposta em diplomas específicos sobre a comercialização desses produtos, o que acarreta uma certa dificuldade e «desordem» quer na sua aplicação quer no seu controlo. Daí que este diploma tenha um carácter genérico, para todos os produtos e serviços.

Transcrevem-se seguidamente alguns dos pontos principais do decreto:

Art. 1. — 1) Em relação a todas as mercadorias destinadas à venda a retalho, bem como a toda e qualquer prestação de serviços, independentemente do regime de preços em vigor, deve exhibir-se o respectivo preço de venda ao público. De forma bem visível. Qualquer que seja o local de venda. Art. 2. — 4) Considera-se lista todo o suporte onde são indicados os preços de várias mercadorias ou serviços de forma inequívoca e perfeitamente legível. 5) As listas apenas se devem utilizar quando a natureza das mercadorias torna materialmente impossível o uso de letreiros ou etiquetas. Art. 3. — 3) O preço indicado incluirá todas as taxas de modo a que o consumidor possa

conhecer o montante exacto do que tem a pagar. 4) Nos casos em que for aceite a devolução de taxas, além do valor global da mercadoria, deverá ser indicado o valor da própria taxa. Art. 4. — 1) Na venda de mercadorias em lotes deverá indicar-se o preço e a composição do lote, bem como o preço de cada uma das unidades. 2) Na venda de mercadorias em conjunto deve igualmente indicar-se o preço total, o número de peças respectivas e, caso seja possível, a aquisição de peças isoladas, o preço de cada uma. Art. 6. — 1) Os preços das prestações de serviços devem constar de listas expostas nos locais onde as mesmas são oferecidas ao público. 2) Nas listas devem especificar-se as prestações de serviços, bem como o respectivo preço. 3) Nos serviços prestados à hora, à percentagem, à tarefa ou segundo qualquer outro critério, os preços devem sempre ser indicados com referência ao critério utilizado. 4) No caso de haver taxas de deslocação ou outras previamente estabelecidas, estas devem ser indicadas especificamente.»



Agências de viagens cancelam gradualmente as últimas reservas

PELO PODER POPULAR

DESFILE MACIÇO EM SETÚBAL

SETÚBAL — Milhares de pessoas manifestaram-se ontem em Setúbal, pelo avanço do Poder Popular e em apoio ao Ralis, C. I. C. A. P., R. A. S. P. e Regimento de Infantaria de Setúbal. Os manifestantes, que foram convocados pelo Comité Misto de Luta de Setúbal, concentraram-se na Praça do Bocage daquela cidade, desfilando depois por diversas ruas, até se concentrarem em comício junto do R. I. S., gritando palavras de ordem, dentro das quais se destacavam:

«Reaccionários fora dos quartéis, já!», «Soldados sempre, sempre ao lado do Povo», «Unir, avançar e armar o Poder Popular», «Azevedo, Veloso e Charais, fora que estão a mais» e «Fora com a canalha, o Poder a quem trabalha!»

Da varanda dos serviços de Finanças de Setúbal, fronteiro ao largo em que se concentraram os manifestantes, usaram da palavra membros de comissões de trabalhadores e moradores e do Comité de Luta de Setúbal, soldados de várias unidades militares e ainda uma representante de trabalhado-

res do jornal «O Setubalense». Os trabalhadores deste jornal encetaram ontem um novo processo de luta contra o patrão Carlos Bordallo Pinheiro, que, para evitar a linha editorial de esquerda assumida por aquele periódico tentou incluir na Redacção militantes de um partido que diz defender o socialismo, mas que afinal é anti-operário. Foi também salientado que num plenário que ontem decorreu naquela empresa, o proprietário afirmou pretender institucionalizar a censura, ou então o exame-prévio!

Os membros das comissões de moradores e trabalhadores que usaram da palavra referiram-se à necessidade de avanço e organização das estruturas do Poder Popular, referindo nomeadamente medidas concretas para melhorar as condições de vida das classes mais exploradas. Foi assim salientada a necessidade das rendas serem pagas através de uma percentagem, a estabelecer do salário auferido por cada trabalhador.

Usaram ainda da palavra soldados do Ralis, do R. P. M.,

do C. I. C. A. P. e do R. I. S., que manifestaram a solidariedade dos militares destas unidades com a luta dos trabalhadores pelo socialismo e pelo Poder Popular e expuseram a situação que se vive no seio das Forças Armadas, tendo sido veementemente criticada a criação do A. M. I., que foi definido como força essencialmente repressiva.

No final da manifestação foi aprovada uma moção acerca da actual situação em Timor, na qual se criticava energeticamente a actuação do VI Governo em relação àquela colónia, bem como dos anteriores Governos Provisórios que se recusaram a negociar com a Fretlin.

O comício terminou cerca das 22 horas depois dos manifestantes terem cantado a Internacional.

MANIFESTAÇÃO EM LISBOA

Entretanto, está marcada para o dia 23, a próxima quinta-feira, a «grande manifestação unitária e popular», a realizar em Lisboa, com con-

centração no Rossio, às 19 e 30. Afirmar-se-á na manifestação a determinação de lutar «pelo avanço e reforço das assembleias populares, em defesa das conquistas da Revolução».

A iniciativa surge «na sequência das manifestações locais realizadas nestas últimas semanas pelos trabalhadores e pelas massas populares empenhadas em opor uma firme barreira à ofensiva das direitas». Vários organismos populares deliberaram aceder à ideia lançada, pela primeira vez, na manifestação realizada na Amadora, em favor da Assembleia Popular e dos órgãos do Poder das classes trabalhadoras.

ASSEMBLEIAS POPULARES EM LOURES

Comissões de moradores de 16 freguesias do concelho de Loures decidiram promover assembleias populares em todas as localidades representadas, nos próximos quinze dias. A decisão foi tomada após reunião com as comissões administrativas das respectivas juntas de freguesia.

As comissões de moradores, num total de 83, representam uma população de mais de 300 mil habitantes, e também resolveram exigir do Ministério das Finanças um empréstimo de 61 550 contos para custear as obras em curso pelos serviços municipalizados, que se destinam a beneficiar as populações mais desfavorecidas do concelho.

LINDA-A-VELHA EM PLÊNARIO

A Pró-Comissão de Moradores de Linda-a-Velha promove um plenário a realizar sábado, dia 18, às 15 horas, na Academia Recreativa daquela vila. A ordem de trabalhos proposta inclui aspectos relacionados com a formação de uma comissão de moradores.

OCUPANTES E MORADORES DE ARROIOS

Promovido pela Comissão Revolucionária Autónoma de Moradores e Ocupantes, efectua-se hoje, às 21 e 30, no Clube Estefânia, à Rua Alexandre Braga, 24-A, um plenário de ocupantes e moradores pobres da zona de Arroios. Esta reunião visa a discussão de formas de luta contra as investidas da burguesia que põem em perigo «todas as conquistas até agora alcançadas», segundo se lê na respectiva convocatória.

MORADORES DO BAIRRO REGO-SUL

As Comissões de Dinamização da Rua dr. Álvaro de Castro, do Bairro Rego-Sul, convocam todos os moradores daquele bairro para o plenário que se efectuará, amanhã, às 21 horas, no Liceu D. Pedro V, a fim de se decidir o modo de eleição da Comissão de Moradores.

SOARES E CUNHAL CONCORDAM

É preciso salvar a revolução

PARIS, 17 — Mário Soares, secretário-geral do P. S. e Álvaro Cunhal, secretário geral do P. C. P., explicam as suas divergências num inquérito aberto pela revista francesa «L'Unité» sobre a situação da esquerda no Sul da Europa.

Salienta Soares: «Nós somos partidários da manutenção da aliança entre o Partido Socialista, o Partido Popular Democrático e o Partido Comunista, que são, afinal, os representantes da grande maioria do povo português». Cunhal, por seu turno afirma-se disposto a cooperar com o P.

S. mas indica «que há um ponto em relação ao qual não abdicaremos, no âmbito de um acordo com o P. S. é a perspectiva do socialismo». O secretário-geral do P. C. salienta que «se os socialistas se decidirem a corrigir seu sistema de alianças», «tudo será fácil». Acrescenta, porém, que caso os socialistas baseiem a sua actividade no anticomunismo, «isso não levará a nada».

Soares responde que recusa «aquilo a que chama a política do salame», isto é, a política que consiste em «isolar sucessivamente os seus adversários,

até ao momento em que eles ficam sós». «A marginalização do P. P. D., precisa o «leader» do P. S., era o primeiro passo para a eliminação do P. S.». Este esquema — acrescenta — seria idêntico ao que se verificou na Europa de Leste, depois da guerra.

Cunhal salienta, por seu turno, que o que os comunistas não querem «é ser marginalizados pelo nosso próprio povo na nossa própria Revolução». No entanto, e em conclusão, os dois «leaders» portugueses aproximam-se, num certo sentido, ao insistirem que é preciso salvar a Revolução.

SÁ CARNEIRO EM BRAGA

CAMPANHA ANTI-P.C.P. ACELERA

«Antidemocrático e antiportuguês», eis como Francisco Sá Carneiro classificou o Partido Comunista, no decurso de um comício do Partido Popular Democrático ontem realizado em Braga. Segundo o secretário-geral desta organização, o P. C. não deveria figurar no VI Governo, pois «pratica uma política dupla: está simultaneamente no Governo e na oposição». Referindo-se ao actual Governo, disse Sá Carneiro que «temos de estar a seu lado com maior firmeza, pois os anteriores, presididos pelo general Vasco Gonçalves, levaram o País à beira da ruína e do caos». A propósito, citou Pinheiro de Azevedo e recomendou aos portugueses a meditação feita ao País pelo Primei-

ro-Ministro do VI na passada segunda-feira.

Muito concorrida a sessão, o secretário-geral do P. P. D. falou longamente e na linha do que tem sido a sua intervenção ultimamente na cena política do País. Ele atacou o P. C., a F. U. R., Vasco, Corvacho. Ele defendeu o P. P. D., pôs reservas ao P. S. (aludindo a necessidade de que este Partido se defina nas suas relações com o P. C.), o VI Governo, Pinheiro de Azevedo (a defesa do Primeiro-Ministro é por assim dizer uma extensão necessária à defesa do VI, onde P. P. D. e P. S. têm uma representação esmagadora).

Sá Carneiro abordou ainda outros temas interessantes e susceptíveis de sensibilizarem

a multidão que o aplaudia com numeroso entusiasmo. Falou dos órgãos de Comunicação Social e associou a situação deficitária em que estes se encontram com a situação de atraso em que se encontram as zonas rurais. Atacou concretamente a Televisão, a Emissora Nacional, o Rádio Clube, os jornais de Lisboa, nacionalizados — disse — dando um défice mensal de 40 mil contos, o que, na sua opinião, constitui uma situação escandalosa quando se tem em conta que «esse dinheiro poderia ser aplicado em melhoramentos públicos e em elevar o nível de vida do nosso povo rural, ainda tão desprezado».

Numa referência à Televisão, exprimiu o seu desacordo quanto à solução de encerrá-la, mas sugeriu que ela deveria ser «limpa, varrida» dos perigosos agentes da corrupção moral e política que se instalaram através das manipulações comunistas.

Depois de ter falado Sá Carneiro, a multidão seguiu para o R. I. B., cantando. Junto ao R. I. B., o secretário-geral do P. P. D. leu uma moção de apoio ao VI Governo e ao brigadeiro Veloso. No final, cerca da meia-noite, os manifestantes entoaram o hino nacional.

SANTIAGO DE CACÉM MANIFESTA-SE

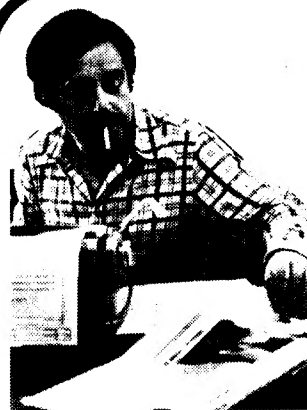
SANTIAGO DE CACÉM, 17 — As comissões de moradores deste concelho convocam uma manifestação popular para amanhã, às 16 horas, para a qual estão convidadas todas as comissões de trabalhadores, sindicatos, ligas de pequenos e médios agricultores, coope-

rativas agrícolas, colectividade e toda a população em geral.

A manifestação, de carácter apertado, tem por objectivo a defesa das conquistas alcançadas no 25 de Abril, o avanço da Reforma Agrária e do Poder Popular.

Nacional

O repórter de serviço



ANTÓNIO TADEU

A EXACTA DISTÂNCIA

Do incenso e das barbas de milho em mortalha de papel de jornal, cigarros da infância às escondidas, à liamba em mortalha de 20 angulares, vai pelo menos menos a distância de papel para papel. Dos escondidos da infância ao Rossio não sei que caminhos vão. Por andar a jogar à bola no Rossio, foi levado à esquadra por um polícia, isto faz já muito tempo, um amigo meu. Por não gostar do Tomás, isto faz já menos tempo, foi levado do Coliseu para Caxias esse amigo meu. Por malhas que o império teceu, foi o meu amigo parar a Angola. Por malhas que ele desteceu, mandou o império às urtigas. Dos escondidos por que então passou até ao Rossio, de novo, não sei por que caminhos o meu amigo foi. Por o ter lá encontrado, isto faz

muito pouco tempo, quis saber desses caminhos: «Olha pá, mudei muito, passei muito, desde que mandei a guerra à merda. Agora voltei, mas sou outro, sou um tipo gasto. Já cá estou há uns tempos, ainda comecei a acreditar, mas agora estou a ver que me piro outra vez. Isto não anda nem desanda. Não tenho paciência e tenho a minha vida, lá na Suíça».

Rossio, Angola, Suíça e um amigo meu. Tudo a propósito de uma breve notícia de há dias sobre fumadores de liamba enrolados em 20 angulares...

Ah! É isso, precisamente: das barbas de milho em papel de jornal à liamba em notas de angular, dólar, seja que moeda for, vai a exacta distância de substância a substância, de papel a papel.

MOBILIÁRIO, ADORNOS, DECORAÇÕES E APARELHAGEM DE RESIDÊNCIA MONTADA PELAS MELHORES CASAS DE LISBOA

PRATAS, QUADROS, ELECTRODOMÉSTICOS, UTILIDADES, ETC.

BONITO E INVULGAR

LEILÃO

AMANHÃ, SÁBADO, das 15 às 20 hs. AV. BRASIL, 198-1.º-Esq.º — LISBOA

Será vendido pela maior oferta todo o invulgar conjunto de mobiliário de estilo, fabricação das melhores casas de decoração, assim como adornos de muito bom gosto e categoria e que preenche as 10 divisões desta moderna habitação e que estará

EM EXPOSIÇÃO AMANHÃ, DAS 10 AS 13 HORAS chamando a atenção dos n.ºs clientes para a conveniência de apreciarem previamente este conjunto de bom gosto e invulgar de se apresentar em leilão.

SOC. DE LEILÕES AV. DUQUE DE LOULÉ, Nº 1 Telfs. P.P.C. (9 Linhas) AFRAFILHOS, Lda



MARIA CLEMÊNCIA

FALECEU

Seu marido, filhos e restante família, participam o falecimento de sua esposa e mãe de que o funeral se realiza amanhã, dia 18, pelas 15.00 h., da Igreja da Graça para o Cemitério do Alto São João.

BOM APETITE

AMANHÃ
LULAS À REX
ENTRECOSTO DE PORCO
NA BRASA
No restaurante panorâmico do HOTEL REX

RESTAURANTE PANORÂMICO DO
Hotel Rex
Rua Castilho, 169
PREÇOS POPULARES

Restaurante CASTANHEIRA
DECLARADO DE UTILIDADE TURÍSTICA
ESTRADA DA TORRE — TELEF. 790169 — LUMIAR
SALAS PRIVATIVAS PARA CONFRATERNIZAÇÕES
E LANCHES DE CASAMENTO
AOS DOMINGOS ALMOÇOS DANÇANTES
Parque automóvel (Encerrado às 2.ªs feiras)

RESTAURANTE QUINTA DE S. VICENTE
TELHEIRAS DE CIMA, 144 (Campo Grande)
CHURRASQUEIRA — ADEGA TÍPICA
PARQUE AUTOMÓVEL PRIVATIVO
Encerrado às 2.ªs-feiras a partir das 16 h
e 3.ªs-feiras todo o dia

RESTAURANTE REX BAR
AGORA E ALÉM DOS ALMOÇOS E JANTARES, SERVIÇO DE CEIAS ATÉ ÀS 2 H.
DA MANHÃ • AMBIENTE AGRADÁVEL
RESERVAS PELO TELEFONE N.º 36 01 14
CHADE - LISBOA
RUA NOVA DA TRINDADE N.º 1-B • LISBOA

RESTAURANTE número 1
RUA DOM FRANCISCO MANUEL DE MELO, 44 - A
TELEFONE 68 43 26 - LISBOA
"STEAK HOUSE"
ABERTO AOS DOMINGOS

Dona Maria
Restaurante - Cervejaria - Bar
AGORA COM NOVO SERVIÇO — MAIS RÁPIDO E ECONÓMICO
REFEIÇÃO ESPECIAL — 6800 (incluindo vinho e taxas)
— Aceitam-se senhas de almoços —
Encerrado aos Domingos (Excepto para banquetes)
Largo do Regedor, 7-1.º — Telef. 3 49 82 (Junto ao Teatro Nacional)

LEÃO D'OURO
(RENOVADO)
ALMOCE E JANTE NESTE
RESTAURANTE
AR CONDICIONADO
Rua 1.º de Dezembro, n.º 93 — Telef. 326195

Angola-Seguros de Automóveis

A Comissão de Coordenação e Reestruturação da Indústria Seguradora informa todos os proprietários ou utentes de veículos automóveis circulando actualmente em Portugal com contratos de seguro emitidos em Angola que se deverão dirigir às Companhias de Seguros no prazo máximo de 30 dias, a fim de regularizarem a sua situação.

BATAS PROFISSIONAIS
ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA
TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções
v. João XXI, 5-D — Rua Infante 16, 55-C — LISBOA

Trabalho

Estruturação sindical dos funcionários públicos

Com o objectivo de apresentar a sua proposta de estatutos para o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, a Comissão Directiva Regional Provisória (CDRP) promove, amanhã, às 16 horas, no pavilhão da FIL uma reunião da classe. «Um sindicato não se inventa: nasce da prática de luta dos próprios trabalhadores» — afirma a CDRP ao convocar esta reunião.

Para a CDRP esta proposta não é mais do que o reflexo escrito da experiência ganha pela classe desde sempre e particularmente depois do 25 de Abril. A discussão e aprovação na generalidade de um dos quatro estatutos, será feita naquela assembleia convocada especialmente para o efeito,

pela «constituente». «A nossa experiência já nos ensinou que a unidade da classe se constrói e consolida na luta» — afirma a CDRP. «Também nos ensinou — prossegue — que não há melhor forma de estrutura sindical que aquela que os próprios trabalhadores, em cada lugar e em cada situação, vão formando desde a base».

A proposta de estatutos que agora vai ser presente à classe fixa como âmbito do sindicato os oito distritos do Sul do País (Lisboa, Setúbal, Santarém, Castelo Branco, Beja, Faro, Évora e Portalegre) o que resulta do facto dos trabalhadores destes distritos terem vindo a colaborar activamente na formação do sindicato da região Sul, a cuja organização aderi-

ram espontaneamente».

De acordo com o mesmo texto, a assembleia geral do sindicato será o seu órgão soberano, prevendo-se a realização de assembleias por local de trabalho, que em seu entender corresponde «a uma prática sindical correcta». Isto permitirá que não só os trabalhadores da zona de Lisboa, mais próximos da sede do sindicato, possam participar na vida do organismo representativo da classe.

Para intervir, como órgão intermédio entre a direcção (o executivo) e a assembleia geral, propõe-se a criação de uma assembleia de delegados sindicais.

O CDRP que agora propõe estatutos para o Sindicato dos Funcionários Públicos, foi

constituído como Comissão Instaladora daquele organismo de trabalhadores, em Fevereiro último, por decisão de uma assembleia regional de delegações que representava os trabalhadores dos oito distritos do Sul.

Cumprindo o seu mandato, o CDRP conseguiu uma sede para a organização sindical, iniciou a publicação periódica de um boletim sindical, recolheu fundos através de quotas provisórias dos trabalhadores inscritos, dinamizou a vida sindical com dezenas de sessões de esclarecimento na região Sul, resolveu por solicitação dos trabalhadores problemas específicos nos locais de trabalho e deu cumprimento às deliberações da assembleia regional de delegações.

Disciplina militar na Setenave?

«A situação económica da Setenave é realmente desesperada» — afirma num comunicado do conselho de trabalhadores desta empresa. Estão de acordo, neste aspecto, com a «carta aos trabalhadores» por parte da administração.

Só que, e como não podia deixar de acontecer, as razões apresentadas para esta crise divergem profundamente. «A crise não é de agora e tem muito pouco a ver com toda a instabilidade política interna da empresa e das relações de trabalho, mas sim com factores incontroláveis como o boicote económico e a crise do capitalismo internacional».

Tal como o Governo, ou o Conselho da Revolução, também a administração da Setenave justifica em grande parte

a crise da empresa por falta de disciplina e autoridade. «Moderação nas reivindicações», «respeito pela autoridade e cumprimento das respectivas decisões», é o tipo de argumentação utilizada. A isto, os trabalhadores perguntam: «O que se pretende entender por disciplina? Terão sido os trabalhadores portugueses disciplinados até ao 25 de Abril? Para quem se tenha esquecido do que foi Portugal, podemos servir-nos do exemplo actual da disciplinada Espanha».

Que existe «um clima indisciplinado na Setenave», os representantes dos trabalhadores estão de acordo. Mas as razões desse clima, descobrem-nas sobretudo na falta de trabalho, nas demissões dos gestores das responsabilida-

des que lhe competem no processo. Demissões essas, originadas tanto pelo receio de serem contestadas nas atitudes que tomem, como pelo desequilíbrio no processo político, como ainda pela consciência da sua reduzida capacidade.

Será que para resolver o problema, a administração aposta na solução da organização militar industrial? Dizem os representantes dos trabalhadores: «sabemos estar o processo de criação do OMI» (não se confunda com AML, sugerimos nós) «a decorrer calmamente na Setenave, por despacho de 2/6/75 do vice-almirante (Chefe do Estado-Maior da Armada) e que encontra o seu suporte legal no Decreto-Lei n.º 32 670 de 17/2/1943 e assi-

nado pelos sinistros marechal Carmona, António de Oliveira Salazar, entre outras destacadas figuras da disciplina do regime salazarista».

Para que se tenha uma ideia aproximada do carácter repressivo do Decreto-Lei n.º 32 670, transcrevemos o seu sumário: «Permite ao Governo ordenar a organização militar de instituições, serviços ou empresas de carácter público ou privado com o fim especial de assegurar a prestação de trabalho e o regime de produção que particularmente interessa ao regular abastecimento das forças militares ou do País, à manutenção das condições normais de vida e à defesa da economia nacional». Aqui fica. Como alerta. Da Setenave. Para a Setenave. E não só.

Reformados da CP: questão de 280 mil contos?

O problema dos reformados da CP será apenas um problema dos reformados da CP? Ou será uma questão dos reformados deste País, em geral? Depois: será uma questão de quanto? Ainda: como se somam as insuficiências das reformas? Pelas pequenas reformas iniciais, ou pelos aumentos paralelos à alta do custo de vida, da inflação?

É que o Conselho de Ministros tomou a resolução de reforçar em 280 mil contos a verba do Orçamento Geral do Estado respeitante ao pagamento de reformas e sobrevivência dos ferroviários da CP. Inicialmente, no Orçamento, estava prevista a verba de 320 mil contos, para 1975. Este reforço quer dizer que cada reformado vai ter direito a um aumento de cerca de 25 por cento, com efeitos retroactivos a partir de 1 de Janeiro, já que os ferroviários no activo tinham sido aumentados com efeitos sobre aquela data.

Foram detectados, no Secretariado Nacional recentemente eleito para o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, «dois elementos que tiveram ligações com organismos fascistas» — informa a comissão eleitoral daquele organismo.

A própria lista eleita, afecta, aliás, ao P. P. D./P. S., teria pedido já a exclusão de um desses elementos, enquanto se aguardam as informações pedidas à Comissão de Extinção da PIDE/LP.

Entretanto, foram divulgados os resultados definitivos das eleições, realizadas no dia 29 de Setembro: lista A, 7509 (43,3 por cento); lista B, 4110 (23,7 por cento); lis-

ta C, 1447 (8,3 por cento); lista D, 439 (2,5 por cento); lista E, 1136 (6,5 por cento); abstenções, 1806 (10,4 por cento); votos nulos, 8554 (4,9 por cento).

REUNIR AGORA PARA FIAR (TÊXTEIS) DEPOIS

Por deliberação dos Conselhos Gerais das Federações dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, de Lanifícios e Vestuário de Portugal realiza-se entre 12 e 14 de Dezembro, em local a designar, o Congresso Nacional dos Trabalhadores do Sector Têxtil.

Recordamos, genericamente, que a indústria têxtil atravessa uma grave crise

e que representantes dos trabalhadores já se reuniram ainda há pouco tempo em Ofir, onde tomaram importantes decisões, com vista à total reestruturação do seu campo de actividade. Se a actual crise se mantiver, muitos milhares de pessoas poderão, em breve, ser afectados pelo desemprego.

Entretanto, há poucos dias, a mesma Federação, perante a inoperância dos sectores governamentais responsáveis, mostrava-se disposta a não esperar muito mais. Parece, portanto, óbvio que a possibilidade dos trabalhadores da têxtil continuarem a fiar depende das reuniões que tiverem, das deliberações que tomarem, e da oportunidade que tiverem de as aplicar.

BOATOS ENLATA-DOS, BOATOS ENTALADOS

A Comissão de Trabalhadores da Embamar (Empre-

sa Frigorífica e Conserveira do Algarve) respondeu com um seu comunicado a «calúnias postas recentemente a circular em folhetos anónimos». Dizem: «Os trabalhadores da Embamar só têm tempo para responder que, por exemplo, cem mulheres enlataram 19 300 latas de 1/4 club, sardinha inteira em óleo, moule 4/6, em duas horas e meia, no dia 9 de Outubro».

Não sabemos exactamente de que boato se tratava. Fosse qual fosse, ainda há mais resposta desta comissão de trabalhadores: «não há, nem poderá haver, forças capazes de destruir a sua unidade, e confirmam a confiança que depositam no delegado nomeado pelo Governo para assegurar a gestão da sua empresa».

CERVEJA EM LUTA

As comissões de trabalhadores ligadas ao sector cervejeiro, das firmas Imperial-Loulé, Cive-Lisboa e Marinha Grande e Sociedade Central de Cervejas-sede, Vialonga, Coimbra e Catujal, dão o seu inteiro apoio à luta dos camaradas do sector de comercialização no sentido de que aquele sector seja imediatamente nacionalizado.

«A justiça desta tomada de posição, bem como a certeza de que quaisquer medidas que venham a ser tomadas, pelo referido sector a partir do próximo dia 15, caso esta reivindicação não seja satisfeita, só poderão ser favoráveis aos interesses de todos os trabalhadores».

A data já passou.

Trabalho

SITUAÇÃO CRÍTICA

FALTA O APOIO GOVERNAMENTAL

— afirmam pequenos e médios comerciantes

«Haverá condições para que o pequeno e médio comércio possa subsistir, no meio de tanta falta de atenção e apoio governamental», perguntou um orador, durante um plenário de pequenos e médios comerciantes de Lisboa, realizado ontem à noite.

A falta de apoio das entidades oficiais aos comerciantes, que se defrontam com problemas cada vez maiores, derivados do aumento de encargos, redução das receitas, e concorrência desenfreada dos vendedores ambulantes, foi tema amplamente abordado durante o plenário, onde estiveram presentes algumas centenas de pequenos e médios comerciantes.

Referindo-se à ausência de diplomas legislativos satisfatórios, outro orador afirmaria: «As verdadeiras leis que são imperiosas, são as leis revolucionárias. Têm, efectivamente, de ser as leis revolucionárias a mandar, pois não há outra alternativa. É preciso sermos nós a ditarmos essas leis e a pô-las em prática».

Intensificando a acção mobilizadora do sector, vai efectuar-se proximamente novo plenário, onde serão tomadas «as devidas posições (e por que não precauções?)». Baseada numa campanha de esclarecimento político e apartidário, a Comissão Dinamizadora dos Pequenos e Médios Comerciantes, promotora da reunião,

vai empenhar-se «numa luta tendente a trazer à nossa causa todos esses pequenos e médios comerciantes, que embora sofrendo directamente na pele as consequências das dificuldades existentes neste ramo de actividade, ainda se não consciencializaram verdadeiramente dos graves riscos que actualmente atravessa».

«Não devemos esperar pela altura em que o caos económico aparecer, porque então já será demasiado tarde e, nessa altura, muito boa gente se perderá aproveitando», alertou alguém.

Quanto ao Governo, apenas se pede que não marginalize os pequenos e médios comerciantes, permitindo-lhes que

decidam «as medidas mais correctas a tomar em relação à concorrência desenfreada dos vendedores ambulantes». Por vezes, estes teriam «um sistema de vendas mais desafogado que o próprio comerciante estabelecido», pois não pagam impostos nem contribuições, têm maior liberdade de actuação e, por vezes, até são protegidos pela Polícia — segundo foi afirmado.

Como forma de reacção a este estado de coisas, houve quem sugerisse que os comerciantes, aos sábados à tarde, descessem à rua com as suas mesas de venda, à semelhança dos ambulantes, deixando, se fosse preciso, de pagar as contribuições industriais.



Uma pele profundamente limpa; o encanto que dia a dia se renova; limpar e tratar, eis a base fundamental para «ter» beleza. Na pele limpa, aplique-se ou «Emulsion d'Ambrosie», ou «Super-nourissant» de «Guerlain». O «Fond de Teint Traitant» é o unificador do tom da pele.

Enfermeiros do Sul escolhem hoje a nova direcção

Cerca de doze mil enfermeiros escolhem hoje a nova direcção do Sindicato da Zona Sul. A mesa de voto está a funcionar na sede do Sindicato até à meia-noite.

Duas listas concorrem a estas eleições. A lista A definiu-se como defensora da unidade antifascista e anti-social fascista e integrada por elementos de vários partidos políticos com excepção do Partido Comunista. Se for eleita, a posição «por princípio» em

relação à Intersindical, será a de não se integrarem na Central Sindical. Propõem-se também «lutar pela actualização dos vencimentos à escala nacional».

Quanto à lista B, «democratizadora de toda a organização sindical e seu controlo pelos trabalhadores, bem como total apartidarismo a nível de trabalho sindical», são os pontos mais em evidência no seu programa.

A Lista B considera ainda, como tarefa prioritária «defender o caderno reivindicativo, aprovado em plenário nacional, levar a cabo a reestruturação das carreiras e lutar por diploma único para todos os profissionais de enfermagem». Por último, a lista B propõe-se criar cursos de especialização, ligar o Sindicato aos restantes trabalhadores e contribuir para a concretização do Serviço Nacional de Saúde.

Os Drs. Luis Coutinho e João Falcato, respectivamente director-geral dos Hospitais e

inspector superior da Acção Hospitalar foram afastados dos seus cargos pelo actual Secretário de Estado da Saúde.

Os Sindicatos dos Médicos e dos Enfermeiros da zona Sul protestam num comunicado contra mais «este saneamento à esquerda».

«Estes dois médicos — afirmam — conhecidos desde há longos anos pelas suas posições progressistas e já perseguidos no tempo do regime fascista, defenderam sempre intransigentemente uma política de saúde ao serviço do povo, a qual se empenharam em levar à prática no exercício das suas funções, conforme o atestam as acções por eles desenvolvidas».

O afastamento — prosseguem — que denunciamos faz parte, com toda a evidência, da ofensiva da reacção visando o assalto a todos os escalões do Poder.

Com isto, o actual secretário de Estado da Saúde, conhecido membro do P.P.D., mostra

que a sua maior preocupação é, neste momento, não a solução dos gravíssimos problemas médico-sanitários que afectam a população em geral e daqueles que dizem respeito aos trabalhadores da saúde, mas o saneamento à esquerda no seu departamento, onde nunca foi conseguido o saneamento à direita.

«As direcções destes sindicatos responsabilizam desde já o VI Governo Provisório, e o secretário de Estado da Saúde em especial, pelas consequências que advirão destes afastamentos para a efectivação das medidas inovadoras e progressistas que vinham sendo desenvolvidas na política da saúde pela Direcção-Geral dos Hospitais».

«Por tudo isto, estas direcções tomarão as medidas e desencadearão todas as formas de luta para que também esta ofensiva reacção e contra-revolucionária seja derrotada».

PRECISA-SE!

“Brigadas de trabalho para o Alentejo”

«Organizar brigadas de trabalho voluntário de ajuda às herdades colectivas e aos pequenos agricultores» — eis o apelo lançado pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Beja.

«É tempo de acabar com os demagogos», salienta-se no mesmo comunicado, «com falsos amigos do povo. É tempo de unir os trabalhadores dos campos e dos quartéis, na luta pela Reforma Agrária, à qual têm dado o seu contributo, operários, empregados e intelectuais, o que se confirma pela criação da Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária».

Foi frequente, nas últimas colheitas, ver nas herdades colectivizadas, estudantes, operários ou jovens estrangeiros a trabalhar lado a lado com os alentejanos. Aos fins-de-semana muitos operários de fábricas da cintura industrial de Lisboa deslocavam-se em caravanas para algumas dessas herdades. Esse movimento terá que aumentar pois aproxima-se a apanha da azeitona. As árvores estão carregadas. E os braços não vão faltar com certeza!

Posse da direcção dos Metalúrgicos:

“SOMOS HOMENS DE ACÇÃO”

«Somos metalúrgicos, e talvez por isso, somos homens mais de acção do que de palavras» — afirmou um dos membros da nova direcção do Sindicato dos Metalúrgicos, durante a tomada de posse, que ontem se realizou na Intersindical Nacional.

A escolha da Intersindical foi justificada por um dos metalúrgicos: «Era nosso desejo tomar posse dentro de uma empresa metalúrgica, no meio dos nossos camaradas de trabalho e de luta. Apercebemo-nos, porém, que a escolha de uma empresa era extremamente difícil porque já são muito numerosas as empresas metalúrgicas com tradições de luta antifascista e revolucionária. Assim, para não magoar o legítimo orgulho de ninguém, escolhemos a Central Sindical Unica, como genuína representante dos trabalhadores portugueses. Esta homenagem que prestamos à Intersindical, a que o nosso Sindicato pertence desde a sua fundação em 1970 — quando os ousados contestatários de hoje não tinham coragem sequer para comparecer a uma reuniãozinha clandestina — não ex-

clui a possibilidade crítica aos erros já cometidos e aos que eventualmente se venham a cometer pelo secretariado».

«Desafiamos quem quer que seja», prosseguiu, «a provar que não se praticaram erros na luta revolucionária. Contudo, uma questão é para nós muito clara: uma coisa são os erros que todos nós praticamos e que a Inter também praticou e outra muito distinta são os ataques dirigidos à Inter que visam objectivamente destruir a unidade dos trabalhadores e fortalecer as forças que defendem o capitalismo».

Estiveram presentes no acto de posse alguns operários metalúrgicos espanhóis que frisaram a sua solidariedade com a direcção eleita assim como trabalhadores de outros ramos de actividade. «Um sindicato que efectivamente é dos trabalhadores, mesmo que aparentemente parado, tem que estar sempre em movimento para poder defender a classe que representa» — afirmaria um dos elementos da direcção cessante.

PLENÁRIO DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES

O Secretariado Nacional das Comissões de Trabalhadores convoca todas as Comissões de Trabalhadores, sem excepção, para participarem numa reunião que se realiza amanhã, sábado, às 15 horas, na Fábrica de Cervejas Imperial (Marina) em Loulé.

«Esta reunião», lê-se na con-

vocatória, «vem no seguimento das linhas gerais traçadas no I Congresso Nacional das Comissões de Trabalhadores na Covilhã» com vista à «unificação e centralização de todas as Comissões de Trabalhadores que, brevemente, elegerão o seu Secretariado Regional».

EXTERNATOS

MARQUÊS DE POMBAL
Rua Morais Soares, 93 • tel. 82 02 21/83 46 58

ALVARES CABRAL
Avenida Grão Vasco, 1 • (Barrica) • tel. 70 69 74/5

SÃO VICENTE
Rua Edith Cavell, 8 (ao Chile) • tel. 84 88 64/5

AULAS DE MANHÃ — TARDE — NOITE

- CICLO PREPARATÓRIO
- CURSOS LICEAIS — GERAL E COMPLEMENTAR
- CURSO GERAL ADM. E COMERCIO
- CURSOS C/ PROGRAMAS PRÓPRIOS (EM PREPARAÇÃO)

CURSOS INTENSIVOS P.^a ADULTOS E

Agora, também, abertos aos ALUNOS MENORES

SINDICATO DOS PROFESSORES

(Zona da Grande Lisboa)

Professores do 12.^o Grupo

Realiza-se no próximo dia 18 do mês de Outubro, pelas 14 horas, um Plenário de professores do 12.^o grupo, no Sindicato — Rua das Gaivotas, 6.

O. T.

1 — Informações.

2 — Demissão/eleição da Comissão Coordenadora dos Professores do 12.^o grupo — G. L.

3 — Estágios pedagógicos.

4 — 7.^o ano de escolaridade.

A COMISSÃO COORDENADORA DO 12.^o GRUPO — GRANDE LISBOA

Pel'A Comissão Directiva
Ludgero Paulo Nobre Leote

Nacional

JORNALISTAS EM ASSEMBLEIA

Voto de total desconfiança no ministro Almeida Santos

A classe dos jornalistas decidiu ontem, no decorrer de uma assembleia geral do sindicato, dar um voto de total desconfiança ao actual ministro da Comunicação Social e à política «chantagista, reaccionária, antipopular e contra-revolucionária que este pretende inculcar» — e, ao mesmo tempo, acentuar que «não se encontram dispostos a aceitar uma orientação direita no sector da Informação que ponha em causa as conquistas já alcançadas pelos trabalhadores portugueses em geral e pelos trabalhadores da Informação em particular.»

É este o teor da proposta aprovada pelos jornalistas sobre as medidas recentes dadas pelo Ministério da Comunicação Social:

«Os jornalistas reunidos em assembleia geral do seu sindicato em 16 de Outubro de 1975, considerando:

«1 — Que a acção do actual ministro da Comunicação Social do VI Governo Provisório, dr. Almeida Santos, tem-se caracterizado pelo seu cunho reaccionário e antipopular;

«2 — Que o referido ministro aprovou a ocupação militar das estações de Rádio e da RTP em fins de Setembro último;

«3 — Que o dr. Almeida Santos se manifestou a favor da entrega da Rádio Renascença e do jornal «República» ao respectivo patronato e posteriormente sancionou o silenciamento e selagem da R.R. e o corte de créditos da R.R.;

«4 — Que o ministro da Comunicação Social não só defende a Lei de Imprensa, como a considera «revolucionária» e ameaça que qualquer tentativa de a rever só terá por fim levar à redacção de uma lei ainda mais reaccionária e repressiva;

«5 — Que o mesmo dr. e ministro, no uso reaccionário, antipopular e «legalista» da Lei de Imprensa, já instituiu processos judiciais a diversos jornais, nomeadamente, devido a estes terem divulgado e denunciado ao povo português, o chamado «Plano dos Coroneis» — plano da reacção militar e civil para restaurar o fascismo em Portugal —, sem que, todavia, tenha tomado quaisquer medidas quanto à divulgação por parte do «Jornal Novo» e «A Luta» dos comunicados alarmistas e provocatórios do P.S., no dia 1 do corrente;

«6 — Que, através da emissão de constantes «notas oficiais» e das suas instruções de publicação (nomeadamente as relacionadas com as mensagens do C.E.M.F.A. aos militares em 5 do corrente, já denunciada neste sindicato, e, mais recentemente, a instrução de durante três dias publicar a «resposta» do ministro do Trabalho aos metalúrgicos), o M.C.S. pretende na prática controlar e manipular o conteúdo dos diversos órgãos de Informação, transformando-os em arautos fiéis ou forçados do VI Governo Provisório;

«7 — Que o sr. Almeida Santos, que se afirma liberal, democrata, independente e que, segundo as suas esclarecidas declarações ao «Jornal Novo» se tornou ministro da Comunicação Social por gosto do desafio, tem adoptado os processos chantagistas mais descarados em relação aos órgãos da Informação estatizados — «O Século», «Diário de Notícias», «Diário Popular» — que, no fundamental, têm estado no processo revolucionário, ameaçando-os de lhes cortar os créditos caso eles não apoiem o VI Governo Provisório;

«8 — Que nas suas declarações ao «Jornal Novo» da passada segunda-feira, o bem

pensante Almeida Santos tece considerações que são uma constante provocação aos trabalhadores da Informação e aos trabalhadores portugueses em geral, manifestando o mais completo desprezo pelas posições sobre a Informação, tomadas pelos trabalhadores;

«9 — Que, na prática, o actual ministro da Comunicação Social mais não faz do que aplicar os planos do P.P.D. e do P.S. para o sector da Informação, procurando transformar esta num instrumento ideológico e repressivo da reacção;

«10 — Que, além disso, toda a prática do M.C.S. vai no sentido de contestar, combater e procurar aniquilar as conquistas dos jornalistas, trabalhadores da Informação e das classes trabalhadoras portuguesas no campo da sua organização de classe e, nomeadamente, no âmbito do controlo operário da Informação e da defesa de uma Informação independente e apartidária mas, no fundamental, sempre empenhada com a prossecução do processo revolucionário no sentido da democracia popular e do socialismo.

«Decidem:

«1 — Dar um voto de total desconfiança ao actual ministro da Comunicação Social e à política chantagista, reaccionária, antipopular e contra-revolucionária que este pretende inculcar, não hesitando, para o efeito, em fazer mão dos meios mais escandalosos — particularmente a chantagem económica.

«2 — Afirmar que não se encontram dispostos a aceitar uma orientação direita no sector da Informação que ponha em causa as conquistas já alcançadas pelos trabalhadores portugueses em geral e os trabalhadores da Informação (em que se incluem os jornalistas) em particular; que, nomeadamente, não aceitam a contestação do direito dos trabalhadores ao controlo revolucionário da Informação e de fenderão as suas formas de organização a nível de empresa, sindical e parassindical.

«3 — Repetir que não serão aceites pela classe quaisquer medidas «eleitorais» que, a coberto de um democratismo pseudoliberalizante, apenas pretendem entregar os órgãos de Informação (arrancados pelo povo às mãos dos capitalistas e fascistas) às forças hegemónicas da burguesia (seja ela social-democrata ou mais ou menos claramente contra-revolucionária e fascista); neste sentido, os jornalistas dizem não à eventual instituição nos órgãos de Informação dos chamados «conselhos de Informação» tripartidários e proporcionais que, afinal, não serão mais do que conselhos da contra-Infominação burguesa.

«4 — Dizer não ao respeito «legalista», mas na prática profundamente reaccionário, que o actual ministro da Comunicação Social pretende impor pela Lei de Imprensa; tal como já o referiram várias vezes, os jornalistas dizem não à actual

Lei de Imprensa — cuja inadequação ao avanço do processo revolucionário já foi, aliás, reconhecida por várias estruturas do poder de Estado (inclusive o Conselho da Revolução) — e declaram que a utilização que o dr. Almeida Santos tem vindo a fazer da mesma lei só demonstra os seus reais potenciais reaccionários e repressivos; por outro lado, os jornalistas denunciam quaisquer chantagens por parte do M.C.S. no sentido de que «há que aceitar esta lei porque uma outra lei nas actuais circunstâncias seria muito pior...».

«6 — Os jornalistas também dizem não aos saneamentos à esquerda nos órgãos de Informação (nomeadamente nas administrações militares, tal como já sucedeu na E.N.) mostrando-se dispostos a defender por todos os meios a orientação progressista dos órgãos de Informação, recusando-se a fazer deles porta-vozes submissos do VI Governo;

«7 — Os jornalistas reafirmam, também, que não cederão a pressões e chantagens — económicas ou outras — do M.C.S. e outros órgãos do Poder e denunciam os processos intimidatórios que o ministro Almeida Santos tem vindo a usar — nomeadamente, a instauração de sucessivos processos judiciais a órgãos de Informação, enquanto outros, como o «Jornal Novo» e «A Luta», continuam impunemente as suas provocações às forças progressistas e ao movimento popular de massas.

«8 — Os jornalistas dizem não ao corte de subsídios a jornais, como meio de dividir os seus trabalhadores e de os silenciar — tal como já sucedeu com a «República», e como são agora ameaçados «O Século», «Diário de Notícias», «Diário de Lisboa» e «Diário Popular» —, e reafirmam o seu apoio à luta dos trabalhadores da Rádio Renascença, exigindo a sua reabertura;

«9 — Os jornalistas denunciam ainda quaisquer tentativas do M.C.S. fazer uma política económica de restrições à Imprensa estatizada, com o fim de subsidiar órgãos de Informação, como o «Jornal Novo» e «A Luta», que desde há muito vêm demonstrando ser vozes — nem sequer discretas — da contra-revolução;

«10 — Por fim, os jornalistas vinculam a direcção do sindicato a manifestar energicamente ao M.C.S. a posição tomada pela classe e estabelecer contactos com os Sindicatos dos Gráficos e dos Trabalhadores da Imprensa e o secretariado das comissões de trabalhadores dos órgãos de Informação, no sentido de se encontrarem formas de luta comuns de resposta às chantagens e medidas repressivas do M.C.S., devendo esta luta ser conduzida e coordenada pelo referido secretariado;

«11 — Os jornalistas apelam também para que as formas de Poder Popular — comissões de trabalhadores e comissões de moradores, assembleias populares, etc. — e as classes trabalhadoras, apoiem a luta dos jornalistas e dos trabalhadores da Informação, por uma Imprensa progressista ao serviço da Revolução e dos interesses do povo português, uma vez que esta Informação é para elas dirigida e que, caso a reacção venha a ganhar esta

importante batalha, isso significará um retrocesso e enfraquecimento do movimento popular de massas e um reforço das forças reaccionárias, conservadoras, contra-revolucionárias e fascistas civis e militares, empenhadas em fazer retornar o País ao fascismo».

Dentro da ordem de trabalhos, que aliás foi alterada por deliberação da assembleia, os jornalistas definiram a actualização que a direcção deve manter dentro da Intersindical, nomeadamente nos plenários da central única dos trabalhadores portugueses.

«Considerando em primeiro lugar que «o reconhecimento na lei do princípio da unicidade é o resultado da luta das classes trabalhadoras contra as manobras da reacção, do capitalismo e do fascismo» e que «a formação e constituição da Intersindical resulta dos esforços desenvolvidos pelas classes trabalhadoras nesse sentido, tanto nas difíceis condições da ditadura fascista, como já depois do 25 de Abril», os jornalistas, que já na última reunião da assembleia geral do sindicato haviam decidido permanecer na central única, deliberaram agora «vincular a direcção do sindicato a um programa mínimo no seio da Intersindical», que passa pela «defesa constante dos princípios da unidade e democracia sindicais» pela luta contra quaisquer forças que ponham em causa o princípio da unicidade sindical e o seu reconhecimento na lei.

Para chegarem a esta posição, os jornalistas consideraram anteriormente ainda que «no momento em que as forças reaccionárias procuram sabotar as conquistas revolucionárias das classes trabalhadoras, defender estas conquistas é uma tarefa fundamental que exige a unidade e criação de uma frente unitária de massas» e também que «a vigência de métodos democráticos de discussão e decisão no seio da Intersindical é a única forma de garantir a unidade dos trabalhadores no seu seio».

Muito embora a ordem de trabalhos, já depois de alterada por deliberação da própria assembleia, apenas constasse, para além de um ponto de «informações», a discussão da questão da Intersindical, só alguns minutos, que não excederam meia hora, foram dedicados a tal tema.

Entre os assuntos tratados, os jornalistas analisaram, entre outros problemas, o ataque às instalações do jornal «O Grito do Povo».

No que respeita ao ataque às instalações do jornal «O Grito do Povo», recentemente levado a cabo, no Porto, «por um bando de fascistas do E.L.P., C.D.S., e P.P.D., lado a lado, com provocadores e anti-comunistas do M.R.P.P.» os jornalistas decidiram, finalmente, ao mesmo tempo que solidarizar-se com os camaradas daquele jornal, «repudiar firmemente a actuação da cana-lha fascista e seus aliados e denunciar a cumplicidade desses actos das autoridades militares e policiais do Porto, que assistiram, passiva e colaborantemente, à provocação fascista, numa atitude que contrasta comprometedoramente com a violência selvagem com que, dias antes, haviam reprimido manifestantes antifascistas e revolucionários em frente do C.I.C.A.P. e do R.A.S.P.».

A GREVE GERAL DE NOVE QUANDO OS DIZEM NÃO À SUBIDA DO

A interpenetração entre a I Grande Guerra e a carestia da vida, no momento em que o operariado português recuperou das suas forças pelo retorno de muitos dos seus membros e elementos importantes na vida e luta sindicais, criaram as condições que levaram ao desencadeamento da primeira Greve Geral em Portugal. Estávamos a 18 de Novembro de 1918. Apesar dos esforços desenvolvidos pelas forças repressivas (o AMI daquele tempo, comandado pelo major Ferreira do Amaral), as lutas partidárias até então forjadas, pecando por falta de unitarismo, logravam abalar todo o aparelho «vigilante» e, por extensão, o próprio Governo de Sidónio Pais. Pressentia-se que a Greve Geral de Novembro, ao cabo de aturados encontros e porfiados esforços entre os membros dirigentes dos partidos da esquerda e sindicalistas constituísse uma jornada de luta sem precedentes.



Vista do Governo Provisório ao acampamento de Machado Santos n

Para tanto, o operariado português recuperara do período de quebra posterior à entrada de Portugal na guerra europeia, que o colocara em débil posição pelo facto dos seus elementos mais combativos e esclarecidos terem sido propositadamente mobilizados para a frente de batalha.

Já em 1918 a questão da carestia de vida não era meramente económica. Estava ligada e articulada (em toda a sua estrutura) ao funcionamento político do Governo. Se analisarmos com minúcia a vida económica e política desse período bélico na Europa, marcado pela fome em Portugal, sobretudo a partir do binómio guerra-carestia e do que lhe está subjacente (poder económico-político e contestação desse poder), verificamos até que ponto as lutas contra a carestia da vida, por salários compatíveis e pela fiscalização de abastecimentos são perigosas para os poderes instituídos.

Para a classe operária, que nada tinha a ver, como hoje, com as manigâncias e os logros do Poder e os pseudo-revolucionários que o impulsionavam cavando ainda mais a diferença entre explorados e oprimidos e exploradores e opressores, a questão era bási-

ca: o seu poder de compra encontrava-se extremamente afectado e tinha que ser equiparado por uma equivalente subida de salários. Assim, a luta por aumento de salários foi o primeiro passo dado pelos operários para se oporem à carestia da vida.

E se bem que o número de greves sofria uma acentuada quebra no ano em que Portugal decidiu participar na guerra (1916), esse mesmo número é amplamente multiplicado no ano seguinte, para desespero de Sidónio Pais-Machado dos Santos e do repressor da altura, Ferreira do Amaral.

No entanto, essas mesmas greves, prelúdio da Geral de 18 de Novembro de 1918, são levadas a cabo em condições significativamente desfavoráveis, visto que o País atravessava um momento dominado por leis de excepção, o que não impede que tenham tido assinalável êxito.

A MÁSCARA DE NORTON DE MATOS

A subida rápida do nível de vida leva a uma sensibilidade particular nas lutas pelos salários, visto que os aumentos eram imediatamente ultrapassados pelo aumento dos

NOVEMBRO DE 1918 OS OPERÁRIOS E OS PREÇOS

Por JULIO RODRIGUES

preços. Esse facto leva a que as classes profissionais mais aguerridas e menos inconformadas efectuam repetidas vezes movimentos grevistas num pequeno período de tempo. Na segunda metade de 1917 as greves repetem-se, apesar da repressão dos democráticos, e as greves parciais reprimidas seguem-se greves gerais de solidariedade.

Assim, entre as várias greves que têm lugar neste período, contam-se a dos tipógrafos, dirigida pela Federação dos Trabalhadores do Li-

problema da carestia, pelo que o «grevismo» pareceu afrouxar. Essas ilusões seriam facilmente liquefeitas: não só o Governo ditatorial de Sidónio Pais não aceitou as reclamações operárias da UON, como promulgou legislação agrícola que contribuiu para a subida do preço dos géneros, particularmente do pão, reprimindo as greves que na sequência foram realizadas de forma odiosa.

A luta passou então a ser mais clara e encarniçada. E os explorados de então deste País não quiseram perder a batalha. Estavam apostados em ganhá-la — e prosseguiu-a era a palavra de ordem. Mesmo que a vida fosse o seu preço. A conjuntura, por seu turno, não era muito favorável aos milhares de oprimidos, a todo o proletariado. A carestia agravava-se, o mercado negro desenvolvia-se frutuosamente, os açambarcadores multiplicavam-se e todas as tentativas de criar um organismo responsável «pela questão das subsistências» se revelaram inúteis.

INQUIETAÇÃO DA BURGUESIA

Mesmo do lado dos trabalhadores se ampliaram as dificuldades para a luta. A possibilidade de utilizar a greve profissional com êxito para manter sistematicamente os salários em equilíbrio com os preços, valia para as classes profissionais numerosas, organizadas e sujeitas a um certo grau de concentração, que constituíam apesar de tudo, uma minoria em relação a todo o proletariado português.

Com o degenerar da situação, os militantes sindicalistas da União Operária Nacional decidem recuperar a ideia surgida em Janeiro de 1916 e materializar a greve nacional contra a carestia da vida. Procurava-se, assim, escapar ao impasse criado pela sucessiva necessidade de greves sectoriais e apoiar as reivindicações das classes profissionais mais fracas e desorganizadas e, ao mesmo tempo, lutar por um programa que incorporasse as principais exigências formuladas pelos operários.

O programa, as condições e as formas organizativas da greve não surgiram nos primeiros passos: foram sendo alteradas durante todo o ano de 18, à medida que as circunstâncias de luta e a composição dos organismos e da liderança operária se ia transformando.

A preparação da greve é significativamente intensa e desenvolve-se a partir, sobretudo, de Maio do mesmo ano, em que se atingiu o auge com comícios e manifestações, em Setembro, e em que as reivindicações programáticas foram votadas. A proibição da maioria desses comícios e do cortejo de protesto que se devia dirigir ao Palácio da Presidência acelerou o processo, sendo a Greve Geral então marcada para 18 de Novembro.

O movimento grevista assus-

tava a burguesia no Poder. Os jornais referiam-se, diariamente, à progressão dos sindicalistas, e o aumento da agitação e da propaganda ganhava contornos radicalizantes. A Revolução Soviética de Outubro de 1917 era o espectro que assustava os jornais republicanos e monárquicos, os sidonistas e os camachistas, e o grande terror era que em 19 de Novembro Portugal aparecesse «bolchevista à russa».

Nem a alteração da conjuntura um dia antes da sua promulgação, com a publicação do Armistício, nem a morte de milhares de operários por via da «pneumónica», lograram adiar a data para a sua realização.

Era previsível, sobretudo pelo primeiro facto (o armistício e, bem assim, a generalização da convicção de que as reivindicações seriam atendidas), o falhanço da Greve Geral. Mas a sua proclamação foi mantida. O operariado encetou-a com toda a firmeza, toda a sua coragem revolucionária, toda a sua vontade combativa.

NO NORTE, O MALOGRO

Os ferroviários paralisaram os comboios, com inteiro su-

cesso em várias linhas, principalmente no Sul e no Sueste, apesar do Exército ter ordenado que as estações fossem preventivamente ocupadas.

Seguiu-se-lhe, em Lisboa, a greve da construção civil, que se estendeu por diversos e importantes centros e se reflectiu na Casa da Moeda.

Finalmente, os tipógrafos, impedem a saída dos jornais durante vários dias. Ainda em Lisboa são cometidos vários atentados a dinamite, e lançados diversos «petardos» contra eléctricos que «furam» a ordem de greve.

No Alentejo, os arrojados trabalhadores rurais (que ao lado dos metalúrgicos constituem uma força inexpugnável para qualquer força repressiva, ontem como hoje) participam na greve em alguns dos centros mais importantes do sindicalismo rural: S. Manços, Redondo, Torre de Coelheiros, Montemor, S. Tiago do Escoural, Vale de Santiago e Odemira, etc.

Nas zonas operárias do Alentejo a greve estendeu-se a Oihão, Silves, Portimão e Tavira. E, como na zona Sul de Lisboa (do Barreiro a Setúbal), cifrou-se em altas percentagens de aderências e participação.

A despeito dos esforços dos ferroviários do Vouga (Espinho, Aveiro, Sarnada, Águeda, Ovar, Oliveira de Azeméis e Viseu) e de Gaia e dos pescadores da Póvoa de Varzim, seria no Porto, e de um modo geral no Norte, excepção para S. João da Madeira, que a jornada menos êxito conheceria.

A reacção do Governo e das autoridades foi violentíssima. Efectuaram-se várias prisões preventivas e ocuparam-se militarmente muitas das instalações onde se devia declarar greve. A Polícia e o Exército efectuaram trezentas prisões nas primeiras duas horas em Lisboa, apreendendo, também, dezenas de bombas em rusgas efectuadas. E manteve a sede da União Operária Nacional sob apertada vigilância...

A partir das 19 horas foram encerrados, por ordem militar (ainda não se sonhava com as ocupações das estações radiofónicas e dos jornais, e ainda não existia a RTP...), todos os cafés e restaurantes. Na província, os GNRs, mais severos, espancaram centenas de detidos e efectuaram deportações em massa. Na Moita e em Portimão foram mesmo fuzilados trabalhadores rurais e pescadores.

A greve falhou nos seus objectivos primordiais. Mas, mesmo assim, constitui um triunfo.

Os ferroviários do Sul e Sueste combateram vários dias, apesar das estações estarem guardadas, assim como os depósitos das máquinas, realizando sabotagens contra os comboios. Os trabalhadores rurais aguentaram uma semana de greve geral, a despeito das prisões em massa e dos fuzilamentos, constituindo, assim, o mais combativo núcleo grevista.

OS JORNAIS BURGUESES ESTÃO SEMPRE CONTRA OS TRABALHADORES

A Greve Geral Nacional contra a carestia da vida não tivera o rotundo sucesso que seria de prever, mas assinalara um marco importante na etapa da luta de classes que já se vinha desenvolvendo de forma mais aguda entre o proletariado e a burguesia no Poder, entre os exploradores que procuravam não perder a mínima parcela dos seus privilégios.

Os jornais burgueses, em 19 de Novembro, entre «vivas à Pátria» e insultos aos «agitadores», referiam apologias aos «bons operários» proclamavam que em Portugal se tinha, pela primeira vez na Europa, extirpado e vencido o «bolchevismo».

E preveniam mesmo qual o caminho certo: «O perigo está nas esquerdas. O Governo tem, portanto, de se encaminhar para as direitas».

O jornal governamental «O Tempo» proclamava: «Bons operários, operários que sempre nos encontrarão na defesa das suas justas reivindicações, são os que vivem do trabalho e honestamente sabem retribuir em trabalho o salário que auferem», enquanto um outro afirmava que «o operário português, repudiando os processos extremistas mostrou compreender que não há melhoria possível numa sociedade em ruínas». E ambos eram unânimes: «O movimento foi derrotado

pelos operários conscientes» (1).

É em 1918 e a linguagem não difere de 1933: duplamente paternalista e ameaçadora, servindo para os discursos que vão acompanhar o Estatuto do Trabalho Nacional. Mas o tom optimista desses «editoriais» desaparece. Sidónio Pais é assassinado em Dezembro — que esperava? — e, no ano seguinte (1919), a situação política nascida do movimento revolucionário de 5 de Dezembro de 1917 vai ser destruída por um golpe a cargo de democratas.

Que se passava então com o movimento operário organizado?

A greve falhara, mas tinha revelado uma conquista do movimento a organização, a preparação intensiva da luta de Novembro tinha aumentado o número de sindicalizados, tinha reforçado as organizações operárias e levado o movimento ao seu ponto alto. Em 1919, aquando do Congresso de Coimbra, em substituição da UON, nasceu a CGT, a mais poderosa central sindical portuguesa de todos os tempos inspirada no modelo francês de Confédération Générale du Travail, que desde 19006 tinha a Carta de Amiens o seu formulário político, eminentemente anarco-sindicalista (Ier Costa Júnior in História Breve do Movimento

Operário Português).

POLÉMICA FECUNDA

E nesse ano que a imprensa operária conhece um avanço considerável, duplicando o número de jornais e aparecendo alguns diários o mais importante dos quais foi «A Batalha», órgão da CGT, que chegou a ser o segundo jornal do País com uma tiragem na ordem dos vinte mil exemplares.

É ainda nesse ano que surge um novo jornal «A Bandeira Vermelha», órgão da Federação Maximalista Portuguesa, cuja actividade mais imediata foi a propaganda da Revolução Russa de 1917. É então que desponta, também, um período de forte e fecunda polémica ideológica no seio das organizações operárias, e que as «lutas» entre teóricos e militantes acerca da «ditadura do proletariado», e do papel da «organização social sindicalista», animam anarco-sindicalistas e sindicalistas-revolucionários de um lado e «bolcheviques», «soviéticos», «maximalistas» e comunistas de outro.

Apesar das polémicas, que se revelariam, com o decorrer do tempo, frutuosas, e constituiriam o embrião futuro da criação de organizações e partidos representativos dos trabalhadores, o movimento permanece unitário e a CGT é apoiada por todas as ten-

dências, com Emílio Costa à cabeça e todos os trabalhadores em seu redor, até ao aparecimento do renegado Carlos Rates.

A influência da Revolução Soviética vai para além das polémicas teóricas para se concretizar em luta. Estamos no período em que Emílio Costa dizia, de acordo com José Pacheco Pereira (de quem nos socorremos na circunstância) «que se pensava tudo estar feito e que os apelos diários à Revolução Social mais apoio tinham no proletariado».

A imprensa operária ataca ferozmente o capitalismo e a burguesia — e avisa-os de que têm os dias contados. «Bandeira Vermelha» escreve mesmo que «cada moeda que lhe deres é uma bala para o teu algoz». Ao reforço organizativo corresponde o aparecimento de organizações armadas, quer meramente defensivas, quer ofensivas: grupos clandestinos que praticam a luta armada e efectuam atentados. De todos, o mais célebre foi a Legião Vermelha, terror vivo da burguesia e, sobretudo, dos seus agentes: polícias, GNR, espíões, provocadores e juizes.

A organização da violência revolucionária responde a da violência reaccionária: associações comerciais e industriais contratam pistoleiros, a

Continua na pág. 18

Estrangeiro

Agências de Imprensa

monopólio da informação ao serviço do imperialismo (2)

Por Ralf Bergemann

A história das agências esteve sempre ligada ao desenvolvimento da sociedade. As primeiras agências nasceram nos países industrialmente mais desenvolvidos, no século passado, isto é, em Inglaterra, França, Alemanha e E.U.A. Paralelamente a contradições mais agudas entre os interesses desses Estados, as agências de Imprensa começaram uma áspere luta concorrencial. No fim do século passado e nos princípios deste século, existiam acordos rigorosamente respeitados no tocante às esferas de influência partilhadas entre a Reuter (Inglaterra), Havas (França), Wolffs Telegraphenburo (Alemanha) e A.P. (E.U.A.). Não tardou que surgisse a rivalidade entre elas, em conformidade com os objectivos do imperialismo e com a luta por uma nova divisão do Mundo, que caracterizou o imperialismo.

Após a Segunda Guerra Mundial esta luta concorrencial atingiu uma forma mais aguda devido ao agravamento da crise do capitalismo. Na luta entre as três agências norte-americanas, sucumbiu a I.N.S., engolida pela U.P., que passou a denominar-se UPI. Por outro lado, intensificou-se a luta entre as agências de Imprensa da Europa Ocidental. Ora, nessa

época, as agências da comunidade socialista entravam em cena e deram nova orientação ao desenvolvimento da informação. Nos anos 50 e 60 pudemos observar que as agências de Imprensa dos E.U.A. tentavam afastar, obtendo um êxito parcial, as agências de Imprensa das antigas potências coloniais na Ásia e África.

Na luta para dominar um mercado pode citar-se como exemplo a República Federal Alemã. Ao lado da agência de Imprensa alemã, DPA, havia o serviço alemão das agências AP, UPI e AFP. Em 1968 a DPA fornecia 98,4 por cento das informações aos diários publicados na R.F.A. e em Berlim-Oeste. Dos 130 jornais existentes nesses territórios, 62 recebiam informações da AP, e 58 da UPI. A DPA tinha um contrato com a Reuter: este contrato foi substituído em 1971 por um acordo com a UPI. Esta suprimiu em seguida o seu serviço em alemão. A cooperação entre a agência norte-americana e a DPA traz vantagens financeiras às duas agências e também a possibilidade de alargar a sua influência ideológica. Um novo serviço de Imprensa fez igualmente a sua aparição no mercado alemão ocidental: «Deutscher Depeschendienst» (DDD), que coopera com a

AFP. A Reuter fundou um serviço em língua alemã. Na mesma época a Reuter entrou em força no mercado norte-americano. A AFP alargou o número dos seus clientes na América do Norte.

Uma nova zona de concorrência nasceu com o acréscimo da influência da Rádio e mais ainda da Televisão. Para estes dois meios de comunicação de massa, que têm uma necessidade quantitativa extremamente elevada de informações, introduziu-se uma nova emissão em intenção das agências. A UPI e a Reuter estabeleceram um serviço mundial de televisão e filmes: a Reuter tem também um serviço de informações faladas para a América do Norte.

As inovações técnicas entraram em linha de conta nesta luta concorrencial. Quando a Reuter irrompe no mercado americano dos serviços comerciais em 1971 com o seu «Ultron Report» (cuja velocidade de comunicação era praticamente o dobro da dos sistemas correntes) ultrapassando assim por algum tempo o serviço tradicional Dow Jones, a revista «Business Week» falou de «guerra entre os dois serviços de Imprensa».

Entre as inovações técnicas cabe uma palavra especial sobre os computadores da infor-

mação de que já tratámos. Em 1973, a AP introduziu 150 telex com «écran» para escrever e redigir as informações e para transmitir as fotografias da Imprensa, servindo-se de raios laser. Em muitos locais, introduziu-se já a «telecomposição para agências».

A concorrência teve igualmente influência na orientação em direcção a certos territórios. O desenvolvimento da C.E.E. conferiu uma importância especial à Europa Ocidental devido à sua concentração económica. Bruxelas tornou-se o centro europeu das agências. Em 1971, a UPI fundou um centro de textos e imagens na Europa, de Londres para a capital belga. A Reuter reforçou os seus escritórios de Bruxelas, quando a Grã-Bretanha entrou na C.E.E.

Os países em vias de desenvolvimento foram sempre objecto de um interesse especial. Em 1973, uma «primeira conferência das informações mundiais» reuniu em Colónia: 60 representantes de agências de Imprensa e radiodifusoras discutiram uma dita melhoria da troca de informações entre os países em vias de desenvolvimento e os países industrializados. Um dos seus promotores era a instituição política «Friedrich-Ebert-Stiftung», que as publicações dos jovens Es-

tados muitas vezes rotularam de neocolonialismo.

MANIPULAÇÃO

A manipulação das informações efectuada pelas principais agências de Imprensa capitalistas de que já falámos, é igualmente confirmada pelos teóricos e práticos burgueses da Informação. Klaus von Bismarck, eminente representante da radiodifusão da Alemanha Federal, afirma que «tal como uma informação não pode ser objectiva, também não a podemos publicar sem a termos manipulado de certo modo».

Claude Hippeau, director-geral da UPI em Paris, escreveu que a deformação das informações constituía um grave problema, tanto mais agudizado quanto é certo que o analfabetismo diminuiu e que os meios de comunicação se desenvolveram. Se não procurarmos manipulá-las, diz, elas terão consequências inquietantes para a comunicação entre as nações, para as relações de nação para nação e impedirão a sua compreensão mútua.

Enquanto que, como já dissemos, o volume das informações é crescente, devido às rápidas mudanças que ocorrem no palco internacional, as agências de Imprensa imperialistas servem-se de uma filtragem obrigatória mais rigorosa e da compreensão das informações para mascarar a manipulação. Tornou-se corrente desviar os leitores de certos temas e orientá-los para temas mais «desejáveis».

Os clientes da AP mencionaram os seguintes acontecimentos como as «informações mais importantes do ano de 1970»: as experiências dos E.U.A. no espaço, a agitação universitária, as tropas americanas no Camboja, as eleições, a recessão e a inflação, as questões de defesa do meio ambiente, assim como certos problemas especificamente americanos (a sondagem da UPI registou as mesmas respostas como meras alterações de ordem de importância).

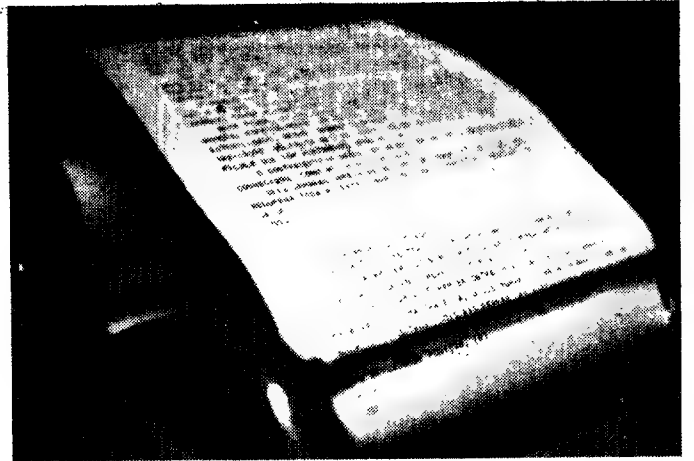
Se considerarmos que a massa dos jornais, radiodifusões e televisões americanos dependem unicamente destas agências, podemos imaginar facilmente as consequências deste género de manipulação. Dois outros aspectos dela decorrem igualmente. Por um lado, como a lista mostra a atenção do público é desviada do desenvolvimento nos países socialistas, das lutas de classes e dos movimentos de libertação nacional. Por outro lado, destacam-se os problemas internos e a manipulação torna-se ainda mais fácil.

INFORMAÇÕES INTERPRETATIVAS

De algum tempo a esta parte encontram-se cada vez mais «informações interpretativas» nas informações das agências. Há duas décadas, este género de informação constituía uma excepção, hoje é de regra geral. Num estudo americano constatou-se que no exame dos grandes quotidianos dos

E.U.A. entre 184 informações de agência, 92 eram interpretativas. A vida refutou a teoria errónea defendida durante anos quanto à objectividade absoluta e à separação entre os factos e os comentários. No que se refere a este conjunto de temas, constata Von Bismarck, se fosse necessário «separar rigorosamente a informação do comentário ficariamos conscientes de que toda a ideia de separação pelo fio da navalha seria uma fraude». Von Bismarck opõe-se assim a toda uma geração de investigadores burgueses no domínio dos meios de comunicação de massa, que automaticamente entendiam que a informação era separada do comentário. Ele confirma assim uma das constatações da ciência marxista-leninista a propósito do jornalismo, a saber que a informação, enquanto tal, nunca é uma comunicação objectiva dos factos. Na escolha do tema, há já uma apreciação subjectiva, cuja base objectiva reside na sociedade de classe, na opinião da classe no poder. A pretensa distinção entre a informação e o comentário é também fonte de manipulação. As tendências para difundir e manipular das agências de Imprensa imperialistas são estreitamente delimitadas pela existência de agências de Imprensa socialistas, que colocam a sua actividade no quadro de um programa largamente articulado a favor da paz e do desanuviamento internacional. Nestes últimos tempos, as principais agências de Imprensa ocidentais são obrigadas a ter em conta a política de desanuviamento impulsionada pela comunidade dos países socialistas. Uma série de homens políticos do Ocidente têm, a este respeito, modos de pensar realistas. Se a guerra não é — e cada vez mais se reconhece que não — uma das alternativas para as actuais tendências internacionais, será necessário mostrar cada vez mais os acontecimentos em relação com as medidas adoptadas a favor da paz e do desanuviamento a vencer assim o princípio de que «boas notícias não são notícias», tanto no plano exterior como no interior.

A discussão ideológica prosseguirá incontestavelmente. Também nesse campo se observa uma certa tendência positiva. Nos países conhecidos como territórios de destino das principais agências de Imprensa ocidentais, os meios progressistas criaram as suas próprias agências de Imprensa ao serviço da Informação, sobretudo em intenção dos órgãos, cujos interesses lhes são próximos, mas também parcialmente para outros clientes interessados, tanto do país como do estrangeiro. Na Alemanha Federal, trata-se da «Progress-Press-Agentur» em França, Itália e na Índia criaram-se serviços de informação dos partidos comunistas, os partidos socialistas dispõem de agências de Imprensa na Itália e no Japão. A agência de Imprensa «Prensa Latina» ganha particular relevo, no tocante à informação sobre e para a América Latina.



os livros da semana

alice nicolau

Para a esmagadora maioria do público português, a China é um enigma quase indecifrável. A existência entre nós de movimentos que se reclamam do maoísmo, e que contribuído para tornar ainda mais confuso o entendimento da realidade chinesa. Dois livros, editados pelas Publicações Dom Quixote (que já publicaram, aliás, algumas obras sobre a China Popular) aparecem agora nos escaparates das livrarias. O primeiro é «O Exército Chinês — o herdeiro de Mao?», de Jean-Pierre Brulé, da colecção «Os Homens e a História». Os aspectos que interessa salientar são as abundantes informações de dados precisos, todas elas — segundo o autor — directamente colhidas em fontes chinesas. Este livro deve ser encarado como um repositório de dados, um «dossier» de arquivo. A confrontar com outros dados disponíveis. O que não significa que este livro não se revista de grande interesse, até pela originalidade das informações para o público português. A leitura de «O Exército Chinês» deve, porém, fazer-se com grande dose de humildade e espírito crítico. Humildade, porque seria perigosa ilusão entender-se que a assimilação dos ensinamentos de Jean-Pierre Brulé é susceptível de conferir uma espécie de diploma de sinologia... (ilusão que, apesar de caricata, afecta muitos leitores de obras parce-

res sobre temas pouco conhecidos). Espírito crítico, porque muitas das afirmações do autor são eivadas de preconceitos e deturpações caracteristicamente ocidentais. Jean-Pierre Brulé foi à Ásia, ao Extremo Oriente, mas partiu para lá e lá esteve com os olhos predispostos a recolher as imagens deformadas com que a maioria dos ocidentais se debruça sobre culturas alheias.

PI-LIN, PI-KONG

Sob este título (as palavras de ordem da campanha contra Lin-Piao e Confúcio), publica a mesma editora o número 31 dos seus «cadernos». Para o grande público, este caderno

e, de certo modo, uma fraude. Se o livro anteriormente referido, dá indicações positivas e concretas, este limita-se a dar interpretações muito resumidas do que seja a campanha actualmente em curso na China. Os textos chineses nada adiantam. A linguagem desses textos, copiosamente fornecida aos cidadãos portugueses sobre outros «renegados» (que não Lin Piao), serve apenas para confundir aqueles que nada sabem dos antecedentes dos acontecimentos.

Os leitores interessados nestes temas poderão ter curiosidade em ler, reunidos, uns tantos textos de acesso relativamente fácil. O defeito deste Caderno e doutros do género é

procederem a uma selecção arbitrária de textos, que não conseguem dar uma visão de conjunto, e não são situados numa perspectiva global do problema. Pela nossa parte, considerávamos mais útil textos de divulgação elaborados para o efeito, onde os problemas fossem apresentados em termos gerais, sacrificando-se o pormenor para salvar o essencial. Seria muito mais razoável, quanto a nós, dar ao público português — que vive neste momento uma situação pré-revolucionária — uma ideia da luta pelo socialismo na China e das conquistas revolucionárias do povo chinês, 25 anos passados sobre a vitória contra o imperialismo e o capitalismo.

«O Exército Chinês — o herdeiro de Mao?» — Autor: Jean-Pierre Brulé; traduzido do francês por Pedro Xavier. Capa e orientação gráfica: Fernando Felgueiras. Editora: Publicações Dom Quixote. Colecção: «Os Homens e a História». Impresso em Setembro de 1975. Preço de capa: 125\$00. Número de páginas: 212.

«Pin-Lin, Pi-Kong — a campanha contra Confúcio e Lin-Piao»; Autor: Vários; Tradutores: Vários; Capa e orientação gráfica: Fernando Felgueiras. Editora: Publicações Dom Quixote. Colecção: «Cadernos D. Quixote». Impresso em Setembro de 1975. Preço de capa: 35\$00. Número de páginas: 137.



Estrangeiro

A presidente argentina reassumiu o Poder

BUENOS AIRES, 17 — (ANOP e R) — A presidente argentina, Maria Estela Peron, retomou a noite passada o seu cargo numa cerimónia a que estiveram presentes membros do Gabinete e dirigentes das Forças Armadas — anunciou a agência oficial Telam.

Não houve anúncio prévio nem cobertura da Televisão, em contraste com a sua partida, a que foi dada grande publicidade, em 13 de Setembro, para uma cura de repouso nas montanhas de Córdoba.

A senhora Peron retomou as rédeas do Poder das mãos do presidente interino, Italo Luder, que governou durante 33 dias enquanto a presidente convalescia de doença e exaustão provocadas por meses de agitação política e económica.

Entretanto, a Polícia argentina procedeu a minuciosas buscas em passagens subterrâneas localizadas sob a Praça de Maio, na baixa de Buenos Aires, depois de um grupo esquerdista argentino ter ameaçado fazer deflagrar cargas explosivas sob a praça durante um comício, marcado para hoje e ao qual se deverá dirigir a presidente.

O aviso foi através de um comunicado enviado para alguns jornais e nele era apostado um carimbo dos montoneros, organização extremista de guerrilheiros.

Contudo, as autoridades duvidam da autenticidade de tal carimbo, visto que a ameaça, a executar-se, poderia retirar o apoio popular que os montoneros contam em parte da população.

Ameaças semelhantes, efectuadas anteriormente, não chegaram a concretizar-se.

O comício festeja o 17 de Outubro, data máxima do peronismo.

A Espanha abandonará o Sahara se aquele território for ameaçado

NAÇÕES UNIDAS (Nova Iorque), 17 — (R.) — Jaime de Pinies, representante da Espanha junto da O. N. U., afirmou a noite passada que, se qualquer Estado agisse unilateralmente no sentido de exercer pressão em apoio de reivindicações sobre o Saará Espanhol, o seu país apresentaria o caso à Assembleia Geral.

E, se o Saará fosse ameaçado, mesmo por «marchas pacíficas», a Espanha «apresentar-se-ia no Conselho de Segurança, faria preparativos para abandonar o território e transferiria imediatamente os poderes».

Pinies falava numa conferência de Imprensa a seguir a notícias de que Marrocos estava a organizar uma marcha de 350 000 voluntários até ao Saará Espanhol.

O representante de Madrid não disse se a Espanha empregaria tropas para impedir a entrada dos manifestantes no

Saará Espanhol nem especificou para quem seriam transferidos os poderes administrativos.

Ontem, o Tribunal Internacional de Justiça afirmou que tanto Marrocos como a Mauritânia tinham certos elos legais com o território no deserto, rico em fosfatos, antes da Espanha o colonizar.

A missão marroquina junto da O. N. U. declarou que o Tribunal sustentava, assim, as reivindicações de Marrocos ao território espanhol.

O embaixador espanhol disse ainda que a Assembleia Geral tinha solicitado ao seu Governo para adiar um referendo no Saará Espanhol sobre o futuro do território até o Tribunal Mundial dar o seu parecer.

Num relatório divulgado no princípio desta semana, uma missão da O. N. U. que visitou o território recomendou consultas à população local e a exilados, para se saber o que pretendiam.

Ao ser-lhe perguntado por que razão a Espanha não abandonava imediatamente o território, o representante espanhol respondeu: «Somos um país responsável e não podemos agir irresponsavelmente».

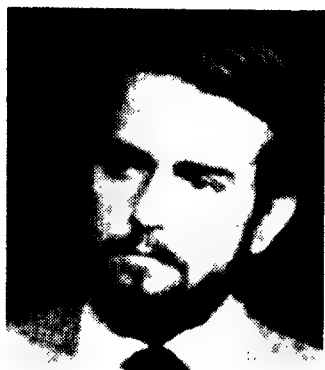
A Espanha tem cumprido sempre as resoluções da Assembleia Geral e a Assembleia deveria agora aprovar uma moção dizendo o que deveria ser feito na nova situação acrescentou.

MARROQUINOS DESARMADOS

RABAT, 17 — (R.) — O rei Hassan projecta enviar 350 000 marroquinos desarmados numa marcha pacífica ao Sara Ocidental, território no outro lado da fronteira sul de Marrocos, que é administrado pela Espanha, e que sobre o qual Rabat reivindica soberania.

Não foi anunciada ainda a data da marcha, mas voluntários foram convidados hoje para começarem a inscrever-se, a fim de nela participar.

O soberano disse numa alocução que fez pela Rádio, ontem, à noite, que seria o primeiro voluntário, mas não se tornou imediatamente claro se tencionava comandar pessoalmente a marcha.



O capitão José Ignacio Domínguez, contra o qual foi passado em Espanha um mandato de captura. Contudo, o oficial encontra-se exilado, tendo dado há dias em Paris uma conferência de Imprensa, na qual expôs objectivos da União Militar Democrática, que observadores têm equiparado ao M. F. A. português

que a obra é tirada de várias partes de uma trilogia histórica em que o escritor está actualmente a trabalhar e reconta a vida de Lenine no exílio em Zurique antes da Revolução de 1917.

Problemas resolvidos entre Giscard e Brejnev

MOSCOVO, 17 — (R.) — Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista soviético, confirmou hoje que a falta de saúde o obrigara a adiar conversações políticas em Moscovo com o presidente Valéry Giscard d'Estaing da França, de visita a este foram agora solucionados.

Antes de iniciar o último dia de conversações com o seu convidado francês, Brejnev explicou-lhe que uma constipação o impedira de trabalhar desde que a visita oficial principiara, na terça-feira.

As observações de Brejnev foram a primeira explicação oficial soviética a uma alteração do programa, que provocou especulação não só acerca do seu estado de saúde, mas também sobre a possibilidade de que as conversações, tendo principalmente como tema o desanuiamento na Euro-

pa, tinham deparado com dificuldades.

Brejnev agradeceu a Giscard d'Estaing por ter anuído ao seu pedido de adiamento até hoje das discussões, marcadas para quarta-feira — pediu esse que lançou na confusão a visita oficial de cinco dias do presidente francês.

O presidente Giscard d'Estaing, antes de começar as suas conversações com Brejnev, tinha acabado de regressar a Moscovo, após uma visita de 24 horas a Kiev, a capital da Ucrânia.

O chefe do Estado francês termina hoje, à noite, a sua visita oficial à União Soviética com uma cerimónia de assinatura de acordos e uma conferência de Imprensa. Uma quarta série de conversações, marcada originalmente para amanhã, foi cancelada.

mente a marcha.

Os voluntários serão levados para a fronteira no deserto numa caravana de quase 8000 camiões, acompanhados por 470 médicos, 220 ambulâncias e grandes quantidades de água potável e de combustível.

Logo após a dramática comunicação feita pelo monarca, cerca de mil manifestantes concentraram-se nas ruas de Rabat para aclamar a decisão e a agência noticiosa controlada pelo Estado aludiu ao «entusiasmo indescritível» com que foi acolhido o plano.

O rei Hassan disse julgar que as tropas espanholas, que se encontram no território rico em fosfatos, não se oporiam aos que participassem na marcha.

Advertiu, porém, que se quaisquer forças, além dos espanhóis, oferecessem resistência armada, Marrocos responderia em defesa própria.

A advertência do rei pareceu

destinar-se principalmente à vizinha Argélia. Esta semana, partidos políticos marroquinos exprimiram receios de que a Argélia intervisse militarmente se Marrocos tentasse ocupar o disputado território.

Receia-se também que a oposição possa partir da Frente Polisário, que tem o apoio da Argélia e do Partido da Unidade Nacional Saariana, dois movimentos empenhados em conseguir a independência do Sara.

Notícias não confirmadas que circulavam em Rabat diziam que o Exército se achava de prevenção tanto no Sul como ao longo da fronteira com a Argélia.

A Argélia insiste em que cerca de 70 000 nómadas ou mais, que habitam a área, devem poder decidir acerca do seu próprio futuro por meio de um referendo sobre autodeterminação, conforme proposto em resoluções das Nações Unidas.

PRÉMIO NOBEL DA FÍSICA

ESTOCOLMO, 17 — (A. N. O. P. F. P. e R.) — O Prémio Nobel da Física de 1975 foi atribuído hoje conjuntamente aos professores Aage Bohr e Ben Motelson, da Dinamarca, e a James Rainwater, dos Estados Unidos.

Ontem, havia sido atribuído o Prémio Nobel da Medicina, aos drs. David Baltimore, do Instituto de Tecnologia do Massachusetts, Howard Temin, da Universidade do Wisconsin, e Renato Dulbecco, nascido em Itália mas trabalhando actualmente em Londres.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

EMPREITADA DE REPARAÇÃO DA ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE A PÓVA DE ST.ª IRIA E OS BAIRROS DE BRAGADAS E QUINTAIS

ANÚNCIO

Faz-se saber que, de harmonia com a deliberação camarária de 1/10/75 se encontra aberto concurso público para a empreitada em epígrafe, sendo de 20 dias o prazo para apresentação das propostas. Este prazo será contado a partir do dia seguinte ao da publicação do presente anúncio no «Diário do Governo».

No caso de o último dia cair num sábado o termo do prazo passa para o primeiro dia útil seguinte.

O acto público do concurso realizar-se-á na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pelas 16 horas do primeiro dia útil que se seguir ao termo do prazo fixado neste anúncio, ou pelas 10 horas se esse dia for sábado.

PREÇO BASE DO CONCURSO 1.264.000\$00

CAUÇÃO PROVISÓRIA 31.600\$00

A caução definitiva será de 5 % do valor global da adjudicação.

Alvará(s) Categoria IV —: Subcategoria 1.ª; Classe Categoria —; Subcategoria — Subclasse-A-2.ª

A caução provisória é prestada mediante depósito na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agências ou delegações à ordem desta Câmara Municipal, por guia preenchida pelos concorrentes, de harmonia com o modelo anexo ao programa do concurso, ou mediante títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou, ainda, por garantia bancária.

O programa do concurso, caderno de encargos e projecto estarão patentes todos os dias úteis, durante as horas de expediente, na Secção de Obras da Câmara Municipal.

As propostas deverão ser enviadas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, ou, entregues directamente na Secretaria da Câmara Municipal, contra recibo.

Vila Franca de Xira, 15 de Outubro de 1975

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA
Fernando Gomes Vaz

Caleidoscópio

■ RIO DE JANEIRO, 17 — (ANOP) — O deputado Laerte Vieira, dirigente do M.D.B., denunciou ontem na Câmara de Deputados como «muito grave» e como «um desrespeito à imunidade parlamentar» a prisão do seu colega de partido José Domingos Scaroflini no Paraná. A prisão teria como origem o pronunciamento daquele deputado contra os «contratos de risco» que a Petrobrás foi autorizada a assinar com empresas estrangeiras. «Se a razão invocada para a detenção é procedente» — disse o deputado emendista — «então teríamos hoje muitas prisões nesta casa».

■ SANTIAGO DO CHILE, 17 — (R) — Um destacado membro chileno da extrema-esquerda foi morto em tiroteio com as forças de segurança, segundo foi oficialmente anunciado em Santiago.

Um comunicado dos serviços de Informação governamentais afirma que Dagoberto Perez, do clandestino Movimento da Esquerda Revolucionária (M.I.R.) foi morto a noite passada quando um grupo do M.I.R. tentou abrir caminho a tiro a fim de fugir de um bairro em Malloco, 45 quilómetros a ocidente da capital.

Cinco membros do grupo fo-

ram presos e outros cinco conseguiram escapar — acrescenta o mesmo comunicado.

■ PUEBLA (MÉXICO), 17 — (ANOP) — Estudantes e professores universitários apoderaram-se ontem de cinquenta autocarros dos transportes colectivos, vazios, e exigiram a libertação de 400 camponeses presos à ordem do Governo.

■ LAHORE (PAQUISTÃO), 17 — (R) — As autoridades provinciais proibiram ontem comícios eleitorais, na tentativa de despoletarem a tensa situação política resultante da morte de dez pessoas, pelo menos, ontem, num gigantesco comício oposicionista.

As mortes seguiram-se a um ataque com gás lacrimogéneo, pela Polícia, que tentou dispersar 60 000 pessoas presentes num comício da nova personalidade da oposição, o antigo governador de Punjab, Ghulam Mustafa Khar.

■ PARIS, 17 — (R) — O novelista russo exilado, Alexandre Soljenitsyne, actualmente a viver em Zurique, publicou ontem um novo livro sobre o seu mais famoso predecessor russo naquela cidade suíça, Vladimir Lenine.

Intitulado «Lenine em Zuri-

RECEITAS DE CONSERVAS DE PEIXE

Solicite-as escrevendo à D.G.C.I.

Rua Alexandre Herculano, 6-3.º

LISBOA 2

MÉDICOS—PRECISAM-SE

POLICLÍNICA — ARREDORES LISBOA

PRECISA MÉDICO C. GERAL E ESTOMATOLOGIA

Resposta a este jornal ao n.º 1612.

Espectáculos

JOAN MANUEL SERRAT: A VOZ NO EXÍLIO

A repressão, em Espanha, ganha cada vez mais força, o que quer dizer que reflecte, cada vez mais, o desespero de um Governo à beira do abismo, a cair de velho como o seu líder.

Serrat, Juan Manuel, catalão e cantor, um homem de palavra, apoiou, no México, a decisão deste país contra o regime franquista. Aí se levantou logo o sindicato dos artistas, criado, ao que parece, para defender, não os trabalhadores contra as prepotências do patronato ou do regime, mas para defender o regime contra... os trabalhadores!

Os últimos telegramas que chegaram à nossa redacção dando conta deste facto dizem o seguinte:

«O cantor espanhol Juan Manuel Serrat foi proibido indefinidamente de actuar na Espanha por ter criticado a campanha do Governo contra as guerrilhas urbanas.

A Comissão Nacional do Sindicato dos Artistas votou unanimemente para suspender a autorização de trabalho de Serrat devido às declarações antipatrióticas.

«Sem aquela autorização, o cantor não pode actuar na Espanha.

«Anteriormente, a filial do sindicato em Barcelona acusou-o de publicamente concordar com as críticas ao Chefe do Estado espanhol, generalíssimo Francisco Franco, feitas pelo presidente do México, Luís Echever-



ria, quando se encontrava numa digressão pelo México.

«Entretanto, o matador mexicano, Manolo Arruza, anunciou que abandona a Espanha devido a uma proibição a toureiros mexicanos imposta como protesto pela hostilidade do México para com a Espanha».

Depois deste «telex» da Reuter, um outro, da Prensa Latina, transcrito pela ANOP:

CIDADE DO MÉXICO, 16

— O cantor catalão Juan Manuel Serrat afirmou que é improvável o seu regresso a Espanha por causa das represálias tomadas contra si.

Serrat recusou-se a fazer comentário sobre a sua expulsão do Sindicato Espanhol dos Espectáculos, decisão tomada em consequência das suas declarações condenando a execução de cinco jovens activistas em Espanha.

«As declarações de apoio ao presidente Luis Echever-

ria, que fiz aqui, mantê-las-ei sempre. No México, as autoridades não estão contra os espanhóis, mas contra o Governo de Franco. A respeito da represália de que sou objecto no meu país, considero que sou mais um da lista» — afirmou.

Serrat terminará as suas actuações no México no fim do corrente mês, seguindo depois em digressão pela Costa Rica, Panamá, Venezuela, Colômbia, República Dominicana e Porto Rico.

T.N.T. A EXPLOÇÃO

Teatro do Nosso Tempo se chama. Não sabemos se se chama, se se chamava. Porque o T.N.T. (mau presságio das iniciais?) «explodiu»: oito actores, depois de diversas ocorrências (plenários, moções, dar ditos por não ditos), abandonaram a companhia.

Na base disto tudo, a não existência de subsídio para Outubro, a procura de emprego (outro emprego), de alguns dos desistentes e, segundo julgamos poder concluir, uma total falta de unidade de objectivos e de posições entre os trabalhadores que integravam o T.N.T.

Jacinto Ramos, Carlos Teixeira, Delfim Brás, Jorge Rocha, José Manuel Rosado e Rui Luís, assinaram um extenso comunicado dando conta disto tudo.



Jacinto Ramos

E depois do adeus dos oito? A quem atingiram os estilhaços da explosão do T.N.T.?

A resposta dá-la-á o futuro próximo.

AFINAL O CORDOBÉS É AGRICULTOR...

CORDOVA, ESPANHA, 15 — «Não voltarei a tourear. Já o jurei a minha mulher e aos meus filhos» — afirmou hoje à agência EFE Manuel Benítez «El Cordobés», enquanto abraçava a chorar, a esposa Martina e os filhos Maribel e Manolito, no quarto doze do hospital (com o seu nome) da Cruz Vermelha.

Após esta rotunda afirmação «El Cordobés» disse: «Isto que se passou foi um aviso providencial. Já não penso pôr-me

jamais, nem frente a uma vaquinha. Pela minha maneira de ser, de dar tudo por tudo, acontecem-me certas coisas».

Na entrevista ao jornalista da EFE e após focar o motivo da sua participação no projectado Festival de Madrid, «El Cordobés» afirmou peremptório: «De agora em diante, eu deixo de ser toureiro para sempre. Eu sou um agricultor e desde logo um homem com sentimentos humanos».



«Je T'Aime, Moi Non Plus», a canção erótica escrita por Serge Gainsbourg e interpretada por sua mulher, Jane Birkin, está a ser transformada num filme. Gainsbourg é o próprio realizador da película que conta ainda, como figura masculina principal, o actor norte-americano Joe Dallessandro. Na foto, o casal Gainsbourg

A BARCA DO TEATRO AMADOR

«A Barca» é um boletim que a Associação Portuguesa de Teatro Amador (APTA) edita e do qual saiu, já o n.º 3.

Com notícias sobre o Quinto Festival de Teatro Amador, recheado de indicações sobre caracterização, com vários

conselhos sobre Teatro, com uma pequena peça («E a Terra se Tornou Nossa») — um acto de teatro didáctico, «A Barca» é uma revista fundamentalmente para os amadores de teatro portugueses.

Dela reproduzimos, com a

vénia devida, um poema de Brecht e o editorial. E esperamos, muito a sério, que «A Barca» continue a navegar no mar necessário do teatro amador.

PANORAMA

Intitulado «Panorama», o editorial do último número de «A Barca» diz, textualmente, o seguinte:

«Passou praticamente um ano desde que a APTA teve ensejo de alargar o seu âmbito de acção e promover um eficiente apoio a muitos grupos de teatro amador e a impulsionar, deste modo, a vida cultural portuguesa através do teatro.

«Ultrapassou-se já o número de 100 grupos amadores inscritos, o que revela o interesse que o teatro merece da população portuguesa, sabendo nós que este número é apenas uma parte dos existentes. Nunca pressionámos ninguém a inscrever o grupo a que pertence; tendo sempre voluntariamente que as adesões se têm processado. Isto deve-se à política da APTA.

A APTA, que não tem quaisquer preocupações dirigidas, tem procurado estimular todos os esforços relevantes nesse sentido apoiando e promovendo encontros, festivais e cursos que ao longo do País se têm efectuado.

«No limiar do seu segundo ano de actividade legal, a APTA espera que a actividade amadora não só não esmoreça, também se desenvolva e singre no caminho duma evolução que se possa medir num número sempre crescente de grupos e espectáculos e na melhoria da sua qualidade».

«ACERCA DO TEATRO QUOTIDIANO»

«Vós, ó artistas que fazeis teatro

«Em salas enormes, sob sóis artificiais de luz,
«Perante uma multidão silenciosa, procurai, uma vez por outra,
«O teatro que acontece em plena rua.

«O teatro quotidiano, multimodado e anónimo,
«Mas bem vivo e terreno, que se alimenta

«Do convívio dos homens e acontece em plena rua.

«Eis que a vizinha imita o senhor e mostra
«Com precisão, reproduzindo a sua loquacidade,

«Como ele intenta desviar a conversa,
«Desviá-la da canalização da água que rebentou!

«Nos jardins públicos, os rapazes mostram, à noite,
«As raparigas, que riem veladamente, a forma como elas,
«Por um lado, se defendem e, por outro, põem à mostra, hábeis, os seios.

«E aquele bêbado imita o padre a dizer a prédica e a remeter

«Os desprotegidos da fortuna para as férteis campinas do Paraíso

«Como é útil, sério e divertido um teatro assim,
«E que digno! Não se trata de papagaios nem de símios,

«A imitarem por amor da imitação, indiferentes
«Ao que imitam, só para demonstrar que sabem imitar bem;

«Trata-se de pessoas com um propósito bem determinado».

BERTOLT BRECHT

TEATRO MUNICIPAL DE
SAO LUIZ



TEL. 32 71 72

ESPECTÁCULOS DEDICADOS
ÀS CRIANÇAS DE LISBOA

DOMINGO, 19 DE OUTUBRO, AS 15.30 H.

COM A COLABORAÇÃO DO TEATRINHO
TICO-TICO

«A BONEQUINHA DE TRAPO»

PEÇA INFANTIL EM 3 ACTOS

ENTRADA GRATUITA

BILHETES EM DISTRIBUIÇÃO NA BILHETEIRA
DO TEATRO DAS 14 AS 20 H.

MAIORES DE 4 ANOS

SÁBADO, 18 DE OUTUBRO, AS 15.30 H.

FANTOCHES NO SALÃO DA PLATEIA
PELO TEATRO BRANCA-FLOR

ENTRADA LIVRE

M/4 ANOS

«Último Tango»: dez milhões!

«O Último Tango em Paris», de Bernardo Bertolucci, voltou a aparecer na classificação semanal da «Variety».

Desta vez é-lhe atribuído o quinto lugar com uma receita de 238 000 dólares.

De acordo com a informação da «Variety», que abrange cerca de um terço do mercado norte-americano, o filme conseguiu até agora fazer entrar nas bilheteiras cerca de dez milhões de dólares (270 mil contos).



«Informação pública» passa a quinzenal

No último Conselho de Ministros ficou decidido passar a bissemanal, em princípio às segundas e sextas-feiras, o programa de «Informação

Pública» através do qual o Governo passará a informar o País sobre os principais problemas nacionais.

CANAL DA CRÍTICA MARIO CASTRIM

Carlota, guerrilheira do M. P. L. A. Uma serenidade de avançar. O sorriso atirado para o alto como um pássaro resolvido a cumprir-se.

O Telejornal dá-nos as notícias do mundo. Do mundo que resta para além de Portugal. Entre outras coisas, o pesadelo que prossegue no Chile: as crianças que enlouquecem e algumas suicidam-se... porque a vergonha da espécie humana chamada Pinochet as obriga a assistir à tortura dos pais e à morte dos patriotas...

Enfim, cada regime tem a sua maneira de comemorar o Dia Mundial da Criança.

Só que a vergonha não se chama Pinochet. Chama-se a barriga que o pariu, o imperialismo. Esse imperialismo de que alguns aguardam substância e apoio. E mais não digo.

Mais não digo por causa das moscas. Num país onde reina a liberdade de expressão todos os cuidados são poucos.

O COLT 66º

Carlota, um corpo de me-

APERTAR O CINTO OU TIRAR O CINTO?

nina para a alma de um soldado. A fragilidade que alimenta a esperança. No meio dos outros guerrilheiros do M. P. L. A., Carlota diz onde é o seu posto: a frente de combate.

Um país onde reina a liberdade de crítica e de expressão: estas foram as palavras do ministro dos Transportes e das Comunicações.

A muito se aventurou o ministro, ao traçar o quadro negro da nossa situação quanto a transportes e ao resto. Uma lástima. Uma terrível miséria. As receitas muito longe, oh muito longe de cobrir as despesas. Tal foi a herança do pobre, do infeliz VI Governo...

Não sei se sim ou não se poderá chamar a isto alarmismo. De qualquer modo, se fosse eu que o dissesse, se calhar a esta hora tinha o Colt 66º apontado às costas.

Desvantagem de não ser ministro, kékekerem.

«VENS DE CARRINHO!»

Carlota, a combatente da liberdade. A opor, com a

força do seu povo, uma barreira ao imperialismo escondido nas siglas de um movimento de «libertação». Carlota, sentada no breve intervalo entre duas caminhadas. Com as mãos prolongadas na espingarda.

O ministro já disse como era: temos de recorrer ao empréstimo externo. Diversificado, está claro, para não comprometermos a independência nacional.

Pessoalmente, não sei bem como há-de isto ser.

Um país quer construir o socialismo. (Isto não é uma afirmação: é um supônhamos).

Um país quer construir o cialismo. Vai, chega-se ao pé do imperialismo e diz-lhe assim:

Por favor, empresta-me aí uns dez milhões de contos.

Claro que sim, claro que sim. Havemos de ver isso. Mas para que são os dez milhões?

Para comprar, com rumo ao socialismo, camionetas, autocarros, comboios...

O filho, pra cá vens tu de carrinho... Vamos lá ver essa coisa com mais cuidado.

O jornalista estava lá e assistiu ao diálogo histórico. Se não conta mais, é para não cair na teia 66º que a aranha está a armar.

TRABALHA, MEUS IRMÃOS!

Carlota, com a espingarda no prolongamento da sua vontade. A sua força tem razão e a sua razão tem uma espingarda. Um sorriso armado até aos dentes. Carlota.

Mas o ministro disse várias outras coisas deveras interessantes e reveladoras.

Disse que o trabalho é a fonte de toda a riqueza.

Disse que sem trabalho, nada feito.

Disse que tudo só ganhava valor quando houvesse trabalho investido.

Disse que os trabalhadores... enfim, palavras muito bonitas sobre os trabalhadores. Inclusive que os trabalhadores deviam controlar as actividades das empresas. Certamente assim aprenderiam a não ser irrealistas nos seus pe-

didados de aumentos salariais.

Palavras finais: «Precisamos todos de produzir e de investir.»

Bolas! Exige-se a extinção do V Governo, anuncia-se o VI Governo como «de salvação nacional», querem ver, querem ver que o VI traz a solução original na manga...

Vai-se a ver, qual é a solução?

Trabalhar.

Os trabalhadores devem trabalhar. Para quê? Para safar a onça. E o que dão em paga aos trabalhadores?

Saneamentos à esquerda.

Afastamento dos revolucionários.

Ministros-papões, como Almeida Santos.

Ministros caricatos e canhestros como Tomás Rosa.

Um Governo que acalenta no seio a vibora pepedê da reacção.

Etc., etc., para evitar sarilhos penais, mas se o sr. Almeida Santos prometer que tapa os ouvidos ainda escrevo mais algumas linhas, prá outra vez.

Estas são as prendas que a via original para o socialismo português (não, não foi nada, fui eu que me ri) quer oferecer aos trabalhadores portugueses para incentivar o seu espírito de sacrifício...

Perdoa-lhes, Vasco. Perdoa-lhes porque eles não sabem o que fazem.

COMPANHEIRA

Carlota, a combatente do M. P. L. A., nossa companheira, membro de um exército numeroso que luta contra o imperialismo. Carlota morreu no dia seguinte àquele em que Luis Alberto Ferreira a entrevistou. Morreu num desastre de viação. Morreu. É triste morrer de madrugada. Quando o dia já está a nascer nas nossas mãos.

Carlota. A que deu a vida em troca do que valia a pena: a liberdade, a felicidade do seu povo. Quando a paga é esta, qual o trabalhador que recusará sacrifícios? Mas se a paga não é esta, quem ousará pedir-lhos?

Carlota: outros virão tomar o teu lugar.

UMA REVISTA POPULAR: no **TEATRO MONUMENTAL** (1.ª 3513) (AR REFREGERADO) HOJE: 2 SESSÕES: 20.30 e 22.45 H Domingo à tarde às 15 horas VASCO MORGADO APRESENTA

POEMA: Eduardo Dames, Carlos Coelho, José Vilhena
MÚSICA: João Nobre, João Vaz, Manuel Pádua
MILU * CARLOS COELHO * AIDA BAPTISTA * OCTAVIO DE MATOS
artista convidada: DELFINA CRUZ
atuação na Jona: HELENA TAVARES
no «comples» CARLOS MIGUEL

O internacional **VIP BALLET** 18 esculturas balletiques e a colaboração de **JÚLIO CÉSAR** (Não aconselhável a menores de 18 anos)

CENTRO DE PRODUÇÃO **Teatro Maria Matos** **ÚLTIMA SEMANA**
«**LEGENDA DO CIDADÃO MIGUEL LINO**» de Miguel Franco
Bilheteira - Tel. 89 70 17
ABEP - Telef. 32 88 23
Não acons. a menores de 13 anos

RECEITAS DE CONSERVAS DE PEIXE
Solicite-as escrevendo à D.G.C.I.
Rua Alexandre Herculano, 6-3.º
LISBOA 2

Televisão

Hoje



Alfama de dia

I PROGRAMA

- 19.00 Abertura e **Ver e Pensar** — dois palhaços e um ilusionista.
- 19.25 «**O Perigo é a Minha Profissão**»
- 19.55 **Relatório** — a guerra de Angola.
- 20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
- 21.00 **Afinal como é?**
- 21.30 **Eurovisão** — 2.ª parte do último Concerto Promenade da temporada. Realização da B.B.C. no Royal Albert Hall.
- 23.00 **Telejornal** — 3.ª edição
- 23.20 Fecho

II PROGRAMA

- 21.00 Abertura e **24 Horas da Vida de uma Cidade** — Alfama de dia.
- 21.30 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida às 20 e 30 no I Programa.
- 22.00 **Noite de Cinema** — «A Vénus Loira» — com Marlene Dietrich, Gary Grant e Herbert Marchall. Realização de Joseph von Sternberg. Ano de produção: 1932.
- 23.40 Fecho

DESTAQUES

I PROGRAMA

Eurovisão — Concertos Promenade (21.30)

II PROGRAMA

Noite de Cinema — «A Vénus Loira» (22.00)

....

Amanhã

I PROGRAMA

12.45: Abertura e Fronteiras do Amanhã; 13.00: Retrospectiva — revista desportiva; 13.15: Telejornal — 1.ª edição; 13.30: Hoje Pode Ver — os programas dos teatros e cinemas e da TV; 13.40: Variedades; 14.05: série filmada — «Lassie»; 14.35: Falar de Educação; 15.05: «Salto Mortal» — série alemã com histórias do mundo fascinante do circo, com Gustav Knuth, Helmut Lancer, Haret Janson, Margarita Scherr e Gitty Djamal; 16.00: Nome Mulher — a irmã do Che; 17.00: Desenhos animados; 17.25: Expedição — documentário; 18.00: «A Ilha do Tesouro» — segundo a obra de L.R. Stevenson; 18.30: Cinema de Amadores — um programa da federação portuguesa da especialidade; 19.00: Cada dia uma Esperança — pelo dominicano Luis de França; 19.15: Cartaz TV — Jorge Alves apresenta uma selecção dos principais programas da próxima semana; 19.30: Entrevista com o dr. David Bernardino sobre Angola; 20.30: Telejornal — 2.ª edição; 21.00: Noite de Cinema — «O General Morreu ao Amanhecer» («General Died at Dawn») — ano de produção: 1936. Realização de Lewis Miles Tone com Gary Cooper, Madeleine Carroll e Akim Tamiroff; 23.15: Telejornal; 23.30: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e Desenhos Animados; 20.15: As Pedras e o Homem — um programa dos trabalhadores da Planigrafe; 20.40: Retrospectiva; 21.00: Série filmada — «Lassie»; 21.30: Telejornal — a 2.ª edição em diferido do I Programa; 22.00: «Jane Eyre» — série filmada produzida pela B.B.C. baseada no romance homónimo de Charlotte Brontë; 22.40: A Gente que Nós Somos; 23.30: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU **TV**
CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
Deslocação e orçamento grátis
Telefs. 72 27 86 - 83 42 71
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Copcon esclarece

R.P.M. É ESSENCIAL À REVOLUÇÃO

Notícias vindas a lume em dois jornais acerca do pedido de transferência de sargentos do Regimento de Polícia Militar são motivo do seguinte comunicado do Copcon:

«Nas suas edições de 15 e 16 do corrente, referem os diários «A Luta» e o «Primeiro de Janeiro», respectivamente, em desenvolvida notícia, a situação que supõem viver-se actualmente no R. P. M.

Apesar dos remos recentes vindos a lume no primeiro daqueles jornais, a respeito das «fontes fidejigas» que servem, de uma forma geral, os órgãos de Informação, não pode o Copcon deixar de, como vem sendo hábito, elucidar a opinião pública da forma correcta sobre o que se passa realmente no interior de unidades que dele dependem, lamentando, embora considere perfeitamente normal na luta ideológica que se trava no País, a utilização de tais processos que visam orientar a opinião pública numa perspectiva conveniente para a força política que o jornal representa, mesmo que se afirme independente, daí resultando, afinal, uma permanente dúvida nas pessoas que acabam por só acreditar no que lhes convém e com que simpatizam ou, o que é mais vulgar, por não acreditar em ninguém... e ouvir a B. B.C..

Assim, conhecendo sobeja-

mente este comando a crise que nasceu e que existe no R. P. M. resultante da indefinição político-militar que se vive no País, não pode deixar de afirmar que a unidade mantém a sua operacionalidade na defesa da ordem democrática e das classes trabalhadoras e dos organismos populares de base, factor essencial ao avanço da Revolução Socialista em Portugal, referindo como factos concretos:

A. Que pediram transferência do R. P. M.:

— Três primeiros-sargentos colocados na unidade, mas que no entanto, desde há alguns meses prestavam serviço na direcção da arma da cavalaria.

— Seis primeiros-sargentos de cavalaria que prestavam serviço na unidade.

— Um primeiro-sargento mecânico que também prestava serviço na unidade.

B. Que não houve quaisquer promessas de «promoções até capitão» para retenção dos sargentos na unidade o que está totalmente fora de qualquer possibilidade por parte do comandante da unidade (e não há sargento nenhum que o não saiba), como tal atitude estaria fortemente deslocada da prática correcta revolucionária de que o senhor major Campos de Andrade tem dado provas ao longo do processo.»

LIBERTEM VICENTE

A libertação imediata do antifascista espanhol Vicente, foi pedida numa moção aprovada no decurso de um comício de apoio à luta dos povos de Espanha antontem realizada no Instituto Superior Técnico.

«Há 15 dias que as autoridades portuguesas mantêm preso em Monsanto o antifascista espanhol Vicente, refugiado político em Portugal.» — diz

a moção — «Este camarada foi preso pelas autoridades portuguesas na fronteira quando se dirigia a Espanha para se juntar aos milhares de revolucionários que, à cabeça dos povos de Espanha, enfrentam a «Seguridade», os esbirros da Guarda Civil, as torturas as prisões e os fuzilamentos, e continuam o combate contra a ditadura assassina da burguesia franquista.»

Desporto



Vasas-Sporting na TV

Embora a Radiotelevisão Portuguesa ainda não tenha dito nada sobre a eventualidade da transmissão directa do jogo Vasas-Sporting, na próxima 4.ª-feira, estamos em condições de informar os nossos leitores de que tal transmissão vai ser uma realidade. Efectivamente, o nosso camarada da Informação Alves dos Santos tem viagem marcada para Budapeste, na qualidade de «enviado especial da RTP». Por simples dedução, chega-se à conclusão de que vamos ver o Vasas-Sporting, em directo, no pequeno écran. A não ser que, ainda hoje, nos chegue às mãos um formal desmentido por parte das Relações Públicas da RTP. Como agora vai sendo moda...

EVENTUALMENTE CHOCANTE

Faro: Clube de Futebol Bonjoanenses cerca de 35 anos ao serviço do basquetebol; treinos e jogos em terreno conquistado a um senhor que sempre aceitou o facto. Agora, a disputa do rectângulo, as ocupações, a briga à espera de resolução militar.

A história é simples: o clube (com o apoio das comissões de moradores) pretende intensificar a prática da modalidade; e vai de beneficiar o recinto de jogo. Chega o dono do terreno e não está com meias medidas: despeja no palco das jogadas paus, pedras e areia. A população fica descontente, já que deixa de poder presenciar os encontros, tanto masculinos como femininos que ali se disputavam. Numa reunião, resolveu-se pelo melhor: retirar todo o lixo depositado pelo antidesportista e reocupar o rectângulo, preparando-se para o melhor. Vem (de novo) o «proprietário» e tenta destruir uma das «tabelas». O assunto ficou (por ora) neste pé. Os militares vão resolver: pelo melhor, certamente.

ONTEM

Iniciou-se, ontem à noite, o Torneio de Abertura de hóquei em patins, com a disputa dos jogos referentes à série «A». Resultados: Campo de Ourique, 4-Académica da Amadora, 10; Sporting, 6-Benfica, 1 e Cuf, 0-Sotto Mayor, 5.

Também ontem à noite se disputaram alguns encontros de andebol de sete, a contar

para o campeonato de Lisboa da 1.ª divisão. Desfechos: Encarnação, 17-C. Piedade, 9; Académica da Amadora, 13-Universitário, 18; Vendedores de Jornais, 16-Sporting da Penha, 17 e Atlético, 20-Ajudense, 18.

HOJE

Às 22.30 de hoje, no pavilhão da Ajuda, há basquetebol entre equipas com aspirações: jogam Sporting e Benfica, numa partida que é transmitida, directa e integralmente, pela Emissora Nacional, dentro da nova linha programática da estação oficial. Outros jogos da ronda desta noite: Belenenses-Nacional, Queluz-CIF e Al-gés-Atlético, a partir das 19.45.

Entretanto, os futebolistas do First Portuguese (amadores-turistas) exibem-se em Leça da Palmeira, com o grupo local, pelas 21.30.

PORTUGAL

«Dia do Clube», para os associados do Sport Lisboa e Olivais que, no próximo domingo, queiram presenciar o encontro de futebol com o Vasco da Gama, a contar para o Nacional da 3.ª Divisão.

Estão à porta os campeonatos nacionais de caça submarina, programados para 25 e 26 do corrente, em Peniche. Já se sabe como estará composta a representação-base do Benfica: David Rilhas, Carlos Vilela, Pedro Henriques, Eduardo Sales, Francisco Santos, Justino Alves, Manuel Gonçalves e Carvalho dos Santos, com a hipótese de alguns reforços.

Vitor Duarte é o novo treinador dos lutadores do Benfica.

Movimentos livres

A notícia é singela. Três parágrafos (mereceu) no prezado colega «Record». Diz assim, sem tirar nem por:

«A Federação Portuguesa de Ginástica, por proposta do Conselho Técnico, resolveu distinguir a atleta do Ginásio Clube Português, Maria Avelina Garcia Alvarez, como a «Ginasta do Ano».

«Merece-nos uma palavra especial este justo galardão atribuído a uma jovem de reconhecida capacidade técnica e, sobretudo, muito entregue à causa da ginástica.

«A Maria Avelina, se tivesse mais estímulo (independentemente da sua dedicação e nível desportivo) poderá credenciar-se mesmo a nível internacional».

Claro que ninguém vai discutir o mérito da menina Alvarez, como «ginasta do ano», embora haja por aí

gente capaz de pensar mal da aplicação do galardão: é que a jovem Alvarez é filha do presidente federativo, porventura nem tido nem havido para a honraria dada a um dos seus rebentos mas, de qualquer modo, em causa dada a sua posição no assunto. Evidentemente (longe de nós ideia contrária): o douto Conselho Técnico não tentou bajular o presidente, beijando a filha para adoçar a boca do pai. Distante (também) do nosso pensamento a justiça da citação no «Record», feita (certamente) apenas para informar os leitores e nunca a pedido do pai-Alvarez que (por mero acaso) é colaborador daquele nosso prezado colega. Só que, palavra de honra, se fôssemos à menina não aceitávamos a medalhinha.

N. S.



Divulgação desportiva é isto: a miudagem a ser cativada para os salutareos exercícios físicos ao ar livre e a acorrentar os olhos embevecidos das mãas ou espantados dos colegas de morada.

Aniceto Simões e Anacleto Pinto (ambos do Benfica) participam, amanhã, numa prova pedestre denominada «Dez milhas da Holanda».

A Associação de Futebol de Lisboa vai apadrinhar a realização de um torneio de veteranos, que deverá principiar no dia 13 de Fevereiro de 1976. Numa reunião ontem realizada na Associação, os representantes dos clubes lisboetas apresentaram o plano em que esse torneio irá ser disputado: a duas voltas, com jogos de 70 minutos, sendo cada equipa formada por antigos jogadores com mais de 33 anos; todavia, cada um dos concorrentes poderá fazer alinhar até dois elementos com 32 anos.

Na reunião estiveram presentes, além do dirigente associativo António Malva, os seguintes antigos jogadores: Pedro (Belenenses), Francisco Calado e Macarrão (Benfica), Correia Dias (Atlético), César Nascimento e Manolo (Sporting) e Cordeiro (Oriental).

As saudades de antigos «craques» fez nascer a ideia deste reencontro com a bola.

AGENDA

A partir de 25 do corrente, a Federação de Basquetebol promove um curso de treinadores-estagiários. O plano de estudos compreende as seguintes matérias: pedagogia do bas, tebo, técnico, táctica, treino, orientação da equipa, organização da época e regras.

No dia 26, processa-se a segunda edição do «Circuito da Feira», em Faro, organizado pela filial local do Sport Lisboa e Benfica. A prova é destinada a infantis, iniciados, juvenis, juniores e seniores (federados ou populares).

Já se encontra elaborado o calendário da 1.ª jornada do nacional principal em andebol de sete. Inclui os jogos Almada-Beira-Mar, Belenenses-Benfica, S. Mamede-Sporting, Vitória-F.C. Porto, Técnico-CACO e Boa Hora-Passos Manuel, a realizar no dia 25 deste mês.

Pelas 9 horas do próximo domingo, efectua-se uma corrida velocipédica denominada I Circuito Ciclista da Quinta do Morgado, levada a cabo pelo Centro de Cultura e Desporto da Quinta do Morgado. Esta realização desportiva inscreve-se no programa de actividades destinadas a crianças de ambos os sexos (dos 4 aos 16 anos) e é extensiva a todos os bairros, clubes ou simples entusiastas individuais.

Torneio de Abertura, para o escalão sénior (no estilo greco-romana), na tarde de amanhã, no pavilhão do Estádio Universitário de Lisboa, promovido pela Federação de Lutas Amadoras.

Cursos animadores de tiro ao arco vão realizar-se em Lisboa (no Centro de Estágio de Desportistas, Cruz Quebrada nos dias 1 e 2 de Novembro e na delegação distrital de Viseu, da D.G.D., (no Parque do Fontelo) nos dias 18 e 19 de Novembro. As inscrições (sem limite) devem ser enviadas ao sector de formação da Comissão Técnica da Federação Portuguesa de Tiro ao Arco (Rua Arco do Cego, 90, 5.º, Lisboa).

Decorrerão ainda, durante o mês de Novembro, acções de formação de monitores e de treinadores.

Organizado pela D.G.D., efectua-se amanhã, pelas 15 horas, na Escola Salesiana, um convívio desportivo entre os «núcleos de Luta» da Linha de Cascais. Participarão cerca de 60 jovens, de idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos.

Neste mesmo local, seguir-se-ão mais 2 convívios: o 1.º, em 8 de Novembro próximo para crianças dos 12, 13 e 14 anos; o 2.º a 15 de Novembro destinado aos escalões etários de 9, 10 e 11 anos.

Amanhã, no Estádio Parque Mayer, quinta sessão do torneio «Primeiro Socos», planificado e levado a efeito pela Associação de Pugilismo de Lisboa. Ainda desta modalidade: o Vitória da Picheleira volta a plano de evidência, concorrendo a provas oficiais.

Ténis de mesa, a 9 de Novembro. Realiza-se o I Torneio Aberto Nacional de Ténis de Mesa, organizado pelo Casa Pia Atlético Clube, nas instalações no pavilhão do Estádio da Luz. Prova destinada a senhoras, meninas, seniores, juniores, infantis e veteranos.

A competição intitulada Torneio de Abertura para Seniores, em hóquei em campo, dotada com o troféu «Grupo Dramático e Sportivo de Cascais», inicia-se a 2 de Novembro.

Atletismo: VI Torneio Popular dos Bairros de Lisboa, a 1 e 2 de Novembro, na pista de «tartan» do Estádio da Luz.

O Grupo Desportivo Rio de Mouro, Rinchosa e Mercês promove, no dia 26 do corrente, um torneio aberto de ténis de mesa.

A fase final do Campeonato Nacional de Andebol de Sete, promovido pela Inatel, desenrola-se este fim-de-semana, em Coimbra, no pavilhão do Estádio Universitário (Santa Clara). Amanhã, pelas 18 e 30, jogam Pinto e Sotto Mayor com Sociedade Central de Cervejas. Domingo, às 10 e 30, actua os representantes do C.P.T. da Conceição da Horta (Açores) perante a turma vencedora do cotejo do dia anterior.

RARIDADES

Agora, o espectador que se dispuser a ir ao Estádio da Luz assistir a um encontro de futebol é obrigado a saber ler: porque, nos bilhetes, vão surgir impressos os números dos portões por onde as pessoas têm de entrar. Foi esta a conclusão a que chegaram os dirigentes e os órgãos sociais do clube, depois de analisadas as falcaturas que terão acontecido nos jogos do «nacional» e com os turcos.

Isto vai já começar a funcionar dentro de dias, quando no relvado da Luz se apresentar a turma do Uipest. Não vai cus-

tar nada: basta cada um dos espectadores saber ler o rectângulo de papel que dá acesso ao seu lugar; porque tabuletas não vão faltar para indicarem o caminho de cada um.

LA FORA

Resultados dos encontros da terceira jornada da fase meia-final do campeonato brasileiro de futebol: America (Rio de Janeiro), São Paulo, 0-0; Vasco da Gama-Atlético (Minas Gerais), 1-1; Guarani-Grêmio, 2-2; Curitiba-Santa Cruz, 0-1; Internacional-Tiradentes, 2-0; Sport-Palmeiras, 0-0; America (Rio Grande do Norte)-Remo, 2-1 e Fluminense-Goias, 4-1. Classificação no grupo um: Fluminense (Rio de Janeiro), 3 jogos/4 pontos; Cruzeiro (Minas Gerais), 2/4; Guarani (São Paulo), 3/3; Corinthians (São Paulo), 3/2; Palmeiras (Rio de Janeiro), 3/2; America (Rio de Janeiro), 3/2; Tiradentes (Piauí), 3/1; Atlético (Minas Gerais), 2/1; Remo (Pará), 3/0 e Curitiba (Paraná), 3/0. Grupo dois: Internacional (Rio Grande do Sul), 3 jogos/9 pontos; Figueirense (Santa Catarina), 3/6; America (Rio Grande do Norte), 3/6; Grêmio (Rio Grande do Sul), 3/5; Santa Cruz (Pernambuco), 3/5; São Paulo, 3/4; Goias, 3/3; Sport (Pernambuco), 3/3 e Vasco da Gama (Rio de Janeiro), 3/3.

O Lázio, através da voz do seu presidente, anunciou que não defrontará a turma espanhola do Barcelona, em jogo futebolístico da 1.ª «mão» da Taça U. E. F. A. Segundo o presidente Umberto Lenzini, o clube não pode garantir o normal decurso da partida. Se a U. E. F. A. aceitar esta justificação, o Lázio sairá derrotado desse jogo (por 0-3) obrigando-se a disputar em Barcelona o encontro da 2.ª «mão». Se não comparecer, terá de indemnizar o clube espanhol da receita que, normalmente, o encontro proporcionaria e será afastado de toda e qualquer competição a nível da U. E. F. A. durante 3 anos. É caso para dizer: o sorteio de Zurique foi negativo para o Lázio...

Walter Rosa "TRANSPORTES EM SITUAÇÃO DIFÍCIL"

O ministro dos Transportes eng.º Walter Rosa, anunciou em comunicação feita ao País, através da TV, os principais projectos que o seu Ministério pensa concretizar dentro em breve.

Referiu-se à fusão do «metro» com a Carris e da Companhia Nacional de Navegação com a Companhia de Transportes Marítimos, à nacionalização dos transportes fluviais do Tejo e à integração da Sociedade Estoril na C.P.

O eng.º Walter Rosa salientou que «os transportes se encontram numa situação difícil», devido «sobretudo à herança do passado aliada às carências financeiras do presente». O ministro revelou que, em 1975, o «deficit» global de exploração das empresas dos transportes atingirá seis milhões de contos.

Em face da crise, o ministro salientou ainda que «não podemos continuar a aguentar as actuais tarifas dos transportes». Portanto, pondo de parte

esta hipótese porque a serem aumentadas as tarifas teria de ser para o dobro ou mais, o ministro acentuou que o seu Ministério está encarregado da elaboração de uma lei-base que oriente a política nacional do sector.

Quanto aos transportes aéreos, Walter Rosa afirmou que «eles teriam de ser repensados». «A TAP está interessada nisso, já tem ideias muito úteis através de acordos bilaterais». É preciso criar outras frotas, visto que a situação do monopólio, em relação às antigas colónias, está evidentemente condenada. Não significa, no entanto, que a TAP não continue a colaborar com os países de língua portuguesa em África. Ainda a propósito dos transportes aéreos, o ministro salientou que «as ligações com a Madeira e com os Açores têm de ser desenvolvidas e temos de pensar na melhoria dos transportes aéreos entre as ilhas».

JORNAL "O SÉCULO"

Os trabalhadores da Sociedade Nacional de Tipografia, proprietária do jornal «O Século», reuniram-se ontem, em plenário, para debate de problemas relacionados com a situação financeira da empresa e, mais proximamente, com a recente posição do ministro da Comunicação Social Almeida Santos, no que respeita à cobertura por parte do Estado (não do Governo), dos tradicionais «deficits» da empresa (à semelhança de algumas outras).

Numa das moções aprovadas por 99 votos a favor, um contra e com 74 abstenções, os trabalhadores decidem: «dizer não, desde já, à intimidação chantageira do Ministério da Comunicação Social; remeter a discussão do assunto Lei de Imprensa para o colectivo de todos os trabalhadores da Informação; propor desde já, a realização de um plenário das Comissões de Trabalhadores dos órgãos da Informação, para preparação de uma tomada de posição colectiva dos trabalhadores face ao M. C. S.»

Outras moções e propostas foram aprovadas. Numa delas,

os trabalhadores da S. N. T. deliberaram (125 votos a favor, 8 contra e 53 abstenções):

«1. Deve o Estado, através do apoio financeiro, garantir a continuidade das empresas de Informação que se encontram na sua dependência, garantindo assim o pleno emprego a todos os trabalhadores;

«2. É compreensível e desejável uma reestruturação da Informação, de forma a reduzir tanto quanto possível os seus grandes prejuízos e a colocá-la o mais possível ao serviço dos interesses do Povo Português e da Revolução — pelo que desde já, os trabalhadores desta empresa oferecem a sua colaboração ao Governo para participarem interessadamente no estudo das medidas que para tal se tornem necessárias e que sejam da vontade e sem prejuízo dos trabalhadores».

Uma proposta que era aguardada (e que decerto aparecerá noutras reuniões de trabalhadores de empresas jornalísticas na mesma situação) foi rejeitada (107 votos a favor; 113 contra; e 33 abstenções): «considerando que a orientação dada ao jornal tem levado a empresa a uma situação mais ruinosa

do que já se encontrava...»; «que essa orientação tem originado divisões profundas» entre os trabalhadores da S. N. T. e em geral; e «que os principais responsáveis por essa orientação são o director do jornal, a chefia da redacção e o Conselho de Redacção»; os trabalhadores decidiram afastar das respectivas funções o

director e o chefe de redacção suspendendo o Conselho de Redacção.

Para substituir Adelino Tavares da Silva e Joaquim Benite, actualmente director e chefe de redacção, respectivamente, foram desde logo indigitados Roby Amorim e Alexandre Manuel, por ordem. Não resultou.

Novo presidente da direcção da RTP

Foi-nos confirmada esta manhã a nomeação do major Pedro Marques para a presidência do Conselho de Administração da R. T. P., substituindo no cargo o tenente-coronel Valentino Galhardo, seu camarada de trabalho no Estado-Maior do Exército.

Pedro Marques é um notório antifascista, tendo em 1961 participado com Manuel Serra e outros no golpe de Beja. Escapou à perseguição da PIDE e refugiou-se na Embaixada do Brasil em Lisboa, para

conseguir o salvo-conduto que lhe permitiu abandonar o País meses depois.

Exilado em França e no Brasil, Pedro Marques esteve sempre relacionado com problemas de Informação, designadamente o jornalismo e questões editoriais. Retornado a Portugal após o 25 de Abril, foi reintegrado no Exército com o posto de major e trabalhou nomeadamente como adjunto do comandante Correia Jesuino no Ministério da Comunicação Social durante alguns meses.

Com toda a franqueza

Por NEVES DE SOUSA

A santa aliança

É caso para tirarmos o chapéu aos 106 valentes que, inscrevendo-se no curso para candidatos a árbitros de futebol que tem como patrono Joaquim Campos, mostraram que já se não recordam das palavras grotescas (mas ameaçadoras) do caudilho português Sardoeira Pinto, como fizeram vista grossa a toda uma série de atentados à integridade física de que foram vítimas outros idealistas. Palmas (portanto) para os 106 homens que, quase colocando em equação a própria vida, decidiram acorrer ao chamamento da Comissão Central de Árbitros.

São rapazes que (ficou a saber-se em curiosa reportagem do nosso camarada «O Século») tanto se deixaram prender de simpatias a grandes emblemas como aderiram a clubes de características vinculadamente populares, desses em que, aos domingos, até é difícil encontrar quem queira pegar no apito para dirigir um simples debate futebolístico entre solteiros e casados. Entusiastas sob várias bandeiras (Benfica, Sporting, Belenenses, Oriental, Académico, Desportivo da Buraca, Sacavenense, Olivais, Lusitano de Évora, Lousa, Sporting da Covilhã, F. C. do Porto, Sporting de Braga, Castelo Branco, Águias, Domingos Sávio, Peniche, Unidos, Académico de Viseu, Palmense, Futebol Benfica, Casa Pia, Limianos, Elvas, Olhanense, Odivelas, Águias de Campolide, Os Económicos, Vitória de Setúbal, Mem Martins, 1.º de Dezembro, Belas, Bucelenses, Pinheiro de Loures, Cascais e Carcavelos), todos presos ao fascínio do futebol e, por igual, desejosos de seguirem os passos de Campos e Garrido, Calheiros e Mar-

tins, Viera da Costa e Américo Barradas.

Transportam consigo, esses pretendentes à insígnia arbitral, habilitações que se dividem em longo leque: desde o 7.º ano liceal, do curso industrial e do comercial, ao ciclo preparatório ou (simplesmente) ao exame do 2.º grau. Tal e qual como se estendem pelas mais díspares profissões: empregados de escritório, de comércio, de armazém, de hotelaria, bancários, mecânicos, motoristas, operários, cobreadores, electricistas, marceneiros, serralheiros, litógrafos, operadores, gráficos, soldadores, pasteleiros, vendedores, carpinteiros, cortadores de carne, forneiro, batedor-chapas, pintor da construção civil, técnico de desenho, delegado de vendas, funcionário público, estivador, caldeireiro, vidraceiro, mestre de confeitaria, distribuidor, estofador de móveis, estuador, medidor orçamentista, delegado de propaganda médica, canalizador, trabalhador industrial, ajudante-técnico de farmácia, montador de estores, anotador de recepção, cabeleireiro, um director-comercial e (até) estudantes. Como se nota, de tudo e para todos os feitios. Então, que os liquo no encontro comum?

Apenas (e só) o futebol, com toda a beleza que dele pode ressaltar quando (como domingo passado, no Restelo) atingiu o mais alto nível espectacular, foi praticado com correcção, arrebatou o público pagante, cativou a crítica mais desapaixada e foi (mesmo) modelo de convivência entre gente de diferente ideologia. Ora, amigos, digam-me lá que outro fenómeno de aglutinação colectiva consegue, nos tempos que correm, este «milagre»...

SINDICATO DOS PROFESSORES

ZONA DA GRANDE LISBOA

Ensino Secundário e CPES

COMUNICADO

1) No processo de luta pela garantia de direito ao trabalho para todos os professores, que, sob a direcção das estruturas sindicais, obteve recentemente a satisfação de duas reivindicações importantes (garantia de trabalho e de vencimento ininterrupto para todos os professores que leccionaram no ano lectivo anterior), o plenário de professores do CPES e ES da Zona da Grande Lisboa de 13 de Outubro surgiu como uma etapa importante para a mobilização da classe em torno dos três objectivos fundamentais neste momento;

— reformulação do 2.º concurso (para professores sem habilitação própria ou específica) com a participação do Sindicato, de modo a garantir a colocação de todos os professores sem habilitação própria ou específica que leccionaram em 74/75 antes de todos os novos candidatos à docência possuidores das habilitações mínimas definidas pelo Decreto-Lei 409-A/75 (8 cadeiras de um curso superior)

— recusa da solução de emprego para os professores não colocados na docência em postos administrativos e exigência da concretização de propostas concretas por parte do MEIC de novos postos de trabalho no sector da educação, nomeadamente actividades para-docentes devidamente programadas, campanha nacional de alfabetização, estruturação da Universidade Aberta

— repúdio da posição do MEIC de garantia de trabalho restrita ao ano lectivo de 75/76, apontando antes a perspectiva de remodelação profunda do actual sistema de colocações dos professores eventuais, por uma solução global que garanta simultaneamente a dignificação da docência e uma maior segurança profissional, através de contratos mútuos entre o Estado e os professores, ao abrigo do funcionamento da Universidade Aberta, em moldes programados em conjunto pelo Sindicato dos Professores e o MEIC.

2) Para atingir estes objectivos torna-se necessário uma profunda união de classe expressa em assembleias sindicais claramente representativas. Para isso foi convocado o plenário do dia 13, que surgiu pois como uma fase importante na mobilização dos professores em torno deste processo. No entanto, esse plenário não reuniu mais de 450 professores, correndo o risco de definir posições sem força suficiente para vincular a classe no seu todo, o que representaria na actual etapa da luta um enfraquecer das posições da classe, pondo em risco a satisfação dos objectivos visados. Por esse motivo, a CDP propôs antes de dar início aos trabalhos que o plenário tivesse apenas carácter informativo, comprometendo-se a enviar para as escolas propostas apresentadas na Mesa, de modo a garantir uma tomada de posição através de uma assembleia de delegados de Zona, que tivesse a garantia de apoio por parte da grande massa dos professores.

3) A maioria dos professores presentes no plenário considerou, no entanto, que o Plenário devia permanecer com carácter deliberativo, pelo que a CDP se desvinculou da direcção dos trabalhos da assembleia, tendo permanecido até à sua conclusão e transmitido as informações da Reunião Nacional de Executivos.

4) Face à proposta aprovada por maioria no plenário, que constitui uma inversão total do processo em curso e um boicote objectivo à luta desencadeada a nível nacional, a CDP reitera a posição inicialmente definida no início do plenário, apelando para que as assembleias dos NSB discutam em profundidade a questão e expressem a sua posição de maneira inequívoca, convocando uma assembleia de delegados para o dia 21, terça-feira, às 15 horas, na sede do Sindicato (Rua das Galvotas) para uma tomada de posição.

5) Em anexo seguem:

- a proposta que o CDP apresentou mas que retirou ao considerar o plenário de carácter informativo;
- a proposta aprovada no plenário;
- o comunicado a memorandos (já entregues ao MEIC) aprovados nas últimas RNEs.

No plenário foram ainda aprovadas adendas ao abrigo das quais foi eleito um secretariado para conduzir a luta ao lado das actuais lutas sindicais nos termos aprovados no plenário, incluindo uma moção de desconfiança à CDP e a exigência de acesso ao aparelho técnico do Sindicato por parte deste secretariado que terá também por funções «controlar» a actividade da CDP.

Logo que o texto destas adendas for entregue à CDP, elas serão de imediato remetidas às escolas, apelando a CDP para que os professores não minimizem a gravidade que revertem tais posições e os riscos que corre de facto o Sindicato, se a grande massa dos professores permanecer espectadora destes acontecimentos e não tomar posição.

6) Face à proposta no plenário, a CDP chama a atenção que, apesar da correcção dos pontos A 4, 5, 6, 7 e 8 e B 3 e 5 (correspondendo de facto as suas linhas gerais a posições de classe sempre defendidas pelo Sindicato), os pontos fundamentais da proposta são os pontos 1 e 2. A ambiguidade das redacções destes pontos camufla mal recuperação que, de facto, faz do princípio de recondução automática, repetidamente rejeitado pela grande massa dos professores a nível nacional e numa fase em que o processo das colocações segundo os moldes acordados entre o Sindicato e o MEIC está em fase adiantada.

A gravidade do conjunto de tais posições (pontos 1 e 2 da proposta aprovada e adendas), reforça a posição inicial da Comissão Directiva ao se considerar desvinculada de todas as deliberações do plenário, sem que a classe, no seu conjunto, possa analisar o seu significado e consequências.

O Sindicato, de facto, não pode correr o risco de ficar atrelado a posições claramente minoritárias dentro da classe, nem servir de trampolim a manobras golpistas de campanha eleitoral.

Como Direcção Sindical, a CDP recusa-se a ser cúmplice de acções desagregadas do Sindicato e a elas opor-se-á sempre, com firmeza, no cumprimento do seu mandato.

Neste contexto, a CDP dirige um firme apelo aos professores para que se empenhem em profundidade no processo e contribuam para uma definição clara e inequívoca de posição sindical por forma a garantir uma vitória completa na luta desencadeada pela garantia de trabalho para todos os professores, e que se reforce as estruturas sindicais.

Neste sentido, a Comissão Directiva, apela para que todos os Núcleos Sindicais de Base da Zona da Grande Lisboa, enviem delegados devidamente credenciados à assembleia de delegados de Zona na 3.ª Feira, dia 21, às 15.00 horas, na sede do Sindicato, Rua das Galvotas, 6.

Lisboa, 16 de Outubro de 1975.

A COMISSÃO DIRECTIVA PROVISÓRIA
(Secção do CPES e ES)

Geral

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Continuação da pág. 2

A RESPOSTA AO ADJECTIVO

Abstendo-nos de comentários passamos a reproduzir excertos das bobinas 38, 39, 40 e 41.

O sr. Carlos Brito (P. C. P.): «Sr. Presidente, srs. Deputados: O Partido Comunista sente-se honrado por ter sido alvo do ataque como o que aqui foi proferido pelo deputado Cunha Leal do P. P. D., porque esse ataque partiu de um homem reconhecidamente reaccionário, reconhecidamente, profundamente ligado ao capital monopolista, como director administrativo da Covina, como director e administrador de outras conhecidas empresas, como um conhecido advogado dos monopólios (aplausos; uma voz: fascista; uma voz: apoiado). O que ouvimos não foi o ódio de um homem, foi o ódio de uma classe, foi o ódio dos monopólios à beira da liquidação.

Este discurso confirma que o P. P. D. é um



Partido reaccionário, é um partido que está contra as nacionalizações... (agitação) contra a reforma agrária, contra a descolonização (agitação) contra o M. F. A., contra os oficiais revolucionários do Movimento das Forças Armadas (burburinho) confirma que o P. P. D. e os seus deputados nada têm a ver com o processo revolucionário, nada têm a ver com a nossa Revolução (agitação na sala).

Mas temos ouvido também através das declarações do secretário-geral do P. P. D., o dr. Sá Carneiro... (vozes; burburinho) que esse secretário-geral do P. P. D. não se conseguiu libertar do pensamento social-fascista.

A resposta do dr. Cunha Leal foi ardente. E Carlos Brito reconheceu: «Eu volto a repetir, eu quero esclare-

cer que não chamei fascista ao deputado Cunha Leal.» Depois... foi o eventualmente chocante. Vejamos: Carlos Brito: «Disse sim que era reaccionário.»

Uma voz: Filho da puta. António Abalada (P. C. P.): Filho da puta era a tua mãe. Vocês é que são todos uns filhos da puta, uns filhos de um cabrão.»

Ao acabar a sessão, mal se ouvia um aditamento do C. D. S. a um articulado que acabou por ser eliminado (falta de quorum). E já no elevador para o rés-do-chão recapitulava-se: aprovados dois artigos por unanimidade, respeitantes ao ensino e outro com aplausos respeitante à gestão (auto e não co-) pelos trabalhadores. O controlo. O poder. Mesmo que forças políticas sublinhem: gradualmente.

R. R.

JORNAIS BURGUESES

Continuação da pág. 11

polícia secreta passa a actuar «preventivamente», a repressão torna-se sistemática, as perseguições por «delitos sociais» são diárias.

Da banda do proletariado irrompe uma nova vanguarda de bombistas e os «revolucionários civis» tornam-se figuras temidas da pequena e grande burguesia lisboeta. Os operários são perseguidos e despedidos por lerem «A Batalha» e «A Bandeira Vermelha» e a zona operária de Lisboa e Setúbal torna-se a «Barcelona Portuguesa».

O histerismo, em Lisboa, apodera-se dos jornais burgueses, que imputam à Legião Vermelha todos os «crimes» (o simples roubo de bicicleta) enquanto o polícia e o torturador atraem militantes e sindicalistas aos Olivais para os fuzilarem.

Operários grevistas a caminho da prisão cantam a Internacional e, como assinalava «A Bandeira Vermelha», todos os dias nasciam bolchevistas. O termo sindicalista torna-se um «insulto», enquanto as organizações operárias mais radicais se preparam clandestinamente para a luta armada, com as Juventudes Sindicalistas e a Legião Vermelha à cabeça.

Num comício operário de propaganda comunista no Porto, o operário Anastácio Ramos afirma: «A revolução começa pelas palavras acaba pela espingarda». Os seus discursos, anticapitalistas e antiburgueses, levantam os operários nos comícios ou manifestações. E o movimento composto por 150 mil homens apoiados por centenas de organizações operárias e de jo-

nais, dotados de uma considerável experiência de luta, radicalizados por uma repressão violenta e sistemática e «nada tendo a perder senão as suas cadeias» parece indestrutível.

Uma imagem que se pode, sem esforço transplantar para os dias que correm, por forma a evitar a erros de outrora e logros de então.

Porque, nessa altura, a própria ambiguidade teórica do anarquismo, oscilando entre um revolucionarismo que poderíamos classificar de profético e um real reformismo levou vários militantes anarco-sindicalistas a converterem-se ao corporativismo, ao nacional-sindicalismo e ao fascismo.

Começava aí o declínio do anarco-sindicalismo e a demonstração da incapacidade da organização revolucionária para dar o golpe final na burguesia. Foi então que o fascismo português iniciou a sua marcha sobre Roma, exactamente em 1915, que o 28 de Maio de 1926 confirmou.

Na cadeia desapareceram os velhos militantes, e outros no exílio, no abandono e, até na colaboração. Mas a luta da classe operária, de todos os explorados e oprimidos, violentamente reprimidos e amputados, prosseguiu na dureza de novas condições.

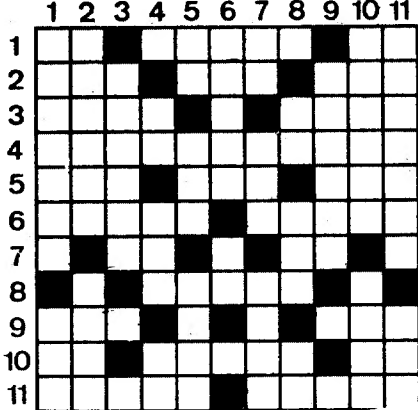
Que a história não se repita, porque candidato a sucessor de Gomes da Costa, no Porto, a burguesia já o tem. De igual modo, às portas de Lisboa, quem silenciou o emissor da RR não enjeita desempenhar o papel repressivo que entre 1916 e 1918 coube ao major da PSP, Ferreira do Amaral.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBO PROBLEMA N.º 11213

HORIZONTAIS

- 1 Tempo do verbo ir. Certas geográficas. Antes de Cristo.
- 2 Ave pernalta. Ruído. O vencimento diário de um soldado.
- 3 Comentário. Vendas acréditas.
- 4 Vendedores de tremocos.
- 5 Ligue. Coragem. Pega.
- 6 Odio. Religião (fig.).
- 7 Nota musical. Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal.
- 8 Artigo definido. Amofinai.
- 9 Nome de mulher. Cidade de Espanha.
- 10 Caminhar. Enrubescer. Batráquio.
- 11 Adicionar. Simples.



VERTICAIS

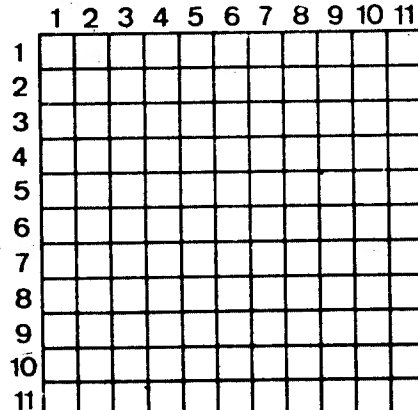
- 1 Felicidade. Suspiros.
- 2 Torna morno. Terreiro em frente ou à volta da igreja.
- 3 Avivais.
- 4 Amónio (s. q.). Caminhar para cá. Cálculo (s. q.).
- 5 Artigo definido. Vã. Serra de Portugal.
- 6 Pequeno. Cloro (s. q.).
- 7 Antes do meio-dia. Época. Acolá.
- 8 Letra grega. Regra. Promome reflexo.
- 9 Corsário.
- 10 Arenosa. Vive.
- 11 Terminara. Seguias.

Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 7372

HORIZONTAIS

- 1 Cidade de França. Estéril.
- 2 Mau. Grande desordem.
- 3 Rezo. Rema para trás. Conjunção.
- 4 Vossa Alteza. Piso aos pés. Isolado.
- 5 Nome de astro. Capa sem mangas.
- 6 Sulco. Catedral. Aqui.
- 7 Guarnecer de asas. Grupo de três.
- 8 Abreviatura que se usa em música. Caminhar. Preposição e artigo definido. Batráquio.
- 9 Cidade de Espanha. Prefixo que designa ar. Agarrei.
- 10 Serra de Portugal. Cidade da Roménia.
- 11 Terreno aberto de vegetação no meio de um deserto. Freguesia do concelho de Guimarães.



VERTICAIS

- 1 Testemunhar. Moeda da Grécia antiga.
- 2 Brisa. Pequeno macaco do Amazonas.
- 3 Curso natural e abundante. Abreviatura de Santíssimo Sacramento. Uma das Ciclades.
- 4 Prefixo de negação. Batei (fig.). Zomba.
- 5 Estudante do primeiro ano de um curso superior.
- 6 Reles. Pertences.
- 7 Chegar à costa.
- 8 Crómio (s. q. e inv.). Realização. Viração.
- 9 Seguiam. Anel.
- 10 Fazes doação de Carrinhos sem rodas puxados por mais pessoas e em que se transporta gente (Mad.).
- 11 Arrasa. Ópera de Verdi.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11212

HORIZONTAIS

- 1 Carpa. Marca.
- 2 Oraís. Amear.
- 3 Russa. Rasca.
- 4 Pás. Rimar.
- 5 Erar. Casara.
- 6 Agar.
- 7 Crê. Asa. Bra.
- 8 Auras. QUEM.
- 9 Nardo. Turma.
- 10 Siais. Iara.
- 11 Assoa. Alamo.

VERTICAIS

- 1 CORRE. CANSA.
- 2 Aru. Ruais.
- 3 Raspa. Erras.
- 4 Pisara. Adio.
- 5 Asas. Gasosa.
- 6 Cás.
- 7 Marrara. Tia.
- 8 Amais. Qual.
- 9 Resma. Burra.
- 10 Cacar. Remam.
- 11 Arara. Ama.

PROVÉRBO: QUEM CORRE, CANSA

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7371

HORIZONTAIS

- 1 Lar. Sem. Mal.
- 2 Amor. Rabi.
- 3 Nas. Más. Ras.
- 4 Ciara. Aviso.
- 5 Sem. Ria.
- 6 Lacos.
- 7 Reavi. Salso.
- 8 Arma. Rata.
- 9 Ido. Sol. Vãs.
- 10 Aarão. Arari.
- 11 Ara. Rasas.

VERTICAIS

- 1 Lança. Raias.
- 2 Amai. Perda.
- 3 Rosas. Amora.
- 4 Relva. Ar.
- 5 Mamai. Soa.
- 6 Eva. Bo.
- 7 Saros. Lar.
- 8 Visar. Rã.
- 9 Maria. Lavas.
- 10 Abas. Estará.
- 11 Lisos. Oásis.

BARS BOITES

NINA — Dancing com atrações. Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 364859/368197. YUKY STREAP. TEASE JAPONESA

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado.

DANCINGS

Var. edades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946.

HIPOPOTAMO — Conjunto Hipopótamo. Encerra aos domingos. Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. T. 48384



MISSORA

1.º Programa

- 17.00 Rádio estudantil
- 18.00 Música portuguesa
- 19.00 Informação de trânsito — música variada
- 20.00 Jornal da noite
- 21.00 Pánel da noite
- 21.45 Observação de cinema, por Maria Cristiana, Damas Nunes e Moreira dos Reis
- 22.00 Sindicalismo, por Helena Neves e Madeira Claudino
- 23.00 A grande música negra, por José Duarte
- 00.00 Último jornal
- 00.30 Retrospectiva
- 01.00 Saída e encerramento dos Regionais e dos MF 1 — música na noite
- 02.00 Música na noite
- 02.15 Temas de educação

2.º Programa

- 17.30 O compositor da semana: Delius
- 19.00 Música portuguesa
- 20.00 Jornal da noite
- 21.00 Passagem do MF 2 a Estéreo — música ligeira variada
- 22.00 Música de câmara
- 24.00 Fecho

Programa em Onda Média 2 — 397 m — 755 MHz

- 20.30 Música de tecla
- 21.00 1.º programa da série sobre Shostakovich
- 22.00 «Threni — Lamentações do Profeta Jeremias», de Stravinsky
- 22.30 Concerto sinfónico
- 00.30 Ciclo de canções op. 39, de Schumann
- 01.00 Fecho

RÁDIO CLUBE

Onda Média

- 16.04 Programa C.D.C.
- 18.05 Movimento
- 21.17 Música para meditar
- 21.31 Quando o telefone toca
- 22.30 Quando o telefone toca
- 23.06 Rubrica policial do inspector Varatojo
- 23.30 No Mundo aconteceu
- 00.05 Alavanca
- 01.00 Madrugada
- 01.15 Rádio-teatro
- 06.03 Diário rural
- 08.03 Espaço R.C.P.

Modulação de Frequência

- 16.04 Programa C.D.C.
- 18.05 O nosso programa
- 19.05 Em órbita-1
- 20.30 Boa noite em FM

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral muito nublado nas regiões a norte do Tejo e pouco nublado a sul e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	12.º
P. DOURADAS	12.º
COIMBRA	12.º
PORTALEGRE	10.º
LISBOA	13.º
FARO	16.º
FUNCHAL	20.º

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA

Máxima 22º

PENHAS DA SAÚDE

Mínima 1,3º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 15,5º
Atmosfera 12,7º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR

2.19 3,6 m 7.59 1,3 m
14.33 3,8 m 20.18 1,1 m

Dia 18

2.55 3,7 m 8.32 1,1 m
15.10 3,9 m 20.48 1,0 m

Dia 19

3.30 3,9 m 9.03 1,0 m

PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H. DE AMANHÃ

Período de céu muito nublado ao norte do Tejo e pouco nublado a sul; vento fraco ou moderado de no-veste; possibilidades de aguaceiros nas algumas regiões de Norte e Centro.

AMANHÃ
NASCER AS 7.48
OCASO AS 18.56

DIA 20 DIA 27 DIA 3 DIA 10

22.02 Auditório
00.05 Em órbita-2
01.05 Banda sonora Sonipol
02.05 Perspectiva
03.05 Madrugada
06.00 Diário rural
07.03 Hora sete

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

Rádio Graça
Das 06.00 às 10.00 e das 14.30 às 17.00

Rádio Peninsular
Das 10.00 às 12.00 e das 19.30 às 22.00

Clube Radiofónico de Portugal
Das 12.00 às 14.30

Rádio Voz de Lisboa
Das 17.00 às 19.30 e das 22.00 às 02.00





Teatros e Espectáculos

LISBOA

TURNO B-1

ATÉ AS 22 HORAS

ALCANTARA
Costa, Rua dos Lusíadas, 30
(tel. 636704).

ALVALADE
Alvalade, Avenida da Igreja,
18-A (tel. 712070); Onilã,
Avenida João XXI, 13-A (tel.
726848).

AVENIDAS NOVAS
Dalva, Avenida Duque de
Avila, 125 (tel. 45225).

BAIXA
Cortez, Rua S. Nicolau, 93
(tel. 325378).

BELÉM
Bom Sucesso, Rua Bartolo-
meu Dias, 63-A (tel.
611454).

BENFICA
Progresso, Estrada da A-da-
Maia, 64-C (tel. 702226).

CAMINHOS DE FERRO
Alves de Carvalho, Rua Vale
de Santo António, 7-9 (tel.
840125).

LAPA
Mota Capitão, Rua de S.
Félix, 45-A/B (tel. 660720).

OLIVAS
Central dos Olivais, Rua Al-
feres Barrilero Ruas 7-C (Oli-
vais-Norte) (tel. 315539).

PICHELEIRA
Marluz, C.da Picheleira,
140-B/C (T.720703/728395).

REGO
Prates e Mota, Rua da Bene-
ficiência, 91 (tel. 773728).

TURNO B-2

TODA A NOITE

AJUDA
Boa Hora, Rua dos Quar-
teis, 25-27 (tel. 637777).

ALFAMA
Cruz de Malta, Largo Chafa-
riz de Dentro 36 (tel.
866126).

AMOREIRAS
Amoreiras, Praça das Águas
Livres, 8-D (tel. 681515).

ARCO DO CEGO
Providência, Rua D. Filipa
de Vilhena, 9-C (ao Bairro
Social) (tel. 770324).

AREIRO
GASPARINHO, Rua dr. Ga-
ma Barros 54-A (tel. 710465).

ARROIOS
Brasil, Rua Alves Torgo, 29-
33 (tel. 46843).

BAIXA
Brites Moita, Rua da Ale-
gria, 33 (tel. 321149).

BENFICA
Sousa, Estrada de Benfica,
429-431 (tel. 780027).

CAMPO DE OURIQUE
Ourique, Rua Freitas Gazul
23-B (tel. 671667).

CONDE REDONDO
Salus, Rua Luciano Cordeir-
o, 73 (tel. 42239).

LUMIAR
S. Tome, Estrada do Desvio,
Lote 12-C (tel. 790704).

POÇO DO BISPO

Barros Gouveia, Rua Vale
Formoso de Cima, 79-B (tel.
382180).

S. BENTO

Valentim, Rua Poço dos Ne-
gros, 88-90 (tel. 679453).

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Amadora, P.28 de Maio, 3-A
(T.935518); Carmelo, R.Elias
Garcia, lote 28 (T.933303);
Helénica, R.Elias Garcia, 2
(T.933613); S.Jorge, R.Pedro
del Negro, 5, Reboleira
(T.938703).

DAMAIA

Lemos, R.de Goa, 21-A
(T.971121).

QUELUZ

Gil, Av. Miguel Bombarda,
28 (T.950117); Simões Lo-
pes, Av. Elias Garcia, 51
(T.950123).

CACÉM

Araújo e Sá, Ede Paco de
Arcos, lote 1 (T.2940781).

MEM MARTINS

Quínia, Ede Mem Martins,
285 (T.2910012).

S. PEDRO DE SINTRA

Valentim (T.980456).

SINTRA

Marrazes, Vila (T.2930155).

COLARES

Abreja (T.299088).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Branco, Av. C.G.Guerra, 29
(T.212081).

PAÇO DE ARCOS

Godinho da Silva, Av. Pa-
trão Lopes, 4 (T.2432039).
Toda a noite

OEIRAS

Central, R.Conde Ferreira,
29 (T.2430058).

CARCAVELOS

Central. Até às 24 horas

PAREDE

Aisir, Av. Gago Coutinho,
B.das Caixas de Previdência
(T.2472948). Toda a noite

S. PEDRO DO ESTORIL

S.Pedro, R.9 de Abril, 24
(T.263052). Toda a noite

MONTE ESTORIL

Godinho da Silveira, Av. Sa-
boia, 29-B (T.260085). Até
às 22 horas

CASCAIS

Nova, Ede Alvide, Fonta-
inhas (T.281044). Até às
22 horas; Marginal, Av. Mar-
ginal (T.280078). Toda a no-
ite

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Nunes, L. Coronel Ramos da
Costa, 10 (T.234137).

ALHOS VEDROS

Portugal, Av. da Bela Rosa,
8 (T.204250).

ALMADA

Cristo Rei, Av. do Cristo
Rei, 31-A (T.2764998).

BAIXA DA BANHEIRA

Nova Fátima, E.Nacional,
244-A (T.2040141).

BARREIRO

Moderna, R.D.Henriqueza
Gomes de Araújo, 12
(T.2073443).

COVA DA PIEDADE

Atlântico, R. Padre Manuel
Bernardes, 1 (T.2764466).

MOITA

Silva Rocha, P.da Repúbli-
ca, 16 (T.239029).

MONTUO

Diogo, R. Almirante Reis, 50
(T.2310032).

SESIMBRA

Lopes, 1 R.Cândido dos
RReis, 21 (T.2233028).

SETÚBAL

Costa, Lda Misericórdia
(T.22760); Brasil, P.do Bra-
sil (T.24788).

SEIXAL

Godinho, Lda Igreja, 51
(T.2218580).

PORTO

TURNO 23

ATÉ AS 22 HORAS

Pastaleira, Rua André de Resen-
de, 92; Almeida Cunha, Rua For-
mosa, 327; Contumil, Rua de
Contumil, 540; Sampaio, Rua de
Cedofeita, 636; Vaz Teixeira,
Rua do Heroísmo, 125; Birra,
Praça da Liberdade, 125; Costa
Lima, Avenida da Boavista, 855;
Lima, Avenida da Boavista, 855;
do Marques de Mendonça, Rua do
Monte Cativo, 444; São Jerô-
nimo, Rua de Santos Pousa-
da, 622; Cardona dos Santos,
Rua de D. Manuel II, 90; Orien-
tal, Rua do Bonjardim, 727

A PARTIR

DAS 22 HORAS

Oriental, Rua do Bonjardim,
727; Cardona dos Santos, Rua
D. Manuel II, 90; Birra, Praça
da Liberdade, 125; Monte Cat-
ivo, Rua do Monte Cativo, 444

COIMBRA

Montes Claros, Rua Dr. António
José de Almeida 69, (Tel. 25901;
Viegas e Coelho, Rua da Sofia
21 Tel. 22088).

LISBOA/Teatros

MARTIN MONIZ
21.30 (10 anos)
«O Crico do Povo»

TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.15 (13 anos)
«Pequenos Burqueses»

A.B.C.
20.30, 22.45 (18 anos)
«Pra Trás Mija a Burra»

MARIA MATOS
21.15 (13 anos)
«Legenda do Cidadão Miguel
Lino»

MONUMENTAL
20.30, 22.45 (18 anos)
«Lisboa Acordou»

VARIEDADES
21.15 (13 anos)
«Adeus Valentina»

ADÓQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«A CIA dos Cardeais»

VILLARET
21.30 e 23.00 (13 anos)
«Pascoal»

LAURA ALVES
20.30 e 22.45 (18 anos)
«A Mão no Ar e o Pé Atrás»

CAPITÓLIO
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Mostra-Me a Tua Piscina»

LISBOA/Cinemas

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Malícia»

COLISEU
21.30 (18 anos)
«A Fúria do Campeão»

PARIS
21.00 (18 anos)
«Sexo Louco»

JARDIM
21.15 (18 anos)
«Liberdades Femininas»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Emmanuelle»

MOSCAVIDE
21.15 (18 anos)
«Doze Indomáveis Patifes»

LINHA DE CASCAIS

Oxford
21.15 (18 anos)
«Contos Imorais»

Oeiras-Cine
21.00 (18 anos)
«A Bíblia»

Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«Os Perversos»

CASCAIS
S.José
21.15 (6 anos)
«Onde se Meteu a 7.ª Compa-
nhia?»

LINHA DE SINTRA

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«Kung Fu no Oeste Selvagem»

D.João V
21.00 (18 anos)
«Amor e so uma Palavra»

Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«Massacre de Roma»

OUTRA BANDA

COVA DA PIEDADE
Sociedade
21.30 (18 anos)
«Mulheres Acorrentadas»

Incrível
21.15 (18 anos)
«Sete Horas de Violência»

ALMADA
Academia
21.15 (18 anos)
«A Primeira Entrega»

Instrução e Recreio
21.30 (18 anos)
«A Verdade daquela Noite»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«O Corvo»

PORTO/Cinemas

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«O Tiltre de Ouro»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«A Casa do Pecado»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«A Mãe e a Puta»

ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«Os Vikings»

S. JOÃO
21.15 (13 anos)
«A Linda Pamela»

COLISEU
21.15 (13 anos)
«Semente de Tomarinho»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Balbúrdia no Oeste»

TRINDADE
21.15 (18 anos)
«O Herói do Ano 2000»

JÚLIO DINIS
21.15 (6 anos)
«O As do Volante»

VALE FORMOSO
21.15 (10 anos)
«Amor de Perdição»

ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Por Ordem de Mussolini»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«Carga Perigosa»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«A Quimera do Ouro»

S. TEOTÔNIO
21.15 (18 anos)
«Viva la Muerte»

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Aguilhas de Ouro»

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Tamanho Natural»

ESTREIAS DE HOJE

NOS CINEMAS

CALEIDOSCÓPIO

ANGELA

MONUMENTAL

SEMENTE DE TAMARINO

BERNA

T. 776098 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

SPY'S

Espiões

N.B. Se anda satisfeito não venha
ver este filme

APOLO 70

T. 763319 14, 16.30, 19, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

BALBÚRDIA NO OESTE

10.ª Semana

Hoje às 24 h

Grupo D- Maiores 18 anos

O CONFORMISTA

ROXY

T. 48560 14, 16.30, 18.45, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

Colorido

PECADOS EM FAMÍLIA

13.ª Semana

PATHE

T. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A LINGUAGEM DO AMOR

Aviso ao publico: Este filme
contém cenas eventualmente cho-
cantes

O MAIS OUSADO FILME SUECO
SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

ALVALADE

T. 897480 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

OS CAFAJESTES

A juventude...

A delinquência...

O amor...

NIMAS

T. 574362 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

QUE VIVA

A REVOLUÇÃO

c/Marcelo Mastroiani

CARLOS MANUEL SINTRA

21.15

Não acons. a menores de 18 anos

MASSACRE EM ROMA

D. JOÃO V DAMAIA

T. 971794 21.00

Não acons. a menores de 18 anos

AMOR É SÓ UMA PALAVRA

cinemas

UNIVERSAL

T. 774402

15.00 e 21.00 OUTUBRO ... 13 anos



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
1.º tel. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DÍGUA TELEF. 1.
LISBOA-PORTUGAL

REPRESSÃO VIOLENTA SOBRE O POVO DE MACHICO

O povo de Machico foi ontem, e mais uma vez, alvo de repressão à boa maneira fascista. Depois de ocuparem a Câmara Municipal da vila para exigir o regresso dos seus legítimos representantes, homens, mulheres e crianças viram-se envolvidos numa onda de violência a partir de quem deveria estar ao seu lado: militares e polícias. Como nos tempos de Salazar e Caetano, o povo foi desalojado com bestialidade. Várias granadas e, mais tarde, a «ordem» era restabelecida.

A ocupação da Câmara verificou-se cerca das 18 horas (locais) e viria a prolongar-se por algum tempo. O tempo suficiente para chegarem ao local forças militares e militarizadas, chefiadas pelo capitão Avelar. Para semear o medo ou o pânico entre aqueles que tinham ousado ocupar o edifício contra a vontade dos mais reacionários. Ainda assim, a expulsão das mulheres e crianças que se encontravam na Câmara e a dispersão do povo, cá fora, (cerca de dois mil trabalhadores) só foram conseguidas com o lançamento de granadas ofensivas e de gases lacrimogéneos.

Sabe-se que o balanço do recontro inclui alguns feridos e há, pelo menos, dois detidos. Um comunicado da O. C. M. L. P., distribuído à uma hora da madrugada, dizia que

«perante a resistência popular, as forças militares dispararam contra os manifestantes e carregaram sobre eles à boa moda da Polícia de Choque salazarista».

Informadas da existência de armamento no C.I.P., Centro de Informação de Machico, as «forças da ordem» fizeram depois ali uma rusga: o «armamento pesado» consistia nalguns caixotes com pedras e pouco mais. De armas, nem vestígio. A O.C.M.L.P., a primeira organização a distribuir um comunicado sobre os incidentes, adianta que «o C.I.P. foi atacado e saqueado».

Recorda-se que, antontem, uma bomba destruiu completamente o automóvel de um familiar do padre José Martins. Pretendeu-se, desta forma, atingir o padre, homem eleito pelo povo para presidente da Câmara de Machico e destituído destas funções pelo governador da Madeira, brigadeiro Carlos Azeredo. Entende-se que a ocupação da Câmara foi a resposta dos machiquenses à violência fascista.

Apesar das granadas lançadas sobre o povo de Machico terem produzido os seus efeitos (a dispersão dos populares) ao longo da madrugada de hoje o ambiente era escaldante. E mantinha-se quente por altura do fecho desta edição.

ANGOLA EM PERIGO

Associações de amizade denunciam "manobra tenebrosa"

«Existe o perigo real e acumulam-se indícios de estar a ser preparado contra o povo angolano e o seu legítimo representante revolucionário — o M. P. L. A. — uma tenebrosa manobra que, a pretexto do cumprimento fiel dos acordos do Alvor, vise objectivamente a instauração do neocolonialismo em Angola», afirma um comunicado conjunto das Associações de Amizade Portugal-Guiné Bissau e Portugal-Moçambique, a propósito da próxima independência de Angola. Assim, estas Associações alertam a opinião pública mundial e as forças progressistas portuguesas «apelando para a sua intervenção e vigilância revolucionária no sentido de evitar que se leve a efeito em Luanda, em obediência servil a os desígnios do imperialismo capitalista, tal manobra. Esta poderá incluir a deslocação de tropas especiais para proceder em Luanda à neutralização dos centros de decisão do M. P. L. A. possibilitando desse modo a entrada das forças da F. N. L. A. estacionadas nas proximidades. É de prever as habituais provocações e crimes contra os brancos residentes para justificar o lançamento da operação. Numa fase posterior, caso desta forma não obtenham total êxito, tem-se como certa a internacionalização do conflito.

Simultaneamente haverá que não afastar a hipótese de as tropas evacuadas de Angola até ao dia 11 de Novembro venham a ser utilizadas em Portugal para a instauração do estado de sítio.

A gravidade destes factos exige uma resposta imediata das forças progressistas de todo o Mundo em nome da verdadeira solidariedade internacionalista. A luta do povo português e do povo angolano constituem hoje verdadeiras vanguardas da luta pelo socialismo».

Neste seu importante comunicado as duas Associações afirmam constituir «profunda preocupação das forças progressistas portuguesas a orientação que o VI Governo está tentando imprimir a esta fase final da descolonização, muito em particular a que se refere a Angola» e adjuntam:

«Deduz-se do conjunto das intervenções oficiais e declarações de responsáveis, que o VI Governo pretende a aplicação mecânica e integral do estipulado no acordo de Alvor, isto é, a entrega do Poder aos três movimentos em participação igualitária sem atender às modificações de fundo que sofreu o contexto político-mili-

tar de Angola desde Alvor (Janeiro de 75).

«Como peça importante do pensamento governamental deve ser analisado o recente discurso do ministro Melo Antunes na Assembleia da O. N. U. Nesse discurso e nos contactos estabelecidos com os mais altos representantes do Governo americano, ficou evidenciado a cedência aos objectivos do imperialismo internacional da área, por parte das forças políticas portuguesas que sucederam ao Governo de Vasco Gonçalves.» E concluem:

«Sempre foi objectivo essencial da política americana imperialista impedir a todo o custo que o controlo do vasto território angolano e das suas riquezas seja entregue ao M. P. L. A., único movimento da resistência ao colonialismo que lutou pela libertação do povo angolano e defende consequentemente os interesses deste povo.

«No presente momento, nas vésperas da independência de Angola, a correlação de forças em Portugal, ao nível de órgãos do Poder, não é favorável às forças progressistas. Mas estas, empenhadas em levar a cabo uma sincera descolonização não podem permitir a entrega de Angola ao imperialismo internacional.»

«Deduz-se do conjunto das intervenções oficiais e declarações de responsáveis, que o VI Governo pretende a aplicação mecânica e integral do estipulado no acordo de Alvor, isto é, a entrega do Poder aos três movimentos em participação igualitária sem atender às modificações de fundo que sofreu o contexto político-mili-

tar de Angola desde Alvor (Janeiro de 75).

«Como peça importante do pensamento governamental deve ser analisado o recente discurso do ministro Melo Antunes na Assembleia da O. N. U. Nesse discurso e nos contactos estabelecidos com os mais altos representantes do Governo americano, ficou evidenciado a cedência aos objectivos do imperialismo internacional da área, por parte das forças políticas portuguesas que sucederam ao Governo de Vasco Gonçalves.» E concluem:

«Sempre foi objectivo essencial da política americana imperialista impedir a todo o custo que o controlo do vasto território angolano e das suas riquezas seja entregue ao M. P. L. A., único movimento da resistência ao colonialismo que lutou pela libertação do povo angolano e defende consequentemente os interesses deste povo.

«No presente momento, nas vésperas da independência de Angola, a correlação de forças em Portugal, ao nível de órgãos do Poder, não é favorável às forças progressistas. Mas estas, empenhadas em levar a cabo uma sincera descolonização não podem permitir a entrega de Angola ao imperialismo internacional.»

"MERCENÁRIOS RECRUTADOS"

Continua na pág. 20

dos na notícia que publicámos e a qual demos, no «sensacionalismo», mas o relevo que ela deveria merecer. Contestam-se expressões como «mercenários» e «agência». São pontos de vista.

Entretanto:

- a) foram (e estão a ser) recrutados elementos ex-comandos para o A. M. I.;
- b) a selecção é feita pela Associação dos ex-Comandos;
- c) a convocação e selecção funciona na Av. Duque de Ávila. Falta dizer que o n.º 124-4.º esq. da Avenida Duque de Ávila, é a residência de António Cardoso Borralho, ex-capitão miliciano de comandos que em prorrogações sucessivas de comissões esteve em Mo-

cambique desde 1969 até à data da independência.

Diremos por outro lado que se o E. M. G. F. A. entende não haver efectivos militares de intervenção suficientes a solução não estará em criar organismos paralelos mas talvez em reforçar outros já existentes. Existe o Copcon, existem outras unidades.

Na realidade é difícil entender-se que por um lado se desmobilizem militares e se tente encerrar unidades revolucionárias, e por outro se recrutem elementos na disponibilidade através de uma associação que nada tem a ver com a estrutura militar existente.

Como salvaguardar, deste modo, a possibilidade de infiltrações de elementos con-

tra-revolucionários num organismo (A. M. I.) que se diz para defesa da Revolução? Não houve o 28 de Setembro, não houve o 11 de Março? Esteve ou não o Copcon em condições de vencer o inimigo? Foi ou não decisiva a actuação do RALIS? Não estão estas unidades votadas intransigentemente à defesa da Revolução Socialista que o actual Governo diz prosseguir? Ou será que há outra «revolução» a defender?

Não duvidamos das correctas intenções do C. E. M. G. F. A., relativamente à criação do A. M. I. O que pode acontecer (não será este o caso?) é o objectivo final vir a ser torpedeado por processos e intenções diversas. A luta de classes acontece a todos os níveis da vida nacional.

RÁDIO RENASCENÇA

Continua na pág. 20

no local para prevenir novas investidas ou ocupação por parte do patronato ou manifestação na próxima terça-feira. Após a discussão das propostas, a ocupação imediata foi considerada uma medida precipitada e inoportuna, que apenas daria a impressão de uma vitória efémera, podendo trazer a seguir um agravamento talvez irrecuperável da questão. A solução encontrada, e aprovada por significativa maioria, foi uma conjunção das duas propostas seguintes, ou seja, a manutenção de um acampamento do qual fazem parte civis e militares e a realização de uma manifestação na próxima terça-feira, às 19 e 30 h., com concentração em Sete Rios e posterior deslocação até aos emissores da Buraca.

No mesmo plenário, foram aprovadas por aclamação duas moções, que deverão ser apresentadas ao Presidente da Re-

pública, ao Primeiro-Ministro e ao Conselho da Revolução, sendo uma delas, em termos muito enérgicos, apresentada por um grupo de trabalhadores da Lisnave, Margueira e a outra do conselho de moradores de Odivelas.

Entretanto, 27 unidades militares do País, fizeram aprovar uma moção de apoio à luta dos trabalhadores da Rádio Renascença, considerando de indole fascista a repressão exercida sobre os trabalhadores.

Enquanto isso, os «acampados» recebem esta manhã o apoio dos moradores nas redondezas, expressa pelo oferecimento de alimentação e café quente.

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

A respeito da selagem dos emissores da Buraca, a Presidência da República, emitiu um comunicado do seguinte teor:

«1. Como é do conhecimento público, foi decidida a ocupação por forças militares das instalações da Rádio Renascença (centro emissor e antenas) aquando da operação efectuada em Lisboa, para ocupação das estações emissoras.

2. Até à data tem estado ocupadas por forças militares as instalações deste órgão de Comunicação Social.

3. Mantendo-se o motivo que levou à ocupação da referida estação emissora, não se justificando a permanência de forças militares nas antenas da Buraca, foi decidido:

- a) a retirada das forças militares
 - b) a selagem das dependências
 - c) cometer às forças militarizadas a segurança das instalações.»
- Desta forma fica respondido a pergunta que circulava ontem, sem resposta, a respeito



DUPLO EMPREGO

Pedro Coelho, ex-secretário de Estado da Emigração e actual secretário de Estado das Pescas, continua a ser o director técnico da farmácia do Apolo 70 o que, além de ser manifestamente ilegal, constitui uma brilhante prova de ubiquidade daquele membro do VI Governo Provisório, o qual consegue manipular medicamentos, aviar receitas e, simultaneamente, aviar os problemas piscatórios de que muito depende a alimentação de oito milhões de portugueses. Tem recebido muitas felicitações.

BENE MERÊNCIA

Parece provar-se o alto sentido de benemerência do antigo Ministério das Corporações onde foram encontrados inúmeros indícios deste cristianíssimo sentimento. Assim, aquele Ministério terá pago, entre outras coisas, viagens aéreas a muitos ilustres conhecidos e desconhecidos, por motivos que continuam a ser absoluto mistério. Está naquele caso, por exemplo, uma conhecida figura do P. P. D., que também desempenha actualmente o cargo de director adjunto do semanário «Expresso».

O BURACO NA BURACA

Ao que dizem, houve buraco na Buraca. Os Comandos saíram de lá e deixaram as instalações do emissor da «Renascença», devidamente seladas, à guarda da P. S. P. Motivos? Bom, os soldados dos Comandos são capazes de explicar. Não suportando mais o vexame que sentiam, em face das reacções do povo, que esteve sempre nas imediações, comunicaram ao coronel Jaime Neves que não queriam continuar ali. E o soldado é quem mais ordena: a solução foi mesmo retirar.

VIÁVEL OU NÃO?

A social-democracia não é viável em Portugal..., afirmou há dias, em entrevista ao «Le Monde», o dr. Mário Soares. Resultado: no dia seguinte, uma eminente individualidade da C. E. E. dirigia um telegrama ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português a perguntar como era. Se a sério se a brincar. Não sabemos qual a resposta. Imaginamos...

COMPANHIAS REUNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE

EMPRESA NACIONALIZADA

AVISO AOS CONSUMIDORES

No próximo domingo e nos Sectores e Zonas abaixo indicados teremos de interromper a corrente eléctrica para efectuar trabalhos de ampliação e reparação das nossas redes, considerados indispensáveis. O corte de corrente durará apenas algumas horas, a partir do começo da manhã de modo a causar o menor transtorno possível aos nossos consumidores.

Os Sectores e Zonas atingidos são:

3.º Sector — **Concelho de Lisboa:** Rua Arco das Águas Livres, 2.ª e 3.ª Ruas Particulares ao Arco das Águas Livres, Vila Amendoeira e imediações. (Das 8 às 12 horas).

5.º Sector — Av.ª Infante Santo 23 a 25-D. (Das 8 às 12 horas).

8.º Sector — Av.ª António Serna 1 a 33, Quinta do Alto, Az.ª do Salreu e imediações, Av. Almirante Reis 162 a 174, Rua Luís Augusto Palmeirim 2 a 26, Rua Acácio de Paiva 9 a 29 e 16-A a 20-F. (Das 8 às 12 horas).

10.º Sector — Est.ª do Paço do Lumiar, Az.ª da Torre do Fato e imediações. (Das 8 às 12 horas).

1.ª Zona — **Concelho de Cascais — PAREDE:** Bairro da Madorna, Estrada para Matarrague, Rua do Supermercado e imediações. (Das 8 às 14 h.).

ALAPRAIA: Rua do Poço, Rua das Grutas, Rua Dr. Félix Pereira, Rua Silva Lobô, Est.ª da Alapraia e imediações. (Das 8 às 14 horas).

2.ª Zona — **Concelho de Sintra — BELAS:** Est.ª Nacional n.º 117 (parte). (Das 8 às 14 horas).

QUELUZ: Bairro Almeida Araújo, L.º do Palácio e imediações. (Das 8 às 14 horas).

RINCHOA: Rua Marquês de Pombal, Cd.ª da Rinchoa, B.º da Urbanil e imediações. (Das 8 às 14 horas). Mucifal. (Das 8 às 14 horas). Cruz da Mõca. (Das 8 às 14 horas).

3.ª Zona — **Concelho de Mafra:** Charneca do Barril e Barril. Sobreiro, Casal Mourão, Gorginhos, Foc. (Das 8 às 14 horas).

4.ª Zona — **Concelho de Vila Franca:** Alhandra. (Das 7 às 14 horas).

5.ª Zona — **Concelho de Alenquer:** Labrugeira. (Das 8 às 14 horas).